



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

GUILHERME FERRAGUT

**Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e Polícia e
seus efeitos na sociedade**

**CAMPINAS,
2018**

GUILHERME FERRAGUT

Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e Polícia e seus efeitos na sociedade

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre(a) em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Guilherme Ferragut e orientada pela Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias

**CAMPINAS,
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

F41s Ferragut, Guilherme, 1985-
Sentidos em circulação pelo digital : Justiça e Polícia e seus efeitos na sociedade / Guilherme Ferragut. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Cristiane Pereira Dias.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Folha de S. Paulo (Jornal). 2. Facebook (Rede social on-line). 3. Análise do discurso. 4. Linchamento. 5. Justiça. 6. Polícia. I. Dias, Cristiane Pereira, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Senses in circulation by the digital : Justice e Police and their effects on society

Palavras-chave em inglês:

Folha de S. Paulo (Journal)
Facebook (Electronic resource)
Discourse analysis
Lynching
Justice
Police

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Cristiane Pereira Dias [Orientador]
Greciely Cristina da Costa
Rafael de Almeida Evangelista

Data de defesa: 05-03-2018

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural



BANCA EXAMINADORA

Cristiane Pereira Dias

Greciely Cristina da Costa

Rafael de Almeida Evangelista

**IEL/UNICAMP
2018**

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

Agradecimentos

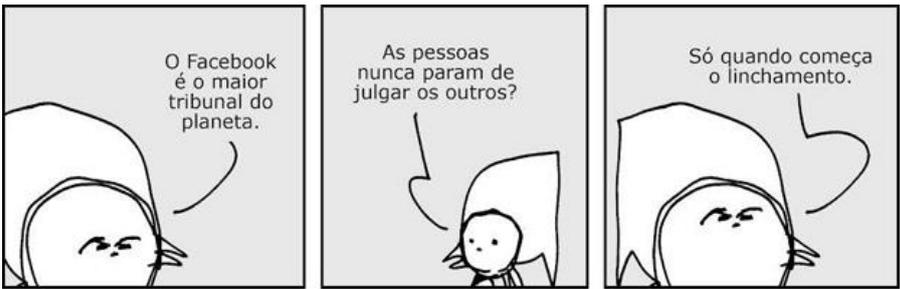
Começo agradecendo à pessoa mais importante da minha vida. Rô, sem você nada disso teria sido possível. Obrigado por entender as ausências, as ansiedades, as preocupações e, principalmente, por acreditar em mim mais do que eu jamais acreditei. Amo você, Morzaum!!!!

Obrigado à minha família, meus pais Celso e Silvana, minha tia Sandra, minha irmã Elizabete. Vocês foram essenciais nessa caminhada para que as coisas parecessem menos pesadas do que realmente eram.

Não posso esquecer dos amigos que fiz durante o processo que envolve a escritura deste trabalho. Um agradecimento especial ao André pelas infinitas conversas em madrugadas nem tão infinitas, e à Cida por ter me introduzido à questão dos algoritmos ainda em 2015!!

A todos os professores que cruzaram meu caminho até hoje, meu muito obrigado!

Por fim, um obrigado especial à Cris pela paciência nas correções, por ter acreditado na ideia inicial deste projeto, por ter sugerido modificações quando era necessário e, ao mesmo tempo, dado liberdade para que a dissertação tivesse muito do que eu sugeri. A gente se vê no doutorado!



André Dahmer

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as postagens da página da Folha de S.Paulo no Facebook sobre a polícia e a justiça, buscando entender como tais discursos circulam e se o modo de significação de tais instituições pode ter alguma relação com casos de linchamento como o ocorrido em maio de 2014 no Guarujá. Tal hipótese teve sua formulação baseada no trecho do livro de José de Souza Martins (2015), quando afirma que casos de linchamento podem ter seu estopim relacionado a notícias divulgadas pela mídia sobre justiça lenta e lei tolerantes. Sendo assim, mobilizando o dispositivo teórico da análise de discurso, que encontra em Michel Pêcheux seu fundador e em Eni Orlandi sua principal representante no Brasil, foram selecionadas as postagens no período de 18 de outubro de 2016 a 18 de janeiro de 2017 onde encontram-se as palavras polícia e justiça. Também trataremos dos linchamentos considerando o que o corpo das vítimas de tal violência textualiza pelos seus agressores, ou seja, o que está ali significado? Por esse caminho, percebe-se que, ao estudar que relação as notícias publicadas pelo Facebook podem ter com os linchamentos, estamos estudando os processos de identificação dos sujeitos com os sentidos de Justiça e Polícia e a maneira como essa sociedade se mobiliza de acordo com as publicações nesse novo meio de interação social e cultural.

Palavras-chave: linchamento; Facebook; análise de discurso; justiça; polícia.

Abstract

This paper aims to analyze the Folha de S. Paulo page on Facebook about police and justice, understanding how such speech circulates and whether the discrediting of such institutions may have some relation to lynching cases such as the one occurring in May 2014 in Guarujá. This hypothesis was formulated based on the excerpt from the book by José de Souza Martins (2015), when he states that cases of lynching may be "in the face of repeated information disseminated by the media regarding episodes of slow justice and tolerant laws in relation to crimes that the population tends to consider much more serious than the law considers. "Thus, mobilizing the theoretical device of discourse analysis found in Michel Pêcheux its founder and in Eni Orlandi its main representative in Brazil, the posts were selected in the period from October 18, 2016 to January 18, 2017 where the words police and justice are found. We will also deal with lynchings considering that the bodies of the victims of such violence are textualized by their aggressors. In this way, it is noticed that, when studying the relation that the news published by Facebook has with the lynchings, we are studying the processes of identification of the subjects with Justice and the way in which this society reacts according to the publications in this new environment of social and cultural interaction.

Keywords: lynching; Facebook; discourse analysis; justice; police.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Facebook Folha de S.Paulo.....	53
Imagem 2 – Justiça decreta prisão temporária de mulher do embaixador grego.....	59
Imagem 3 – Em nova derrota de Alckmin, Justiça mantém veto a reajuste da tarifa....	61
Imagem 4 – Por renovação, dirigentes do PT defendem que condenados pela justiça sejam expulsos do partido.....	64
Imagem 5 – Protesto de servidores do Rio contra reajuste fiscal tem conflito violento..	67
Imagem 6 – Polícia investiga se facção fez julgamento prévio para decidir quem iria morrer em massacre no Amazonas.....	69
Imagem 7 – Polícia apreende 1.900 cabeças de gado em fazendas de Eliseu Padilha.....	70
Imagem 8 – Embaixador grego.....	78
Imagem 9 – Confronto no Rio.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.SOBRE O ALGORITMO E AS FORMAÇÕES ALGORÍTMICAS.....	18
1.1Facebook.....	18
1.2Retroalimentação e a natureza como imutável.....	23
1.3O algoritmo e o Vale do Silício.....	32
1.4O algoritmo do Facebook.....	35
1.5Algoritmo e Análise de Discurso.....	39
1.6Formações Algorítmicas.....	43
1.7Formação Algorítmica em Funcionamento.....	48
2. PUBLICAÇÕES DA FOLHA DE S.PAULO NO FACEBOOK.....	51
2.1Sobre a Justiça e a Polícia.....	54
2.2Analisando as publicações.....	59
2.2.1Justiça.....	60
2.2.2Polícia.....	68
2.3Comparando o site e o Facebook da Folha de S.Paulo.....	75
3.O LINCHADO E A PRODUÇÃO DO CORPO CRIMINOSO.....	84
3.1Forma-sujeito capitalista.....	93
3.2O linchamento no Gaurujá.....	94
3.3O estranho.....	98
3.4Resumindo as análises.....	100
3.5Corpo criminoso.....	102
4.CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

A ideia inicial desta dissertação surgiu após o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, ocorrido em 4 de maio de 2014. Segundo o que foi levantado na época, uma página da rede social Facebook chamada ‘Guarujá Alerta’ estava divulgando o retrato falado de uma mulher que estaria sequestrando crianças da comunidade Morrinhos, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, para praticar rituais de magia negra. Através do Facebook, a notícia rapidamente se espalhou entre os moradores da região, tendo sido a mulher apelidada de “bruxa da internet”.

No dia 4 de maio, Fabiane, que era moradora da comunidade Morrinhos 4, uma subdivisão do bairro com o mesmo nome, saía de um mercado em Morrinhos 1 e, ao ver uma criança ofereceu-lhe uma fruta, foi em seguida confundida com o retrato falado. Assim teve início o linchamento. Estima-se que aproximadamente 300 pessoas participaram da violência. Fabiane foi espancada com pedaços de madeira e outros objetos. Ao fim do ato, que durou aproximadamente 30 minutos, seu corpo foi jogado num mangue próximo, onde foi encontrada por policiais horas mais tarde. Ela foi levada para um hospital, mas não resistiu e morreu dias depois.

O desenrolar desta história nos chamou a atenção não somente pela violência empregada pelos agressores, mas também pela relação que a publicação de uma notícia numa rede social poderia estabelecer entre o jornalismo¹ e o caso, já que foi a publicação de uma notícia numa rede social que incitou o ato. Afinal, qual a relação entre o jornalismo e os linchamentos de forma geral? Ela de fato existe? Quais os elementos discursivos que nos permitiriam apontá-la na textualidade das notícias em circulação na internet?

Para encontrar subsídios para responder a esta questão, buscamos livros que estudam os linchamentos. Foi então que constatamos que no Brasil eles não são muito numerosos e quase sempre trazem citações de um mesmo autor: José de Souza Martins. Mais raros ainda

¹ Cabem aqui algumas explicações sobre o que pretendemos em nossa dissertação. Inicialmente, ressaltamos que não trataremos da tipificação do jornalismo, ou seja, não trabalharemos a dicotomia “jornalismo sensacionalista” x “jornalismo sério”. Com isso, afirmamos que não definiremos os limites entre o que é jornalismo de qualidade ou não. O que faremos é trabalhar com os efeitos de sentido da publicação na rede social Facebook e a circulação dessas postagens, cuja memória é a do jornalismo. Sendo assim, o que colocamos é que mesmo as postagens de uma página como o ‘Guarujá Alerta’ circulam pelo Facebook, produzindo efeitos, trazendo a memória do jornalismo. O que por sua vez dá credibilidade àquilo que é postado e faz circular como notícia.

são os textos que relacionam o papel do jornalismo com esses atos. A única citação direta que encontramos nesse sentido é do próprio Martins quando afirma que “se pode falar numa predisposição ao linchamento e ao ato impulsivo em face das reiteradas informações difundidas pela mídia quanto a episódios de **justiça lenta e de leis tolerantes** em relação a crimes que a população tende a considerar muito mais graves do que a lei os considera” (grifos nossos) (2015, p.96).

Neste trecho, o pesquisador nos traz duas questões importantes que podem nos ajudar a refletir sobre o jornalismo numa sociedade em que pelas mídias digitais o sujeito parece poder dizer qualquer coisa. A primeira é que a descrença na justiça pode ser considerada um dos fatores que predispõe a população a cometer linchamentos. A segunda é que parte deste “imaginário” sobre a justiça viria das notícias difundidas pela mídia. Essas duas questões vão nortear o desenvolvimento desse trabalho na medida em que “a construção discursiva do referente”, no caso, o sujeito passível de ser linchado, passa pela forma com que o jornalismo formula os sentidos de justiça e pelo modo como esses sentidos circulam pelo digital².

O que pode ser acrescentado de outros trabalhos desenvolvidos sobre aquilo que autoriza o sujeito a linchar alguém é a descrença também na **polícia** (SINHORETTO, 2001; BENEVIDES, 1981; FERREIRA (sem data)).

Conforme nos coloca Sinhoretto (2001), existe uma desconfiança da população “com relação à eficiência da polícia e da justiça em conter a criminalidade” (p. 35). Tal afirmação recoloca aquilo que Benevides (1981) aponta ao escrever que o crescimento nos casos de linchamento revela “o descrédito crescente na eficácia da polícia e na ação da justiça” (p. 94). É o que também nos afirma Ferreira (sem data) quando trata da corrupção policial e morosidade da justiça, acreditando serem estas algumas das causas da “generalizada descrença no poder e eficácia destas instituições” (p. 5-6).

Diante disso, percebemos que as duas instituições, polícia e justiça, têm peso determinante nos atos de justicamento popular segundo os autores.

² Conforme no explica Dias (no prelo), é preferível dizer circulação pelo digital ao invés de circulação no digital. Para a autora, a diferença entre uma e outra é que dizer “circulação pelo digital” não restringe as considerações ao espaço da internet. Ela ultrapassa tal noção e considera a ordem discursivo-digital, a materialidade digital.

Com as indicações desses pesquisadores, conseguimos definir um recorte discursivo que pudesse nos dar pistas para compreender como a publicação de notícias, manchetes ou matérias jornalistas, em circulação pelo digital, poderia motivar atos de linchamento. Ou seja, uma vez que os autores citados falam sobre a descrença na polícia e na justiça e que isso seria, também, resultado das notícias sobre tais instituições divulgadas pelos jornais, nosso trabalho deverá se concentrar naquilo que vem se falando sobre justiça e polícia na mídia digital.

Poderíamos, sem dúvida, ter optado pela versão impressa de um jornal sensacionalista ou mesmo sua versão digital. Mas optamos pela página do Facebook da Folha de S.Paulo pelos motivos que serão apresentados em seguida.

A opção pela Folha de S.Paulo foi feita devido a sua importância como meio de comunicação. Ela é o jornal com maior tiragem no Brasil, e a página de jornal no Facebook com mais curtidas (mais de 6 milhões). Portanto, consideramos muito relevante entender como a Folha, maior jornal do Brasil inclusive no Facebook, vem significando Justiça e Polícia na rede social.

Apenas para efeito de retomada daquilo que tratamos até agora, rerepresentaremos as considerações. Inicialmente temos o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, ocorrido em 2014, e motivado pela publicação de uma notícia numa página do Facebook, como ponto de partida de nosso trabalho. Isso porque diante desse caso nos perguntamos qual seria a relação entre o jornalismo e casos de violência. Sendo assim, procuramos algumas pistas e compreendemos que os pesquisadores que tratam do tema do linchamento colocam que eles podem ter suas causas ligadas à descrença na polícia e na justiça. E, além disso, que as notícias publicadas sobre justiça e polícia teriam influência na produção desta descrença. Logo, optamos por analisar o que a Folha de S.Paulo, maior jornal do Brasil, com mais de 6 milhões de seguidores no Facebook, publica na rede social sobre justiça e polícia.

Postas as considerações acima, destacamos que nossa escolha teórica para tal empreitada foi a Análise de Discurso Francesa, fundada por Michel Pêcheux no final da década de 1960, e que tem Eni Orlandi como sua principal representante no Brasil. Consideramos que a base teórica que tal disciplina nos traz seja imprescindível para encontrarmos a resposta para nossas perguntas: como a Folha de S.Paulo vem significando justiça e polícia em suas publicações no Facebook? A afirmação colocada por Martins, de que a mídia fala sobre uma

justiça lenta e leis muito tolerantes, se confirma no *corpus* que analisamos da Folha de S.Paulo?

Sem querer adiantar os resultados de nosso trabalho, mas apenas para efeito de justificativa das análises que seguirão, podemos observar que o discurso da Folha sobre a polícia e a justiça não traz necessariamente a questão da lentidão e das leis tolerantes, divergindo do que afirma Martins (2015). Foi então que se mostrou necessário uma análise sobre as causas de linchamento pela Análise de Discurso para que entendêssemos, através desta teoria, como é possível significar o linchamento. Portanto dedicamos um capítulo de nosso trabalho para tal empreitada.

Exposto o caminho percorrido para que pudéssemos chegar à configuração que possui hoje nossa dissertação, explicaremos o que trata cada um dos capítulos que a compõem.

Conforme expusemos acima, a Análise de Discurso foi a teoria escolhida para que realizássemos nossa pesquisa. Sendo assim, em nosso primeiro capítulo trataremos de uma questão importante relacionada à utilização dos algoritmos no Facebook. Expliquemo-nos. Orlandi (2012) afirma que há três momentos que contemplam o processo de produção do discurso: a constituição, a formulação e a circulação. Sendo que todos têm peso determinante na formulação dos sentidos. Interessa-nos no primeiro capítulo a questão da circulação dentro do Facebook, isso porque devido aos algoritmos (sequências de código) a circulação dentro da rede social acontece de forma muito particular. Ele é que determina o que cada usuário da rede poderá ter acesso em seu feed de notícias. O algoritmo escolhe, baseado no histórico de interações do usuário, as informações que aparecerão na *timeline*.

Segundo nossa proposta, procuramos entender o algoritmo pela Análise de Discurso e propusemos uma nova noção: Formação Algorítmica. Tal noção se mostrou necessária para que pudéssemos distinguir a sequência de comandos chamada algoritmo daquilo que estamos estudando nesse capítulo. Em poucas palavras, definimos Formação Algorítmica como a falha da ideologia do algoritmo. Ou seja, enquanto ideologicamente o algoritmo é apontado como a possibilidade de trazer ao sujeito usuário da rede social tudo aquilo que ele deseja, ainda que ele não saiba que deseja, motivando sua interação, a Formação Algorítmica, conforme a apresentamos, trata dessa impossibilidade de compreender o sujeito usando apenas os códigos de programação. Nesse sentido, dizemos que a Formação Algorítmica é a falha da ideologia do algoritmo, que se quer infalível.

No citado capítulo trataremos, para embasar nossa proposta, as bases onde foram alicerçadas as ideias que tornaram possível o desenvolvimento do algoritmo conforme o conhecemos hoje. Tal caminho remonta ao início do século XX e segue até o Vale do Silício, onde se encontram as gigantes da internet como o Facebook. Passando pelos conceitos de ecossistema e retroalimentação. Mas como é possível relacionar tais ideias com o algoritmo do Facebook? Qual a relevância disso para o trabalho?

Conforme nos explica Pariser (2012), os algoritmos do Facebook foram desenvolvidos para personalizar os conteúdos de acordo com o histórico de navegação de cada usuário da rede social. Tal personalização, de acordo com o autor, mantém o sujeito dentro daquilo que definiu como bolha de filtros. Trazendo isso para a Análise de Discurso, colocamos que uma das consequências da navegação filtrada é que haveria a predominância de uma homogeneidade determinada pelos conteúdos que o sujeito já acessou na rede social, o que impediria a formulação de outros sentidos. Ou seja, como nossa análise trata dos discursos sobre polícia e justiça no Facebook da Folha de S.Paulo, é imprescindível entender como as notícias circulam na rede social para entender seus efeitos de sentido, pois discursos filiados a determinadas Formações Discursivas acabam por circular para os mesmos sujeitos. E a historicidade do desenvolvimento dos algoritmos é parte fundamental para entender como eles funcionam e seus efeitos.

Terminamos a primeira parte apontando as características do funcionamento das Formações Algorítmicas e sua relação com a Ideologia e as Formações Discursivas.

Em nosso segundo capítulo entramos com as análises do *corpus* que constituímos. São três meses de postagens da Folha de S.Paulo no Facebook onde aparecem as palavras justiça ou polícia. O período analisado vai de 20 de outubro de 2016 a 20 de janeiro de 2017. Para coleta do *corpus*, ao invés de entrarmos diariamente na página e procurarmos pelas postagens onde apareciam as palavras justiça e polícia, optamos por usar o buscador que existe na página, onde digitamos as palavras polícia e justiça, separadamente, e vimos os resultados que apareceram. É importante destacar que antes das pesquisas, selecionamos a opção “ver tudo”, porém este botão foi retirado do Facebook em uma de suas atualizações.

Poderíamos ter optado por coletar nosso *corpus* diretamente da linha do tempo da página da Folha na rede social, mas não havia garantias de que o conteúdo ali apresentado era a totalidade publicações que o jornal postou. Isso porque, conforme observamos

empiricamente, o algoritmo do Facebook passa a selecionar as postagens que aparecem para cada usuário inclusive nas fanpages, dificultando o acesso à totalidade de postagens seja da Folha seja de qualquer outro usuário. Sendo assim, para que não corrêsemos o risco de acabar por analisar apenas as postagens que o algoritmo acreditava relevante, optamos pela pesquisa no buscador da página.

Tal opção, porém, não significou que não houve perdas. Ao escolher este método para a coleta do *corpus* aceitamos o fato de que só nos foi dado acesso a três meses de postagens (o período informado acima). Ou seja, optamos por analisar as postagens de um período menor de tempo, mas com a garantia de que teríamos acesso a todas as postagens, em detrimento do acesso a um período maior de postagens que poderiam estar sendo determinadas pelo algoritmo, determinadas pelo histórico de interações do usuário na rede social.

Concluídas as análises, no terceiro e último capítulo temos a análise das causas do linchamento. Conforme explicamos mais acima, este terceiro capítulo mostrou-se necessário uma vez que na conclusão das análises das postagens compreendemos que não havia uma relação direta, tal como apontada por Martins (2015), entre a predisposição ao linchamento e a circulação de notícias sobre justiça lenta e leis tolerantes, que pudesse vir a afirmar uma relação de causa e consequência entre o linchamento e a posição da mídia.

Diante disso, procuramos entender o linchamento pela perspectiva da análise de discurso e verificar em que medida o discurso jornalístico, no caso, o discurso da Folha de S.Paulo, poderia vir a produzir efeitos de sentidos que produzissem um consenso sobre a falência da justiça e da polícia. De que modo o processo de significação de justiça e polícia pela mídia poderia autorizar a população a “fazer justiça”?

Para tal, buscamos pensar como é possível significar o linchamento nos dias de hoje, começando pela questão do corpo simbólico (HASHIGUTI, 2015), a textualização desse corpo pelos ferimentos causados à vítima, chegando ao que chamamos de corpo criminoso, um corpo fora da sociedade, da justiça, da lei.

Consideramos que o caminho percorrido para chegarmos à compreensão de um processo de produção de sentidos entre mídia e linchamento não foi o convencional, no entanto, partimos do fato de que os discursos e seus efeitos não têm um percurso linear de causa e consequência. Poderíamos ter escolhido tratar de postagens que falassem do

linchamento para entender como ele é significado pelos meios de comunicação. Mas isso exigiria que formulássemos nossa questão de pesquisa diferentemente. Considerando que nossa questão é compreender como o modo de circulação dos discursos sobre justiça e polícia pelas mídias digitais pode produzir desvios e significar fora de qualquer lógica prevista por um pensamento positivista, entendemos que o linchamento é um modo de significação, um ato que simboliza, no mínimo, a descrença no poder judiciário e policial, o que se produz por discursos que implicam essas instituições. A mídia é um deles e é por essa razão que a escolhemos como nosso objeto de observação e análise. Desse modo, acreditamos que o desafio de uma abordagem como a feita neste trabalho pode resultar em efeitos distintos sobre o linchamento, possibilitando uma nova abordagem sobre o tema.

1. SOBRE O ALGORITMO E AS FORMAÇÕES ALGORÍTMICAS

Consideramos de suma importância pensarmos a questão da circulação no Facebook, determinada pelos algoritmos. De acordo com Orlandi (2012) a questão da circulação, junto à constituição e formulação, é peça chave para entendermos a produção de sentidos. Uma vez que uma das estratégias de análise do nosso trabalho é entender como o Facebook da Folha de S.Paulo significa polícia e justiça, pensar os processos de significação e os efeitos de sentidos dessas notícias se faz imprescindível, já que os autores que tratam sobre linchamento nos trazem que tais atos são consequência da descrença nessas duas instituições, e, de acordo com Martins (2015) parte dessa descrença vem através das notícias divulgadas sobre lentidão do judiciário e leis muito brandas.

Sendo assim, neste capítulo iniciaremos com uma breve apresentação do surgimento do Facebook. Em seguida trataremos da questão do algoritmo, começando por sua historicidade e desembocando na noção de Formação Algorítmica, importante para que consigamos chegar aos resultados de nossas análises.

1.1 Facebook

O fenômeno das redes sociais tem se mostrado de grande importância e parece ter mudado de vez a forma como os sujeitos se relacionam. Por conta disso, diversas áreas do conhecimento têm estudado as redes sociais pelos mais diferentes vieses. No presente trabalho trataremos do tema através da análise de discurso.

Neste primeiro momento buscaremos entender de que maneira a rede social Facebook apresenta os conteúdos publicados por seus usuários para quem faz uso do site. Para tanto, retomaremos fundamentos da fundação da internet para compreendermos como seu desenvolvimento propiciou a filtragem de informações, que é responsabilidade dos algoritmos.

Os algoritmos são para a internet de hoje uma ferramenta essencial. Para entender melhor a função de um algoritmo traremos um trecho do artigo *Can an Algorithm be Unethical?:*

They (o algoritmo) determine how our questions are answered (Introna & Nissenbaum, 2000); decide what is relevant for us to see (Gillespie 2012); craft our personal and professional networks (Hamilton et al., 2014); suggest who we should date and what we should watch; and profile our behavior to determine what advertising we will receive (Bermejo 2007). Research and writing is now blossoming among academics, journalists, and non-profit organizations that criticize (Pasquale, 2014; Gasgadaharan, 2014) and even reserve engineers (Hannack et al., 2013; Angwin, 2013; Diakopoulos, 2014) these algorithms in an attempt to see inside these new systems and understand their consequences (SANDVIG et al., 2015).

Conforme citação acima, há uma área muito abrangente na internet onde atuam os algoritmos. Mais do que decidir ao que teremos acesso em função de escolhas que fizemos em nosso histórico de buscas e navegação pela internet, as linhas de código também decidem as informações que os usuários deixarão de receber. Mesmo assim, é muito difícil entender como esses mecanismos tecnológicos funcionam, até mesmo porque estão em constante aperfeiçoamento, além de terem seus códigos fechados, ou seja, não é dado acesso ao público geral para saber como atuam. Tal fato, porém, não impede que consigamos entender seu funcionamento. É o que afirma Karahalios quando diz que “nós não sabemos o que está por trás do Facebook, mas, se as pessoas fazem especulações, criam teorias e postam sobre isso, o próximo passo é agregar informações e ver o que se pode fazer coletivamente” (*apud* LOBO, 2014).

Estando parte do funcionamento da web atrelada aos algoritmos, o mesmo acontece com o Facebook. Fundado em 4 de fevereiro de 2004 pelo então estudante Mark Zuckerberg, o Facebook tornou-se em poucos anos a maior rede social do mundo, com quase dois bilhões de usuários espalhados ao redor do planeta. Conforme nos traz Araújo (2017), percebendo o enorme potencial lucrativo da ferramenta que tinha em mãos, o dono do site cuidou de desenvolver um algoritmo específico para colher o maior número de dados possíveis de seus usuários, de maneira que pudessem ser usados para melhor direcionar as propagandas veiculadas no Facebook. Em outras palavras, ainda segundo Araújo (2017), Zuckerberg notou que as pessoas postavam suas preferências na rede social sem que fosse necessário que elas preenchessem qualquer formulário com seus dados. Seu próximo passo foi armazená-los e processá-los de modo que as preferências dos usuários ficassem mais evidentes. Com isso tornou possível a venda de anúncios de forma personalizada na rede

social, mas não apenas isso, ele também conseguiu vender a atenção das pessoas a determinados anunciantes, na chamada economia da atenção. Conforme nos explicam Zago e Silva (2014), a “abundância de informações, bem como agilidade de sua atualização nas linhas do tempo dos integrantes, gera uma verdadeira competição pela atenção de potenciais consumidores” (p. 7). Para conseguir melhor direcionar essa atenção para temas da preferência do usuário, foi desenvolvido um algoritmo que consegue identifica-la. Com isso, ao anunciar no Facebook, as empresas e serviços têm garantias de que seu conteúdo chegará às pessoas que potencialmente têm maior propensão a dar-lhe a atenção desejada, inclusive compartilhando o conteúdo com seus amigos e seguidores.

Cabe aqui, uma breve explicação sobre o funcionamento do algoritmo dentro desta rede social e, em seguida, um estudo mais profundo sobre a internet como um todo, bem como sobre as ideias que fizeram parte de sua fundação. Tal embasamento se faz necessário uma vez que, ao traçar a historicidade tanto da rede como do algoritmo, as particularidades da materialidade digital³ passam a significar de outras formas, motivos pelos quais fizemos a escolha teórica por tratar o algoritmo como *formação algorítmica*⁴ em nossa pesquisa. Este último conceito (*formação algorítmica*) será desenvolvido no decorrer da dissertação.

Iniciando tal discussão, é importante entendermos de que forma a obtenção de lucro é parte do próprio funcionamento do Facebook, fazendo com que, por um lado, mantenha seus serviços e, por outro lado, (retro)alimente os desejos dos sujeitos capitalistas. Isso porque a incrível marca de quase dois bilhões de usuários não seria, a princípio, fonte de qualquer renda. A maior parte do lucro dessa empresa vem da sua capacidade de cruzar informações deixadas por quem tem uma conta na rede social, num processo chamado por Nagasako (2016) de monetarização das relações de amizade, que retomaremos mais adiante em nosso trabalho. E, quando falamos em informações, não estamos apenas tratando daquilo que deixamos preenchido em formulários de cadastro ou registros em contas de e-mail, bancos, sites de empresas, etc.

³ Para Dias (2016, p.173), “a materialidade digital não deve se confundir com suporte porque o que chamamos materialidade digital é o processo designificação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo *meio material* (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.)”. A pesquisadora ainda afirma que “a materialidade digital inclui tanto o *meio material* que, por sua vez, reúne de modo constitutivo as tecnologias do urbano às tecnologias digitais, quanto a forma material, que, por seu lado, reúne língua e história” (*idem*).

⁴ Nome sugerido pelo doutorando André Silva Barbosa (Unicamp) durante conversa sobre o desenvolvimento do conceito.

Além desses dados deixados de forma voluntária toda vez que nos disponibilizamos a preencher os questionários para criar uma conta, há outros rastros que fornecemos pelo simples fato de estarmos conectados. É nesse ponto que podemos perceber a importância que os algoritmos têm na coleta de dados e informações de todo tipo, não só do Facebook, mas na internet como um todo.

Com o cruzamento de informações colhidas na rede, o algoritmo seria capaz de indicar as “necessidades” de cada usuário, permitindo, assim, que anúncios de determinados produtos fossem direcionados para o público certo. Mas esse tipo de tecnologia não se limita a filtragem de propaganda. Ela também é responsável pelas postagens de amigos que vemos em nosso *feed* de notícias e mesmo pelas informações publicadas em páginas de notícias na rede que nos chegam. Em outras palavras, o que queremos é trabalhar com o fato de que nem tudo que é postado por pessoas que seguimos e páginas que curtimos acaba aparecendo em nossa linha do tempo. Há uma filtragem prévia desses dados.

Sendo a economia de atenção uma das bases de funcionamento do algoritmo do Facebook, o *feed* de notícias dos usuários apresenta postagens que no geral corroboram com as ideias do usuário, embora não sejam raras as postagens que discordem desses pontos de vista, principalmente se elas gerarem algum tipo de interação do usuário. Ou seja, ainda que sejam postagens que representem o pensamento antagônico do usuário da rede social, por gerar algum tipo de interação, esse mesmo tipo de conteúdo continuará a aparecer. Em outras palavras, o que temos no Facebook não é apenas a reafirmação de ideias, mas, também, de argumentos contrários. Tudo isso baseado no histórico de navegação desse usuário (PARISER, 2012).

Retornando à ideia inicial de nosso trabalho, podemos apontar, por esse modo de funcionamento do algoritmo, para uma primeira constatação a respeito da circulação de notícias sobre justiça e polícia e seu efeito de sentido, a de que dependendo do tipo de página que o sujeito curte (Datena, Jornalistas Livres, O cafezinho, etc.) ou do tipo de postagens que os contatos do Facebook com os quais ele interage mais, fazem, ele terá acesso, pela circulação em sua linha do tempo, a determinados tipos de discurso sobre justiça e polícia. Aqui traremos a questão da individualização do sujeito (ORLANDI, 2012). É nesta fase que entra a questão da inscrição do sujeito em determinada formação discursiva como forma de identificação do próprio sujeito. Pêcheux nos ensina que a formação discursiva é caracterizada como “aquilo que pode e dever ser dito” (2009). Ou seja, ao se filiar a certos

discursos, o sujeito inscreve-se em determinadas formações discursivas. Dentro dessas formações discursivas é que está aquilo que não apenas pode, mas deve ser dito pelo sujeito, sem desconsiderar sua posição numa dada conjuntura. Sendo assim, “aquilo que pode e deve ser dito” jamais deve ser considerado sem levarmos em conta as condições de produção. Pelo que pudemos observar, quando tratamos do Facebook e dos algoritmos que regem seu funcionamento, essa identificação com os discursos é medida através da interação do usuário com determinadas postagens. Identificada essa filiação discursiva, o usuário, então, passa a receber informações que realimentem seu ponto de vista, dificultando seu trânsito entre diferentes formações discursivas. Como veremos adiante, tal funcionamento acaba por inibir aquele que seria o princípio fundador da internet: acesso irrestrito à informação (BOCCHESE e FLORES, 2016).

Além disso, a filtragem pelos algoritmos reforça a ideia do sujeito como sendo origem de tudo. Porém, como sabemos com a análise de discurso, o sujeito não é origem de si, já que é determinado historicamente (ORLANDI, 2012). Mais uma vez trazendo para o trabalho que estamos desenvolvendo, é como se ao apenas receber postagens com determinados discursos sobre polícia e justiça, estas fossem as únicas formas de se falar sobre as duas instituições. Tal funcionamento também dificulta a ocorrência daquilo que Orlandi (2012¹) chama de “discurso polêmico”, onde há equilíbrio entre a paráfrase e a polissemia.

Para a autora, a paráfrase, restrição de múltiplos sentidos, é predominante naquilo que chamou de “discurso autoritário”, onde os sentidos são sempre os mesmos; e polissemia, possibilidade de múltiplos sentidos, é predominante no “discurso lúdico” (ORLANDI, 2012, p. 32). Dadas as características do algoritmo do Facebook, afirmamos que as leituras feitas em seu *feed* de notícias tendem mais ao discurso autoritário, uma vez que inviabilizam os múltiplos sentidos nas postagens que aparecem aos usuários. Em outras palavras, mantém esse sujeito numa determinada formação discursiva, dificultando seu deslocamento de sentidos. Retomaremos essa discussão quando da análise das postagens da Folha de S.Paulo, no próximo capítulo, mas é importante salientar que não estamos afirmando que o posicionamento do sujeito é resultado apenas do que é postado nas redes sociais, por exemplo. Outros fatores entram nessa formação do sujeito, porém, aqui, neste trabalho, nos restringiremos aos estudos sobre a rede social.

Por agora, interessa-nos aprofundar a questão da historicidade dos algoritmos. A partir deles, questionamos: como o algoritmo que rege a rede social funciona discursivamente? Em parte, trazer essa historicidade do Facebook não é suficiente para entender como o algoritmo funciona tecnicamente, por não termos acesso à linha completa do código. No entanto, pelo discurso, poderemos trazer pistas valiosas sobre o comportamento esperado dos algoritmos, possibilitando, assim, uma análise sobre os efeitos do uso dessa tecnologia para os sujeitos que utilizam a rede social.

1.2 Retroalimentação e a natureza como imutável

Conforme afirmamos, para entender melhor o funcionamento discursivo do algoritmo é necessário entender os fundamentos sobre os quais a internet foi desenvolvida, e para isso retornaremos ao início do século XX. Isso porque as ideias que de alguma forma influenciaram a criação da internet passam pelo conceito do equilíbrio de ecossistemas, desenvolvido por Arthur Tansley (CURTIS, 2011), o movimento hippie dos anos 1960 e o Vale do Silício, na Califórnia. É importante salientar que tal percurso não aconteceu de forma mecânica e consequencialista ao longo do século XX. Uma série de acontecimentos levaram ao desenrolar desse percurso, porém, não os trataremos de forma profunda em nosso trabalho. Nosso objetivo neste subtítulo é apenas marcar as descobertas mais importantes e estabelecer o fio condutor que liga tais personagens ao desenvolvimento da internet e das redes sociais. Temos total consciência de que há a possibilidade de contar os eventos que seguem através de outros autores, que poderiam tratar o surgimento da internet por uma perspectiva econômica, militar, ou tantas outras. Além disso, poderíamos ter optado pela história do uso da palavra algoritmo, conforme fez Araújo (2017), com um resultado muito parecido com o nosso, porém por outras vias. Nossa escolha pelo trajeto que apresentaremos a seguir se deve ao fato de que a ênfase que gostaríamos de dar tem relação com o apagamento das contradições. Não descartamos, também, a importância das personalidades sobre as quais falaremos a seguir, para o desenvolvimento da ciência. Apenas apontamos as contradições e as simplificações, com seus efeitos em determinadas áreas, como a biologia e a engenharia, que a aplicação dos conceitos de estabilidade e realimentação sofreu.

Começaremos por buscar compreender o pensamento de Tansley. Segundo Golley (1993), de acordo com a teoria do botânico, todos os ecossistemas tendem constantemente a posições harmônicas de equilíbrio. Em outras palavras, para que um ecossistema perturbado pela ação humana, por exemplo, volte a se regenerar, e, conseqüentemente, retorne ao seu

estado original, a não intervenção seria suficiente. Deslocando esse pensamento para as sociedades humanas, os distúrbios ocorridos nas comunidades seriam decorrência do excesso de intervenções, impedindo que o ser humano agisse de forma natural, sem hierarquias, tendo, assim, uma vida desequilibrada. A solução estaria em romper com tais impeditivos, construindo uma sociedade livre e equilibrada, com cada parte tendo sua função desempenhada de forma a manter tal equilíbrio.

É isso o que traz o documentário “*All Watched Over by Machines of Loving Grace*” (CURTIS, 2011). Nele, o diretor narra o surgimento das primeiras comunidades alternativas nos Estados Unidos e a relação delas com o pensamento de Tansley. Em seguida, ele trata de como os habitantes de tais sociedades foram os responsáveis pelos primeiros passos da rede mundial de computadores.

Nesse primeiro trecho, inspirados pelo documentário, nos ateremos a descrever como as ideias de Tansley ganharam o status de verdade científica e a influência que a própria ciência teve na constituição dessas sociedades alternativas nos Estados Unidos. A ligação entre tais ideias é essencial para que possamos traçar a historicidade da criação da internet e, dessa forma, entender o funcionamento do algoritmo dentro do Facebook.

Arthur George Tansley foi um botânico inglês, catedrático de Botânica em Oxford, Inglaterra, onde lançou o livro “O uso e abuso de termos vegetais e conceitos” (1935), no qual traz o conceito de ecossistema e a ideia de equilíbrio (KATO e MARTINS, 2016). Conforme afirmam Viglio e Ferreira (2013), o principal pressuposto da ecologia desenvolvida por Tansley com o conceito de ecossistemas é que eles são unidades autorreguladas. Com isso, de acordo com Kato e Martins (2016), o botânico inglês afirmava que “os ecossistemas se desenvolvem em direção a uma maior integração e estabilidade, o clímax” (p. 196). De forma simplificada, o que Tansley afirmava era que um determinado ecossistema evoluiria até o ponto que ele determinou como clímax, onde haveria uma estabilidade. Todos os componentes desse ecossistema seriam igualmente essenciais para a manutenção desse equilíbrio, que só seria quebrado caso algum agente externo intervisse. Porém, caso esse elemento externo fosse eliminado, ou afastado, o ecossistema voltaria a se regenerar até alcançar o mesmo clímax anterior. Ou seja, quando o homem intervém na natureza, interfere na relação harmoniosa entre os agentes do ecossistema. Mas, caso seja afastado, dentro de algum tempo o ecossistema retorna a seu estado de clímax, idêntico ao que havia antes da intervenção.

Tais ideias serão duramente contestadas com o passar dos anos, como veremos a seguir. Porém, é inegável sua influência em outras áreas da ciência, como a engenharia.

Já na década de 1960 (MOREIRA, ALENCAR e LIMA, 2012), Jay Forrester⁵ em seu livro *Dinâmica Industrial* (1961), desenvolve o conceito de retroalimentação. Segundo Alves, Mello e Souza (2013), o mecanismo de retroalimentação pode ser entendido como

a transmissão da informação sobre o desempenho de um sistema para um estágio anterior a fim de modificar sua operação. Os sistemas de retroalimentação podem ser positivos ou negativos. Os positivos geram um processo de crescimento onde a ação passada constrói um resultado que gera ainda maior ação. Um exemplo é a multiplicação de bactérias onde a taxa posterior depende do número de bactérias geradas na multiplicação passada. Os sistemas de retroalimentação negativos procuram um objetivo e respondem à falha em atingir o objetivo. (2013, p. 119)

De acordo com Matoso (2015), há uma relação entre os trabalhos de Forrester e Tansley. Segundo o pesquisador português, vários modelos organizacionais usados na atualidade foram influenciados pela ideia de ecossistema criada por Tansley, sendo eles sobre a “interconexão em rede, do cérebro e do mundo”, e sobre “a autorregulação destes sistemas” (p. 17). Entre os cientistas influenciados por tais ideias está Forrester, que “desenvolveu a ideia de Tansley aplicando-a à isomorfia entre cérebro, cidades e sociedades, na sua teoria dos sistemas dinâmicos entendidos como redes controladas por *feedback*” (MATOSO, 2015, p. 17).

Aqui vemos as primeiras reverberações dos estudos de Tansley em outras áreas da ciência. Como acompanharemos mais adiante em nossos estudos, a ideia de busca pela estabilidade será central para a criação da internet, e o uso de tal conceito por alguém de relevância no mundo acadêmico como Forrester será essencial para dar credibilidade à ideia.

Para entendermos melhor como se davam os trabalhos de Forrester e a equipe de pesquisadores do MIT, traremos Griffith (2008) para tratar do assunto.

⁵ Jay Wright Forrester foi engenheiro Eletricista da Escola de Administração do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Suas ideias de retroalimentação foram inicialmente utilizadas na atividade industrial, e posteriormente em diversas outras áreas, como a Biologia. (MOREIRA, ALENCAR e LIMA, 2012)

O trabalho desse grupo focalizou em como as perturbações aleatórias são capazes de acionar ciclos de retroalimentação, causando oscilações no sistema e desencadeando outras reações complexas. As situações modeladas por esses pesquisadores incluíram ciclos de comércio, dinâmica urbana, e previsões de esgotamento dos recursos ambientais mundiais. (GRIFFITH, 2008, p. 2)

Surge, assim, uma das primeiras formas de tentar prever futuras reações com base em dados coletados. Como veremos mais adiante, o grande furo de tais previsões se dá pela impossibilidade de colher dados suficientes devido à complexidade de variáveis que um sistema teria que abranger.

Mesmo assim, acreditando que tal teoria poderia render resultados relevantes, foram criados *softwares* onde era possível colocar em prática a teoria. Um dos cientistas a utilizar tais recursos foi o ecologista Howard Odum no início da década de 1970 (MATOSO, 2015). Seu experimento tratava, segundo Matoso (2015), de alimentar tais programas com dados colhidos em pesquisa de campo e transformá-los em circuitos elétricos representando os habitats.

Segundo Ferreira e Viglio (2013), anterior a isto, Eugene Odum, com base nos resultados alcançados em campo, lança o livro “Fundamentos da Ecologia”, onde defende os ecossistemas interligados e mantenedores do equilíbrio. A exemplo do que fez Howard, seus estudos também desconsideram a complexidade dos sistemas (SPILK e NAIME, 2012). A obra teve muito sucesso, mas ainda assim despertou críticas.

O problema é inserir todas as variáveis que estarão presentes no crescimento da população e o comportamento matemático de cada uma delas, bem como o resultado sinérgico que apresentam quando reunidas. Esse fenômeno, atualmente, é bem conhecido e descrito na biologia. Tem a denominação solene de “Princípio das propriedades emergentes” e representa exatamente essa ideia. Quando se faz dois fatores interagirem, eles não apenas causam resultados individualmente, como produzem uma sinergia que modifica os seus resultados considerados isoladamente e, frequentemente, originam outros fatores novos que também interagem, tornando os processos de redução a equações, sejam elas simples ou complexas, extremamente inadequados para registrar as ocorrências.” (SPILK e NAIME, 2012, p. 44).

Tendo suas hipóteses matematicamente comprovadas, a teoria de retroalimentação e de previsibilidade dos ecossistemas ganha espaço em outras áreas da ciência além da Ecologia. Cabe aqui um parêntese sobre esse novo status que as teorias de Tansley receberam após o aval de diferentes espaços do mundo acadêmico. Sendo assim, vale refazer o caminho percorrido até este ponto. Inicialmente, temos Tansley, um biólogo inglês, que desenvolveu o conceito de ecossistema como unidades autorreguladas (VIGLIO e FERREIRA, 2013). Com base neste mesmo princípio de autorregulação, temos Jay Forrester, engenheiro Eletricista do MIT, que aplicou os conceitos de Tansley em sistemas com retroalimentação por *feedback* (MATOSO, 2015). Na sequência, apresentamos os irmãos Odum, responsáveis pelo que se pode chamar de uma volta à Biologia, unindo as ideias de Tansley e a engenharia de Forrester. Como resultado temos o livro de Eugene Odum, “Fundamentos da Ecologia”, onde encontra-se a comprovação matemática, e portanto considerada isenta, da teoria de Tansley. (SPILK e NAIME, 2012)

Pelo que pudemos observar em nossa pesquisa, as ciências exatas são colocadas como algo fora do político. Conforme explica Orlandi (1998),

o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história. (ORLANDI, 1998, p. 74)

Explicando de outro modo, é como se o fato de a teoria do equilíbrio dos ecossistemas e da retroalimentação terem sido matematicamente comprovadas, ainda que para isso tenha sido necessário simplificar ao máximo os dados colhidos em campo, não carregasse em si um sentido político. Percebemos que esses campos da ciência são considerados isentos de qualquer influência ideológica. Sendo assim, é importante ressaltar que, embora *softwares* e circuitos elétricos funcionem de forma quase independente da ação humana, seu desenvolvimento está carregado desse mesmo humano, que é interpelado pela ideologia. Tal conceito de interpelação parte de Althusser (1980), quando afirma que

como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra <<designa uma coisa>> ou <<possua uma significação>> (portanto incluindo evidências da <<transparência>> da linguagem), esta <<evidência>> de que eu e você somos sujeitos – e que esse fato não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1980, p. 95)

Sendo assim, mostramos que tais ciências tentam silenciar as divisões de sentido que existem em seu meio. Consequentemente, silenciando o político, conforme considerado pela teoria da análise de discurso, a partir do trabalho de Orlandi (1997). Esse silenciamento desconsidera o fato de que todo indivíduo, para ser sujeito, é interpelado pela ideologia, conforme afirma Althusser. Portanto, desconsiderar a ação da ideologia nos sujeitos que praticam a ciência apaga o fato de sermos sujeitos de linguagem, cujos sentidos são divididos e podem ser sempre outro.

Poderíamos, aqui, tratar mais extensamente desse “silenciamento” praticado quando tratamos das ciências exatas. Porém, acreditamos que a melhor maneira de fazê-lo é dando continuidade à nossa pesquisa, que mostrará as consequências de tal esquecimento, levando, em última instância, para os fins que pretendemos, ao desenvolvimento de algoritmos como os usados pelo Facebook.

Retornando à cronologia de nossa pequena história sobre o surgimento da internet, o próximo passo dado foi levar o princípio de autorregulação para a sociedade. O que estamos querendo afirmar aqui é que em pouco tempo começou a se pensar a sociedade humana como um ecossistema, que, a exemplo dos demais, também deveria ser deixado livre, apenas se retroalimentando, para que alcançasse o equilíbrio (MATOSO, 2015).

Rapidamente a ideologia *New Age* da autogovernança cibernética das redes (*self-organizing networks*) expandiu-se a todos os quadrantes sociais, influenciando, por exemplo, a emergência de comunidades (hippies) que se aspiravam à autossustentabilidade e à dissolução de hierarquias nas estruturas de poder. (MATOSO, 2015)

Com isso, estava descartada a interferência da política para ditar as regras a serem seguidas, uma vez que se considerava que o sistema sempre tende ao equilíbrio, conforme mostrado acima.

Com a finalidade de realizar essa utopia sustentável e romper com as decepções políticas que assolaram os Estados Unidos no final dos anos 1960, centenas de milhares de pessoas deixam as cidades para se juntar a comunidades alternativas que tinham por objetivo uma vida sem regras e hierarquias (Turner, 2006).

Quando dissemos anteriormente que as consequências de se pensar uma ciência sem a influência do político seria a melhor forma de discorrer sobre o tema, temos aqui um dos exemplos. Claramente, não é nossa intenção tratar extensivamente desse tema em nosso trabalho. Mesmo assim, acreditamos que seja necessário mais um desvio para tratarmos desse assunto e entendermos como podemos produzir sentidos a uma sociedade alternativa que acredita existir um fora do político.

Entendemos que para tal acontecimento foi essencial o aval da ciência às ideias de Tansley deslocadas num primeiro momento para o campo da engenharia, onde foram teoricamente embasadas, e depois para o campo do social, alterando a forma como passou-se a enxergar a vida em comunidade. É preciso deixar claro que não defendemos aqui a existência de qualquer sistema político, mas, sim, defendemos que ao considerar os membros de uma sociedade como simples ferramenta para manter o equilíbrio dessa mesma sociedade, conseqüentemente apaga-se o político (considerado conforme teoria da análise de discurso) da vida desses sujeitos. Porém, como veremos, tal tentativa de apagamento não é eficiente, uma vez que o sujeito sempre fura as pretensas estabilidades. Essa afirmação se deve ao fato de que, como Pêcheux (1999) nos traz, “a ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco” (p. 11). Ou seja, embora a ideologia aja para apagar possíveis diferenças entre os indivíduos interpelados por ela, através da língua esse mesmo sujeito fura essa estabilidade e essa pretensa homogeneidade.

Considerando a afirmação de Pêcheux que temos acima para pensar as comunidades *hippies*, é possível notar, através dos depoimentos do documentário de Adam Curtis (2011), que embora a ideologia das comunidades pregasse a ruptura com qualquer forma de hierarquia, as coisas não ocorriam desta forma. Na prática, algumas pessoas assumiam o papel de liderança e ditavam os afazeres de cada membro do grupo, e, em alguns casos, eram feitos rituais de humilhação para quem não cumprisse as regras. Ou seja, a ideologia *hippie* como ritual, que se pretendia sem regras e sem hierarquias, falhava.

Dando seguimento ao nosso trabalho, para atender essas novas comunidades que emergiram reivindicando uma sociedade sem regulação, surge o *Whole Earth Catalog*, publicação criada por Steward Brand (Turner, 2006). O catálogo trazia uma série de recursos que poderiam ser adquiridos por aqueles que estavam nas comunidades alternativas com objetivo de se reconectar à natureza. Entre esses produtos estavam moinhos de vento e aparatos tecnológicos. “*In the Whole Earth Catalog era, these networks spanned the worlds of scientific research, hippie homesteading, ecology, and mainstream consumer culture*” (Turner, 2006, p. 5).

Em seu livro “*From counterculture to cyberculture*” (2006), Turner traz importantes informações sobre como a contracultura acaba por se tornar a cibercultura do Vale do Silício. Entre os fatos mais importantes trazidos pelo autor está a crença dos membros da contracultura na ciência como algo isento, distante da influência política e hierárquica tão rechaçada pelo movimento. Porém, seguindo os autores que trouxemos em nosso trabalho, notamos que tais resultados de pesquisa só foram possíveis pela exagerada simplificação dos dados colhidos em campo. Como nos informam Kato e Martins (2016), o próprio Tansley admitiu em suas pesquisas que os ecossistemas só poderiam ser estudados de forma isolada, enxergando isso como uma situação artificial.

Outro fator controverso nas pesquisas de Tansley, dos irmãos Odum e de Forrester, é o fator de autorregulação. Conforme Ferreira e Viglio (2013), “na visão contemporânea da dinâmica de vegetação não há a pressuposição de absoluta estabilidade” (p. 5). Para os autores, na contemporaneidade “dá-se ênfase à observação de distúrbios frequentes, repetidos e da variação contínua de vegetação, em várias escalas de tempo e espaço” (FERREIRA e VIGLIO, 2013, p. 5).

Sendo assim, percebemos que um dos princípios ao qual se filiaram os fundadores da internet, ou seja, a questão da estabilidade e da não interferência, trazida da ecologia, acabou por ser descartado de dentro da própria biologia. Isso porque perceberam que para manter o princípio de estabilidade pela não interferência nos ecossistemas era preciso que os dados coletados em campo fossem muito simplificados, ignorando a complexidade que envolve estudar as questões ecológicas.

Não poderíamos deixar de falar sobre outro importante cientista do século XX que, embora não ligado diretamente à questão dos ecossistemas propostos por Tansley, também

é figura central para entendermos a questão que apresentamos neste capítulo. Seu nome é Norbert Wiener, e seu livro, publicado em 1954, chama-se *Cibernética e Sociedade*. O impacto da publicação foi muito grande e gerou repercussões em diversas áreas do conhecimento, desde as ciências exatas até a psicanálise e a sociologia. Conforme diz George Boulanger (*apud* LAFONTAINE, 2004, p. 24)

A cibernética – e é essa sua razão de existir – pretende investigar livremente no domínio do espírito. Quer definir a inteligência e medi-la. Tentará explicar o funcionamento do cérebro e construir máquinas pensadoras. Ajudará o biólogo e o médico, e também o engenheiro. A pedagogia, a sociologia, as ciências econômicas, o direito e a filosofia passarão a ser suas tributárias. E pode-se dizer que não há nenhum setor da atividade humana que possa ficar à sua margem.

Percebe-se com essa fala, proferida durante a inauguração do 3º Congresso da Associação Internacional de Cibernética, a intensidade do cisma que a publicação de Wiener causou. Lafontaine (2004) nos explica que tal impacto se deve à tentativa de romper com os horrores vividos durante a Segunda Guerra Mundial. Para a autora, o mundo científico do pós-guerra tentava encontrar novos métodos que afastassem a influência humana dos resultados científicos. De acordo com Lafontaine (*idem*) as atrocidades cometidas durante a guerra levaram a esse posicionamento, numa tentativa de não repetir os mesmos erros. É nesse sentido que a cibernética, fundada por Wiener, cujos conceitos-chaves são entropia (tendência à desorganização do sistema), informação e realimentação (*feedback*), mostra-se importante para o rompimento desejado.

É importante observarmos que em nenhum momento falamos dos sujeitos que executam as tarefas do sistema. Apenas são colocados em questão as características dos sistemas, as informações que eles geram e como essas informações realimentam os sistemas gerando novas informações. Um sistema muito similar com aquilo que entendemos sobre os algoritmos neste trabalho.

1.3 O algoritmo e o Vale do Silício

Com o fim das comunidades alternativas, uma vez que, embora fossem criadas para que não existissem hierarquias e poder, isso não aconteceu (Curtis, 2011), alguns de seus membros acabaram migrando para o Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos (Turner, 2006).

Um dos exemplos que pode ser citado é o de Stewart Brand e do ex-hippie Larry Brilliant, que tomaram como protótipo a revista *Whole Earth Catalog* para criar a comunidade digital The WELL (*idem*, p.141). A WELL era um sistema de conferência remota onde os inscritos poderiam se conectar através de um computador central e enviar mensagens em tempo real uns aos outros.

Quem estivesse conectado a esse fórum de debate dos mais diversos assuntos estaria participando de uma comunidade governada de forma não hierárquica (TURNER, 2006). Conforme descreve Figallo (1993, *apud* LOPES, 2015, p. 34),

princípios de tolerância e de inclusão, justa distribuição de recursos, responsabilidade distribuída, administração pelo exemplo e pela influência, uma hierarquia organizacional plana, uma formulação cooperativa de políticas e a aceitação de um espírito libertário a tender para o anárquico era tudo um resultado da nossa experiência de vida comunal.

Ou seja, os mesmos princípios de simplificação e retroalimentação que estiveram na criação das comunidades *hippies* dos anos 1970 serviram para criar a internet e acreditar que ela seria um ambiente livre da influência governamental e de hierarquia, tendendo sempre ao equilíbrio, sem esquecermos das questões trazidas por Wiener com a cibernética. Mas o surgimento de empresas de novo tipo como o Google, que praticamente monopolizam as buscas por conteúdo *on line*, faz com que a ideia de isenção da rede fique cada vez mais ultrapassada.

Essa forma de pensar a internet e as empresas é o que Barbrook chamou de “Ideologia Californiana” (2009). Conforme explicou o autor, “*Californian ideology, therefore, simultaneously reflects the discipline of market economics and the freedoms of hippie artisanship*” (1996, p.4).

Em outro trabalho, Ferreira (2015) mostra como a Ideologia Californiana afeta inclusive o administrativo dessas empresas geradas no Vale do Silício. Para Ferreira (2015), ao avaliar uma série de reportagens da revista brasileira VOCÊ S/A sobre a filial do Google no Brasil, fica claro que a ideologia tenta apagar o político dentro dessa empresa, quando coloca que apenas a meritocracia seria suficiente para se ter sucesso na carreira profissional. A empresa tenta apagar em seu discurso o fato de que haja hierarquia nos grupos de trabalho, como se fosse um grupo homogêneo onde ninguém é submetido a ninguém, numa espécie de novo capitalismo (FERREIRA, 2015). O fato é que, tal discurso, segundo Ferreira (2015), acaba caindo por terra quando analisadas as matérias publicadas, e o Google torna-se uma empresa como as outras.

Esse discurso da empresa sem hierarquia faz funcionar a memória discursiva das comunidades *hippies* dos anos 1960 e 1970, onde não deveria haver um líder, mas, sim, todos com o mesmo poder de decisão. Tal fato mostra que esse discurso continua vivo, sendo usado nas empresas do Vale do Silício de forma organizacional.

Voltando à questão do algoritmo, na tentativa de personalizar o conteúdo das buscas que os usuários fazem, o Google traz respostas diferentes de acordo com o perfil de quem pesquisa.

Tais algoritmos, por sua vez, funcionam como simplificações da linha de pensamentos e escolhas dos usuários, algo que remete à tentativa de simplificação da natureza feita pelos irmãos Odum, tratados no início do texto. Mas será que tais simplificações são capazes de realmente trazer a cada usuário o conteúdo que ele deseja? Conseguiria o homem traduzir em linhas de código todas as sinapses que o cérebro faz para relacionar determinado assunto?

Quando tratamos do Facebook, as dúvidas não são menores. O conteúdo apresentado na *timeline* de cada usuário seria de fato a representação dos interesses dessas pessoas? O algoritmo do Facebook estaria restringindo a pluralidade de ideias existentes no site?

Em ambos os casos, o que pode estar acontecendo é uma reafirmação do pensamento de cada usuário. Por exemplo, se esse usuário é militante em alguma causa, pesquisa sobre o assunto no Google com frequência e curte e compartilha conteúdo desse tipo no Facebook, com o passar do tempo será inundado com publicações que reforçam suas ideias (PARISER, 2012).

Conforme Fred Turner (2013) traz em seu livro *The Democratic Surround*, os Estados Unidos moldaram o perfil do homem democrático com ideias opostas as que eram apresentadas pelos homens que viviam em regimes totalitários no período do entre guerras e durante a Guerra Fria. Para tal construção, foi essencial a migração de alguns pensadores europeus expulsos por regimes totalitários. Mas uma das conclusões a que o autor chega e que cabe ao nosso trabalho é o fato de que correntes de pensamento, com ramificações em instituições governamentais, que pensavam na produção do homem democrático ou autoritário/autômato, isso de acordo com certas tecnologias de comunicação empregadas, acreditavam que o homem poderia ser moldado, mesmo depois de adulto, de acordo com as informações que fossem colocadas à sua disposição.

Se observarmos os pontos tratados no texto perceberemos que a internet, considerada uma grande ferramenta de emancipação do homem, foi construída sobre ideias de funcionamento da natureza que são bastante questionáveis. Num passo seguinte, com o crescimento da internet, na tentativa de apresentar um conteúdo mais parecido com o perfil dos usuários, sites como o Google e o Facebook desenvolveram algoritmos cuja tentativa é entender as preferências dos usuários de acordo com aquilo que chamamos de economia da atenção.

Talvez, como Paul Henry (2014) afirma em seu texto “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux”, no pensamento pecheutiano seria essencial que as ferramentas de cada ciência fossem reformuladas antes de serem levadas para outra ciência. O exemplo trazido é o uso da balança, que foi amplamente usado na ciência por Galileu, e, quando foi transportada para as ciências humanas para pesar cérebros de determinadas etnias mostrou-se um instrumento de perpetuação de preconceitos. Isso porque nas pesquisas usando cérebros, o cientista responsável acabou chegando à conclusão de que quanto maior o cérebro maior a inteligência, de forma que as etnias com cérebros mais volumosos pudessem ser consideradas superiores às demais.

Transportando tal exemplo para a teoria dos ecossistemas de Tansley, ela surgiu do pensamento freudiano sobre o funcionamento do cérebro e suas interligações elétricas, migrou para o funcionamento e equilíbrio da natureza (ANKER, 2001), e terminou por influenciar os movimentos de contracultura que idealizaram a internet (TURNER, 2006). Mas, ao que parece, em nenhum momento foi tentado readaptar tal teoria quando a área da

ciência onde ela seria utilizada mudava. Com isso tivemos um mesmo conceito servindo de formas diferentes em diferentes áreas do conhecimento humano.

Entra aqui uma outra questão, colocada por Sfez (2002), quando trata da técnica, ou tecnologia, que o autor utiliza com o mesmo sentido, como explica no início do livro *Técnica e Ideologia*. Para ele, “de objeto do discurso, a técnica torna-se o discurso do objeto” (SFEZ, 2002, p. 17). Se pensarmos nas consequências dessa afirmação na relação com aquilo que foi apresentado até o momento em nossa dissertação, podemos notar que, de fato, o que ocorreu foi que a técnica tornou-se o discurso dos objetos, sejam eles a ecologia ou a sociedade.

E, continua, colocando que a técnica acabou por tornar-se serva-dominadora da política (SFEZ, 2002). Em outras palavras, para o filósofo francês, houve uma inversão dos papéis e é a técnica quem dita o que será feito na política. Ela apaga a política e se coloca como verdade absoluta. Podemos observar essa sobreposição na narrativa que fizemos até agora, onde temos os sujeitos apagados e um foco latente na tecnologia e na tentativa de afastar intervenções humanas de resultados e dos processos.

A crítica que fazemos aqui, e que também é o foco de Sfez, é que mesmo parecendo algo isento e fora da ideologia, a técnica, ou tecnologia, também está inserida nela, não escapando de seus rituais, e, conseqüentemente, das falhas que nos fala Pêcheux, conforme citado acima.

Ou seja, mesmo com as tentativas de afastar técnica e sujeito, técnica e política, ou técnica e político, ela sempre será determinada pela ideologia, ainda que não seja sabido por quem elabora suas premissas e procedimentos. Isso ficará melhor entendido conforme dermos prosseguimento ao nosso trabalho.

1.4 O algoritmo do Facebook

Feito o recorte para compreender a influência do pensamento de Tansley para o desenvolvimento da internet e, conseqüentemente, dos algoritmos que a regem, agora aprofundaremos nosso conhecimento sobre o funcionamento do EdgeRank, algoritmo do Facebook que decide para quantas e quais pessoas determinada publicação será visível.

Salientamos a importância do caminho que estamos fazendo recordando nossos objetivos, que já foram apresentados no início de nossa dissertação. De acordo com os

apontamentos que trouxemos, os casos de linchamento, segundo os autores que encontramos sobre o assunto, têm como uma de suas causalidades a descrença na polícia e na justiça. Para Martins (2015), essa descrença é produto, entre outras coisas, das notícias sobre a ineficiência da justiça e sobre leis brandas. Diante disso, nossa empreitada é entender como a página da Folha de S.Paulo no Facebook (com mais seguidores no Brasil) fala sobre as duas instituições. Para entender como se produzem tais sentidos, se o discurso da Folha trata justiça e polícia nos termos que Martins (*idem*) afirma, é preciso entender a circulação na rede social, e, para isso, acreditamos indispensável o percurso histórico conforme o apresentamos até aqui. Veremos agora como o Facebook funciona no que diz respeito à circulação de postagens, que é determinada pelos algoritmos.

Inicialmente, temos que levar em conta que a rede de Zuckerberg monetariza as relações de amizade dentro do site. Portanto, é sempre importante manter os usuários em interação, aumentando o número de informações disponíveis sobre cada perfil, gerando mais “confiabilidade” aos dados gerados sobre cada pessoa.

Por isso uma rede social digital fechada e comercial, como o Facebook, lança novas atualizações constantemente para facilitar o acesso aos seus usuários, aumentar as possibilidades de conexão e interação, fortalecer as relações de cada ator à sua plataforma e conquistar a fidelidade dos seus usuários (NAGASAKO, 2016, p. 13).

Seguindo a linha do autor citado acima, podemos notar que, para o Facebook, é realmente importante que muitas pessoas utilizem a rede. Isso porque as interações do usuário é que permitem um constante aperfeiçoamento dos serviços oferecidos. Nessa matemática de dados, quanto mais pessoas atuam dentro desse universo digital, mais dados são coletados, auxiliando nos ajustes para que os usuários se sintam cada vez mais à vontade em divulgar suas informações.

Para entender melhor como se dão essas relações dentro da rede, podemos pensar em recursos que o Facebook disponibiliza, como publicações, curtidas e compartilhamentos. Através desse histórico de ações é que é traçada a relevância de conteúdo para cada membro da “comunidade digital”.

Em virtude do histórico de interações de cada cliente (publicações, curtidas, compartilhamentos, tags utilizadas etc.), o sistema seleciona que publicações julga serem relevantes e as ordena segundo seus critérios. Além disso, o Facebook “empurra” diversas publicações pagas, que obedecem a um critério comercial, ainda que a empresa insista em considera-las relevantes, já que são selecionadas em virtude das interações passadas. Isto é, a listagem de publicações mostradas sequencialmente em cada *timeline* tem uma interferência significativa do sistema informático. Observa-se, portanto, como o Facebook age como mediador, participando ativamente das associações.” (PRIMO, 2014, pg. 118)

Explicando melhor o que foi dito acima, para entendermos os objetivos do algoritmo que atua no Facebook é necessário pensar o site como uma empresa, cujo objetivo, necessariamente, é dar lucro aos seus proprietários. Sendo assim, o produto da rede social em questão são seus usuários traduzidos em dados que retroalimentam os algoritmos. Essas informações ficam em posse do Facebook e servem para direcionar anúncios pagos, sejam eles de produtos, ideias ou serviços. O nome dado ao algoritmo do Facebook é EdgeRank, e ele usa três fatores para avaliar a relevância de cada postagem, caso ela não seja uma propaganda paga, conforme explica Pariser (2012).

O EdgeRank classifica todas as interações ocorridas no site. A matemática é complicada, mas a ideia básica é bastante simples, baseando-se em três fatores. O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a nossa amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que passamos interagindo com a pessoa e investigando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook nos mostre suas atualizações. O segundo é o peso relativo de cada tipo de conteúdo: atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo). O terceiro é o tempo: itens mais recentes têm mais peso do que postagens mais antigas. (PARISER, 2012, pg. 39)

Com base nisso, podemos afirmar que boa parte da informação consumida dentro do Facebook passa por um filtro antes de chegar aos usuários. Em outras palavras, a rede social

é quem acaba decidindo o que poderemos ter acesso. Dessa maneira cada membro do site está imerso em sua bolha formada pelos filtros.

Esse conceito de “bolha” foi criado por Eli Pariser (2012) em seu livro ‘O Filtro Invisível: o que a Internet está escondendo de você’. Porém, pelo viés da análise de discurso, esse é um conceito que ainda precisa ser melhor analisado e interpretado. Entre os fatores que acreditamos essenciais para discutir tal conceito, que está diretamente ligado à questão do algoritmo, iniciamos pela contextualização do surgimento de tal tecnologia. Para tal finalidade, dedicamos nossas primeiras páginas à tentativa de ligar a história do pensamento cibernético e sua busca pela representação do pensamento humano, acreditando que a retroalimentação de dados fosse suficiente para alcançar a complexidade dos usuários da internet. Posto isso, chegamos à concepção dos algoritmos, que, conforme expusemos acima, acaba por colocar o usuário num cercado limitado por suas escolhas anteriores dentro da rede. Disso, surge o conceito de filtro bolha, desenvolvido por Pariser (2012).

No início de sua obra, o autor explica que a filtragem de informações através de um algoritmo pode parecer fascinante devido à grande quantidade de dados que geramos diariamente.

Naturalmente, existe uma boa razão para que os filtros personalizados sejam tão fascinantes. Na atualidade, somos sobrecarregados por uma torrente de informações: 900 mil postagens em blogs, 50 milhões de tweets, mais de 60 milhões de atualizações de status no Facebook e 210 bilhões de e-mails são enviados para o éter eletrônico todos os dias. Eric Schimidt costuma ressaltar que, se gravássemos toda a comunicação humana desde o início dos tempos até 2003, precisaríamos de aproximadamente 5 bilhões de gigabytes para armazená-la. Agora, estamos criando essa mesma quantidade de dados a cada dois dias. (PARISER, 2012, pg. 15)

Porém, mais adiante em sua obra, o autor trata dos custos que tal sistema de navegação na internet pode ter aos usuários. Ele trata a filtragem como uma barganha. “Ela traz consequências diretas para quem usa filtros personalizados (e, muito em breve, quase todos nós os usaremos, conscientemente ou não). Também gera consequências sociais, que surgem quando uma massa de pessoas começa a viver uma existência filtrada” (PARISER, 2012, p. 18). Podemos apontar como uma dessas consequências a redução da possibilidade de adquirir novos conhecimentos e novas ideias.

Isso porque, ao termos na internet uma das fontes de informação, a diminuição de visões de mundo que nos chegam por conta da atuação dos filtros acaba prejudicando o confronto de nossas “verdades” já estabilizadas com pontos de vista diferentes.

Nos últimos meses de 2016, em virtude das eleições nos Estados Unidos da América, muito vem se falando do combate a notícias falsas divulgadas pelas redes sociais como o Facebook. Para combater as matérias com conteúdo duvidoso que estavam tendo grande repercussão na rede, Zuckerberg anunciou que lançaria um sistema para identificar notícias falsas. “O Facebook se concentra em três eixos para desativar o conteúdo: eliminar os incentivos econômicos desse tipo de publicação, criar novos produtos que freiem esse conteúdo e ajudar a sociedade a tomar decisões com base numa informação” (CANO, EL PAÍS, 2017). O fato é que essas notícias só conseguiram tomar grandes proporções devido ao funcionamento do algoritmo da rede, que mostrou o conteúdo para usuários que de alguma forma tenham se mostrado, anteriormente, interessados naqueles assuntos. Ou seja, podemos apontar essa disseminação de falsas notícias como mais uma consequência do EdgeRank.

Porém, vale ressaltar que, caso o algoritmo identifique uma mudança de comportamento do usuário na rede ele será capaz de reorganizar o conteúdo mostrado ao dono do perfil sem necessidade de intervenção humana. Ou seja, para termos o maior número de opiniões diferentes dentro de nossa *timeline*, temos que consumir conteúdo com pontos de vista divergente. Caso contrário, ficaremos imersos numa bolha onde tudo que nos aparece apenas confirma aquilo que já acreditamos.

Tal movimento reforça aquilo que colocamos sobre a questão do discurso autoritário (Orlandi, 2012), quando afirmamos que o funcionamento dos algoritmos estimula o discurso autoritário por reforçar a paráfrase em detrimento da polissemia, e que retomaremos nas análises das postagens no próximo capítulo.

1.5 Algoritmo e Análise de Discurso

Começaremos a tratar mais diretamente a perspectiva discursiva do uso do algoritmo pelo Facebook. A primeira a ser tratada é a que Cristiane Dias (2017⁶) chama de “dimensão

⁶ Conceito trazido pela autora em sala de aula, na disciplina JC101, no primeiro semestre de 2017, no Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC/Labjor/IEL).

técnica do silêncio”. Para entendê-la, é necessário entendermos o silêncio conforme concebido por Orlandi (1997).

A perspectiva do silêncio em nossa pesquisa será de grande importância. Temos que ter em mente que o silêncio tratado por Orlandi é visto como algo irrepresentável verbalmente. Ou seja, as palavras não dariam conta de representá-lo. Isso não quer dizer que ele não tenha um sentido, pois ele o tem, mas é algo que foge à mera representação verbal. Sendo assim, podemos prosseguir com as explicações da autora.

Ela divide o silêncio em três formas diferentes: o silêncio fundante, o silêncio constitutivo e o silêncio local. A primeira trata do “princípio de toda a significação” (ORLANDI, 1997, p. 70). Segundo a autora, “para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando” (*idem*, p. 71).

A segunda forma descrita, assim como a terceira, é parte constitutiva do silenciamento. Porém, se distinguem da seguinte maneira: enquanto o silêncio constitutivo “representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”... ..É o não-dito necessariamente excluído” (*ibidem*, p. 75 e 76), o silêncio local é a “interdição do dizer”, a “censura” (ORLANDI, 1997, p. 76).

Como pudemos acompanhar na breve explicação, não há apenas uma única forma do silêncio. Tal estudo feito por Orlandi, sem dúvida, abre uma série de possibilidades para trabalharmos a questão do digital, com a forma da constituição do sentido no digital, conforme faremos mais adiante neste trabalho. Quando tratarmos dos discursos que a Folha de S.Paulo traz em suas publicações sobre a polícia e justiça, retornaremos a esses conceitos para melhor entendermos os silenciamentos que produzem sentidos na formulação dessas notícias. Por hora, atemo-nos ao que Dias traz em suas considerações sobre a dimensão técnica do silêncio.

Conforme Dias (2017), existe uma dimensão técnica do silêncio. De acordo com o explicado, num jornal, por exemplo, tudo aquilo que a limitação física da publicação obriga a deixar fora de uma edição pode ser considerado um silêncio técnico, produzido por uma certa empiricidade do modo de organização jornalística. O mesmo acontece com publicações na internet, ou o fato de uma fotografia não conseguir retratar o todo de um acontecimento. “Isso estaria ligado a uma injunção da máquina, capaz de captar tecnicamente um

enquadramento limitado” (*idem*). Sendo assim, o que faz silenciar nesses casos é uma questão técnica. É preciso, no entanto, esclarecer que, para a autora, essa dimensão técnica não se separa da dimensão política do silêncio, tratada por Orlandi (1997), uma vez que os sentidos daquilo que foi recortado por uma injunção técnica, o foi também por uma escolha ideológica e política do sujeito ou do meio no qual a fotografia foi publicada, por exemplo. Mais uma vez aí conta a relação estreita entre uma dimensão técnica e política. Em outros termos, dependendo do meio no qual uma fotografia é publicada, ela pode ter um efeito ou outro.

Desse modo, não devemos acreditar que onde age o silêncio técnico as outras formas de silêncio não existam. Trazendo novamente o caso das publicações em um jornal como exemplo, enquanto as limitações técnicas silenciam certas notícias que não puderam sair em determinada edição, as escolhas de certas palavras e não outras, ou de certas notícias e não outras, traz o silêncio constitutivo. Portanto, mais adiante, quando tratarmos do silêncio técnico em decorrência dos algoritmos, não significa que não haja outras formas de silêncio produzindo efeitos sobre as publicações no Facebook. Porém, neste ponto de nossa dissertação, nos reservamos à tentativa de explicar o silêncio técnico significando o algoritmo.

Gostaríamos, agora, de avançar um pouco nas proposições com relação ao algoritmo. Para tal aventura teórica, vamos primeiro trazer as noções de ideologia, formações ideológicas, interdiscurso e formação discursiva, para que melhor entendamos o que se propõe nesse trabalho com relação à internet e ao que vamos chamar de formação algorítmica.

Sempre atentos ao rigor teórico com que Michel Pêcheux trata a Análise de Discurso, começaremos por explicar a ideologia e as Formações Ideológicas (FIs). Para falarmos de ideologia, precisamos ter em mente que, conforme Orlandi (2012, p. 65), “a ideologia não é um conteúdo “x” mas o mecanismo de produzi-lo”. Ainda segundo a autora, é na ideologia que encontramos a constituição dos sentidos, fora do nosso alcance. Em outras palavras, para se chegar à formulação, passa-se “pela opacidade, pela espessura semântica, pelo corpo da linguagem que, na análise de discurso, chamamos sua materialidade, sua discursividade, sua historicidade. Em uma palavra, pela ideologia” (*idem*, p. 76).

É a ideologia que interpela os indivíduos em sujeito, de acordo com Orlandi (1999).

Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. Expressão de uma teoria da materialidade do sentido que procura levar em conta a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer. (ORLANDI, 1999, p. 15)

As Formações Ideológicas (FIs), por sua vez, “são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (MEDEIROS, 2009, p. 2). É através da noção das FIs que podemos perceber o que Althusser queria dizer ao afirmar que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. “As formações ideológicas caracterizam-se por serem elementos capazes de intervir como força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social” (*idem*, p. 2). Em outras palavras, as FIs são compostas pelas Formações Discursivas (FDs).

A noção de Formação Discursiva “pode ser entendida como *o que pode e deve ser dito* pelo sujeito, ou seja, ela tem saberes regulados pela *forma-sujeito* e apresenta-se dotada de bastante unicidade” (INDURSKY, 2005, p. 4). Porém, conforme conclui a autora, “por outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma *formação discursiva heterogênea*, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva” (INDURSKY, 2005, p. 8).

A noção de interdiscurso pode ser entendida como o intrincamento entre sentido, memória e história. “Interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 1999, p. 31). Em outras palavras, para terem sentido, os dizeres precisam já terem sido ditos antes. Ao dizer, o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia inscreve-se numa determinada formação discursiva, o que ele diz muda de sentido de acordo com a FD onde se inscreve. Os dizeres estão todos no já-dito do interdiscurso.

1.6 Formações algorítmicas

Trataremos, agora, de uma materialidade específica, o digital. Nele, as noções descritas até aqui também produzem efeitos. Porém, devido à sua materialidade distinta, o digital apresenta algumas especificidades que podemos observar.

Ao falarmos de formações algorítmicas (FAs), tratamos do todo complexo de algoritmos que compõem a internet. Tal formulação nos foi possível pelo que Pêcheux (2014) afirma ao dizer que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas” (p.149). Ou seja, para nós, buscando estabelecer um paralelo, assim como toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações discursivas, a formação algorítmica do Facebook, por exemplo, dissimula sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações algorítmicas. Conforme Dias (no prelo), o que chamamos aqui de “todo complexo com dominante” das formações algorítmicas é o que a autora define como “memória digital”. A memória digital se diferencia da memória metálica pois, “escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso” (*idem*). O que estamos afirmando com isso é que a memória digital está para a formação algorítmica assim como a “memória metálica” (ORLANDI, 2012) está para o algoritmo e a memória discursiva está para a formação discursiva. Desse modo, colocamos que enquanto a relação entre algoritmo e memória metálica é de repetição e a relação entre memória discursiva⁷ e formação discursiva se dá com o sujeito inscrito na história e, portanto, heterogênea, a relação entre a memória digital e a formação algorítmica é o heterogêneo que escapa à repetição da máquina, embora continue tendo relação com ela, afinal, trata-se de uma materialidade específica, o digital.

Para melhor nos explicarmos, o que estamos dizendo é que a questão do sentido dentro do Facebook só se faz possível pela dissimulação de todo conteúdo da rede que está na memória metálica (conceito que trataremos adiante). Nisso reside o fato de que o usuário, quase sempre, acaba por considerar que aquilo que aparece em sua linha do tempo só poderia aparecer dessa forma, apagando os demais discursos que se encontram na memória metálica.

⁷ Segundo Indursky (2011), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (p. 86).

Tal fato será essencial mais adiante quando considerarmos a questão da leitura na rede social. Aqui percebemos aquilo que já tratamos anteriormente ao falarmos sobre o discurso autoritário e a dificuldade de transitar entre diferentes formações discursivas que o algoritmo produz. Mas não podemos esquecer que esse algoritmo falha, produzindo heterogeneidade, e a essa falha é que damos o nome de formação algorítmica. Esta falha tem relação com o sujeito, que não é homogêneo. Isso faz que com o algoritmo, produzido por esse sujeito, também seja heterogêneo. Esta falha, ou heterogeneidade, pode ser vista quando do funcionamento do algoritmo, conforme veremos mais adiante no texto.

Retornando mais uma vez à questão dos algoritmos, estes têm por função trazer aquilo que seus desenvolvedores, ao programar os algoritmos, acreditam ser mais pertinente ao usuário de acordo com os dados coletados em seu histórico de navegações pela rede. Nunca esquecendo que o sujeito é historicamente determinado e que isso faz com que esta pretensa homogeneidade do algoritmo seja quebrada e ele apresente falhas, as formações algorítmicas.

Seguindo essa linha de pensamento, caso um usuário comece a mudar os interesses de busca no Google ou os temas de compartilhamento no Facebook, e essa mudança torne-se uma constante, o algoritmo se ajusta às preferências, inscrevendo o sujeito numa FD compatível com os dizeres colocados no digital. Ou seja, o algoritmo acompanha aquilo que pode e dever ser dito de acordo com a FD em que o sujeito que usa o buscador ou usa a rede social está inscrito. Ele é responsável por trazer ao usuário da rede social aquilo que ele espera receber de conteúdo de acordo com a FD onde está inscrito, mas esta esperança nem sempre se concretiza, uma vez que, voltamos a repetir, por mais que se pretenda a homogeneidade do sujeito através do algoritmo, ele falha, porque o sujeito não é homogêneo, mas, sim, contraditório e heterogêneo.

Conforme podemos observar em Indursky (2005), as formações discursivas têm na origem de sua constituição a heterogeneidade, é esta mesma heterogeneidade que distingue o algoritmo do que estamos chamando de formação algorítmica. Ou seja, enquanto o algoritmo é apenas capaz de reproduzir o mesmo, uma vez que tem relação com a memória metálica, a formação algorítmica é heterogênea, a exemplo da FD.

Quando tratamos do silêncio, que segundo Orlandi (1997, p. 76) “trabalha os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer”, ao

considerarmos as FAs também podemos dizer que o silêncio trabalha seus limites, afetado pela sua dimensão técnica. Isso porque ao transitarmos da formação algorítmica do Google para a do Facebook, por exemplo, teremos respostas diferentes para as mesmas procuras. Essas respostas também variam de usuário para usuário dentro de cada um desses sites, fazendo o silêncio trabalhar também entre os sujeitos que utilizam esses sítios. Nos dois exemplos citados temos a dimensão técnica do silêncio funcionando.

Não queremos com isso dizer que outras formas do silêncio não são encontradas quando tomamos a internet como *corpus* para estudo, como poderemos ver no próximo capítulo. Muito menos afirmar que dentro da internet não estejam agindo as FDs, FIs, interdiscurso e ideologia. O que estamos exemplificando nesse trecho da dissertação é que, por ser uma materialidade distinta, a rede contém especificidades discursivas. Portanto, acreditamos que tratar discursivamente os algoritmos impõe a necessidade teórica de pensarmos nas Formações Algorítmicas, elencando suas definições conforme observadas durante o processo de estudo. Ressaltando que tais conceitos aqui pretendem contribuir com o campo da Análise de Discurso, ao propor novas formas de pensar o digital considerando suas especificidades.

Dando seguimento ao que estamos propondo, surge a pergunta: de onde vêm as informações apresentadas pelas Formações Algorítmicas? Uma resposta simples seria afirmar que estão na internet. Porém, há um conceito elaborado por Orlandi (2012) que melhor define esse armazenamento de informações. Ele é chamado de “memória metálica” e é explicado da seguinte maneira pela autora:

Memória metálica é aquela produzida por construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (...), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade. (ORLANDI, 2012, p. 5)

Na Enciclopédia Discursiva da Cidade, Dias nos fala sobre o funcionamento dessa memória. Ela afirma que nos “resultados de busca fornecidos pelo Google, temos o acúmulo de ocorrências que nos são apresentadas segundo o algoritmo do Google. Todas as

informações são acumuladas na memória metálica e atualizadas segundo o filtro do algoritmo” (DIAS, 2016). Relacionando esse trecho com o conceito de Formação Algorítmica que estamos formulando, podemos dizer que no caso do Facebook, quem traz essas informações para a linha do tempo dos usuários é o algoritmo do Facebook, que funciona de maneira distinta dos demais, por levar em consideração um histórico distinto de outros sites, como o Google. Porém, nessa tentativa de trazer o mesmo, o estabilizado, para o usuário, é preciso não esquecer que esse usuário é, antes, sujeito, portanto, contraditório e incompleto em sua constituição histórica, e é aí que a memória digital e a formação algorítmica, conforme explicamos acima, entram em funcionamento, produzindo a possibilidade de ruptura.

Sendo assim, para resumir o que foi exposto neste último item de nosso trabalho, propusemos a introdução de um novo conceito quando tratamos do digital na análise de discurso: a formação algorítmica. Para chegarmos a tal definição, analisamos que para a materialidade específica do digital, ao pensarmos em como as informações contidas na memória metálica chegam ao usuário, era necessário propor um novo conceito, que englobasse não apenas a questão técnica que envolve o algoritmo, mas também sua historicidade. Sendo assim, todo o caminho percorrido ao explicar o desenvolvimento do conceito de retroalimentação e suas consequências observadas ao longo do século XX faz-se necessário para entendermos que ao tratarmos de FAs não estamos apenas falando de um conjunto de comando responsável pela raspagem de dados da memória metálica, mas, sim, de sequências de comandos colocados em seu lugar na história, imbuídos de um político que o digital, por vezes, acaba apagando, mas que deve sempre ser trazido à tona, evitando que as consequências de tal apagamento passem a circular como se fossem algo isento.

A fim de avançar na elaboração da definição de Formações Algorítmicas conforme foi apresentado em nossa introdução, pensamos que as FAs, embora tenham funcionamento semelhante ao das formações discursivas em alguns aspectos, sua constituição está ligada à discursividade do digital. Expliquemo-nos.

A Ideologia Californiana e sua relação com o apagamento do político e dos sujeitos, na tentativa de conseguir um sistema isento, onde relações de poder não sejam determinantes faz parte dessa discursividade onde técnica, ideologia e política não se separam. Mostramos através do trabalho de Ferreira (2016), que mesmo dentro das empresas que adotam políticas não-hierárquicas, na prática, o intento de neutralidade das relações de poder não funciona.

Sendo assim, ao levarmos em consideração os apontamentos feitos por Sfez (2002) sobre a técnica e sua sobreposição à política, nos colocamos a questão: não seria a Formação Algorítmica o real do algoritmo? Sua falha?

Embora o algoritmo, conforme demonstramos no início deste capítulo, devesse ser algo fora do político, sem interferência dos sujeitos, apenas uma sequência de códigos, responsável por trazer as preferências dos usuários do Facebook, por exemplo, sem maiores consequências, não é isso que ocorre quando encaramos o real do algoritmo, e a esse real damos o nome de Formação Algorítmica, uma vez que para que o algoritmo funcione na relação com o sujeito, outros elementos são constitutivos de sua formação, como a ideologia e a política, mas também a indeterminação, o equívoco, o silêncio, o inconsciente, elementos que não são da ordem da técnica, mas da ordem do discurso. Nesse sentido, a Formação Algorítmica é, para nós, a falha do algoritmo, da Ideologia Californiana, da tentativa de afastar o político do técnico, de apagar o sujeito. Portanto, por não ser o algoritmo fechado em si, homogêneo, sem político, mas, sim, heterogêneo e sujeito a equívoco, é que denominamos a Formação Algorítmica como tal. Sendo ela não o algoritmo idealizado, mas o algoritmo real, a falha da Ideologia da técnica. É essa mesma heterogeneidade de posições-sujeito dentro da FA que nos permite coloca-la como formação.

Se tivéssemos considerado o algoritmo como o pensam aqueles que o consideram como expressão idealizada do fora do político e da ideologia, apenas uma ferramenta dentro da internet, poderíamos considerar que o algoritmo seria apenas mais um Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1980). Porém, ao considera-lo em suas falhas, naquilo que não foi programado para ser, no político que o determina, optamos por uma nova definição, a Formação Algorítmica.

Obviamente, este é um conceito ainda em desenvolvimento. Não pretendemos que tais formulações estejam fechadas a críticas e complementos que outros analistas estejam dispostos a contribuir. Esta é apenas a fase inicial do que estamos elaborando, de forma que o conceito de Formação Algorítmica será retomado em nossos estudos no doutorado. Ainda assim, acreditamos que os avanços alcançados em nosso trabalho já sejam suficientemente relevantes para que possam contribuir com a dissertação aqui proposta.

1.7 Formação Algorítmica em funcionamento

Para compreender o funcionamento da formação algorítmica no processo de compreensão dos discursos em circulação no Facebook, optamos por utilizar os perfis de três usuários dessa rede social observando quais seriam as publicações da Folha de S.Paulo que apareceriam para cada um deles. Um dos usuários já seguia as postagens da Folha há alguns anos (U1) e os dois outros (U2 (que acessou a rede social em Pouso Alegre) e U3 (que acessou a rede social em Campinas)) curtiram a página ao mesmo tempo no dia 25 de novembro de 2017. A expectativa era que, de acordo com os históricos de interação de cada usuário, como nos afirma Pariser (2012), houvessem postagens diferentes para cada um dos usuários. Sendo assim, seriam printadas as primeiras cinco postagens da Folha que aparecessem.

No dia 25, ao mesmo tempo, os dois usuários que ainda não seguiam a página curtiram-na. Pela próxima hora, a linha do tempo do Facebook de cada um foi recarregada com objetivo de que alguma postagem do jornal aparecesse em suas linhas do tempo. Para nossa surpresa, nesse primeiro dia nenhuma postagem apareceu. Enquanto isso, para o usuário que já seguia a página havia postagens com notícias sobre a previdência, a morte de um surfista, a possível candidatura de Luciano Huck à presidência, e outras duas postagens sobre o estado de saúde do presidente Michel Temer.

No dia 18 de dezembro de 2017, ao mesmo tempo, os três usuários novamente procuraram pelas primeiras cinco postagens da Folha que apareciam em seus feeds de notícias. Mais uma vez, os dois usuários que recém curtiram a página do jornal não tinham postagens do jornal. É importante salientar que ambos os usuários configuraram no modo “Padrão” o aparecimento das postagens, e mesmo assim houve essa diferença.

Diante do fato, começamos a nos perguntar quais razões teriam levado a tal discrepância entre os resultados. Sendo assim, ao observarmos o que aparecia em cada um dos feeds, notamos que em U3, que acabara de seguir a página, predominavam as postagens de outros usuários, sendo escassas as postagens de páginas, fossem elas jornalísticas ou de empresas oferecendo produtos, a não ser que fossem patrocinados pelas marcas. Sendo assim, as postagens que apareciam tinham conteúdos relacionados ao dia a dia de outros usuários, como idas ao cinema, festas de aniversário e confraternizações.

Já para U2, que também curtiu a página em 25 de novembro, embora não houvesse no feed as postagens da Folha, havia uma série de postagens de páginas ao invés de pessoas, porém poucas eram de meios de comunicação. Havia também postagens de usuários, mas num número muito menor que o encontrado em U3.

Por fim, em U1, aquele que já seguia a página da Folha, percebe-se que em seu feed há uma predominância de postagens de páginas, em especial de páginas de veículos de comunicação. As postagens que aparecem de outros usuários são geralmente com piadas ou compartilhamento de notícias de veículos de comunicação.

A expectativa inicial, como dissemos acima, era que usuários diferentes recebessem diferentes postagens da Folha baseadas em seu histórico de interação. Porém, a diferença foi além do esperado, sendo que não foram encontradas postagens do jornal citado nos dois usuários. Diante disso, podemos afirmar que sim, o algoritmo de fato trabalha no sentido de filtrar determinados conteúdos para seus usuários. Uma filtragem que, considerando o histórico que traçamos desde o início deste capítulo, tem por objetivo apagar o político, como se o fato de não apresentar determinados conteúdos para quem acessa a rede não resultasse em determinadas posições desses sujeitos que utilizam o Facebook, baseados naquilo a que têm disponível.

Aqui fica demonstrado o efeito bolha de que Pariser (2012) nos fala. Onde, por conta dos filtros, aumenta a dificuldade dos usuários em terem acesso a posições diferentes sobre determinados assuntos, quase impedindo o trânsito entre as diferentes formações discursivas que compõem os diversos discursos que circulam no Facebook. Outra consequência dos filtros que fica comprovada com esse pequeno estudo feito é que as postagens que aparecem no feed têm relação com o histórico de atuação de cada usuário e não se alteram a partir de uma única curtida numa página. Seria necessária uma interação maior com a página da Folha para que o conteúdo publicado aparecesse aos usuários? Em conversa com os voluntários da pesquisa, todos disseram acreditar na relação daquilo que fazem na rede com aquilo que lhes aparece. Para U1, o fato de as postagens da Folha aparecerem em seu feed tem relação direta com a frequência que clica nos links mostrados e por vezes acaba compartilhando o conteúdo. Sobre os assuntos que apareceram nas postagens, ele também afirma que são coisas pelas quais pesquisou ou têm interesse.

Para U2, as postagens que mais aparecem são sobre tatuagem, desenhos, séries e postagens com piadas. O usuário também observou um padrão de ordem dos anúncios. Segundo informado, geralmente, quando abre sua conta do Facebook, a terceira postagem é quase sempre alguma propaganda, e depois dela retornam os conteúdos com os assuntos já citados.

Para U3, a predominância das postagens de amigos em seu feed tem relação direta com o uso que faz da rede. Segundo nos foi contado por U3, sua principal atividade no Facebook era curtir e comentar postagens de amigos e parentes. Então, quando percebeu, seu feed estava inundado desse conteúdo sem que se desse conta.

Para finalizar o capítulo, deixamos em aberto a pergunta: o que aconteceria se esses mesmos usuários comesçassem a curtir e compartilhar os conteúdos que a Folha disponibiliza em sua fanpage no Facebook? Isso provocaria mudanças também nas demais postagens que aparecem em seu feed? Essa não é uma questão que responderemos nessa dissertação, porém, a continuidade do desenvolvimento da noção de formação algorítmica, a partir do funcionamento do algoritmo, certamente, nos dará elementos teóricos para compreender o funcionamento do discurso digital, tal como ele se historiciza no mundo.

2 PUBLICAÇÕES DA FOLHA DE S.PAULO NO FACEBOOK

Nesta segunda parte da dissertação faremos as análises das publicações da página do Facebook da Folha de S.Paulo onde aparecem as palavras justiça e polícia. Conforme já explicamos em outros trechos de nosso trabalho, a escolha pela análise das postagens sobre polícia e justiça se deve às afirmações de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema dos linchamentos (SINHORETTO, 2001; BENEVIDES, 1981; FERREIRA (sem data); MARTINS, 2015) - tema que despertou nosso interesse para o desenvolvimento da pesquisa - serem motivados, entre outras coisas, pela descrença da população nas duas instituições citadas: a justiça e a polícia. Já a relação com o jornalismo se deve à Martins (2015), que coloca as notícias divulgadas sobre justiça lenta e leis muito brandas como uma das geradoras dessa descrença. Sendo assim, optamos por analisar as postagens da Folha de S.Paulo no Facebook, onde aparecem a palavra justiça e polícia. Tal escolha se justifica pela relevância deste meio de comunicação com relação ao número de seguidores na rede social (em torno de seis milhões de usuários). Aprofundaremos as justificativas no decorrer do capítulo. Iniciaremos pela descrição do linchamento que nos levou à elaboração de nossa pesquisa.

Em 3 de maio de 2014 era linchada na cidade do Guarujá, Estado de São Paulo, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus. Esse fato nos chamou bastante atenção, pois um dos estopins para tal acontecimento foi um retrato falado postado por um veículo de notícias local divulgado pelo Facebook. Na legenda desse retrato havia a explicação de que a mulher desenhada estava sequestrando crianças pela cidade para realizar rituais de magia negra com as mesmas. Fabiane foi confundida com a suspeita, perseguida e agredida, morrendo no hospital. Porém, aqui cabe uma questão: foi a semelhança física de Fabiane com o retrato-falado que desencadeou o linchamento? Não. É preciso lembrar que, conforme foi divulgado (FURTADO e JÚNIOR, 2014), o ato teve início após a dona de casa passar a mão na cabeça de uma criança e oferecer-lhe uma fruta. Gesto que se inscreve na memória dos contos de fada⁸, onde a bruxa alicia crianças oferecendo doces e frutas. O que afirmamos aqui é que não foi a mera semelhança física (se é que ela existia, uma vez que, olhando as fotos de Fabiane e o retrato falado, vemos que têm traços físicos diferentes) que levou ao

⁸ Os contos de fadas, mais que entreter crianças, funcionam como controle social, administração do social pela moralidade. Eis o motivo de quase sempre virem acompanhados de uma lição de moral ao final.

linchamento, mas, sim, outras questões que levaram os agressores a fazer justiça com as próprias mãos.

Voltando às motivações desta dissertação, ao observarmos o linchamento descrito acima, que teve ampla divulgação nos meios de comunicação, surgiu a pergunta: de que maneira os meios de comunicação influem em acontecimentos como esses? Em busca de uma resposta, procuramos por literatura especializada em linchamentos e encontramos o livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”. Nele, Martins (2015) traz os primeiros resultados das pesquisas que vem fazendo com base num arquivo de 2028 casos de linchamento ocorridos nos últimos 60 anos no Brasil.

Vamos nos ater a uma frase bastante elucidativa no trabalho de Martins (2015) sobre a relação entre o jornalismo e o linchamento. Segundo o autor,

se pode falar numa predisposição ao linchamento e ao ato impulsivo em face das reiteradas informações difundidas pela mídia quanto a episódios de justiça lenta e de leis tolerantes em relação a crimes que a população tende a considerar muito mais graves do que a lei os considera. (MARTINS, 2015, p. 96)

Com isso, entendemos que Martins enxerga que a população considera as punições previstas em lei mais brandas do que gostaria, e uma justiça demasiada lenta para aplicar tais punições. O papel de estabilizar tais sentidos é dado às mídias.

Continuando, quando da escolha do *corpus* para análise, optamos pela página do Facebook da Folha de S.Paulo. O Facebook foi escolhido por ter uma linguagem muito específica no trato com o leitor e por ser a mesma rede social por onde foi difundida a notícia que levou à morte de Fabiane Maria de Jesus, acontecimento que deu início à nossa pesquisa. Sem dúvida, poderíamos ter optado pelo site do Jornal Folha de S. Paulo ou mesmo sua versão impressa. Porém, alguns fatores nos fizeram optar pela análise das postagens no Facebook. Entre eles está uma pesquisa divulgada pela agência Quartz (2015) onde é apontado que 55% dos brasileiros acreditam que o Facebook seja a própria internet. Em outras palavras, mais da metade dos participantes da pesquisa acredita que a rede social é a rede mundial de computadores, o que evidencia a importância de entendermos mais sobre ela. Outro fator importante a ser considerado, é que algumas empresas de telefonia móvel,

em parceria com o Facebook, disponibilizam acesso gratuito ao site. Ou seja, para acessar a rede social o usuário não gasta parte de sua banda de internet, o que aumenta o envolvimento desses clientes com a empresa de Zuckerberg. Traçando um paralelo, enquanto para acessar o Facebook a internet é gratuita, para conseguir ler o que o site da Folha de S.Paulo é necessário gastar o plano de dados e, em grande parte dos casos, ser assinante do jornal para ter acesso ao conteúdo. Isso explica o fato de cada vez mais pessoas usarem a rede social como fonte de informação mesmo que não possam ter acesso ao texto completo da matéria, ficando somente com o que é escrito no título.

Quanto à escolha do perfil da Folha de S.Paulo, levamos em consideração o número de pessoas que seguem as publicações no Facebook. Enquanto vende 300 mil exemplares impressos por dia (FOLHA, 2015), a fanpage da Folha tem quase seis milhões de seguidores. O que ressalta, mais uma vez, a importância da rede na disseminação de informações.

Porém, é importante reafirmar, nem todas as notícias publicadas pela Folha de S.Paulo chegam a todos os usuários que seguem a página. Isso porque, conforme explicamos no capítulo anterior, dentro do Facebook encontramos a Formação Algorítmica que interfere nesses resultados. Portanto, as notícias que serão mostradas ao seguidor da Folha de S.Paulo levam em conta o histórico do usuário na rede e também a historicidade do desenvolvimento do algoritmo.

Com isso, queremos dizer que a própria noção de Formação Algorítmica leva em conta toda historicidade do desenvolvimento dessas linhas de código conforme foi mostrado no capítulo anterior. Assim, temos que a finalidade do algoritmo dos sites na internet é a recolha de dados de navegação que serão usados tanto para fins comerciais, como apresentar produtos potencialmente compráveis, quanto para fins de desenvolvimento da própria rede. Por exemplo, identificando preferências é possível oferecer novos produtos na rede que farão o usuário ficar mais tempo navegando, fornecendo mais dados para que o usuário consuma mais e sejam desenvolvidos mais serviços, sem contar a questão da economia da atenção que também já tratamos. Num processo de retroalimentação conforme idealizaram os desenvolvedores da internet. Porém, tal pretensão de homogeneidade não é alcançada e quando há espaço para o heterogêneo, aí temos a Formação Algorítmica.

Retomando a questão da escolha que fizemos para o *corpus* a ser analisado, esbarramos em outra particularidade do Facebook. Inicialmente, tínhamos a intenção de

usarmos as postagens feitas ainda no ano de 2015, durante o mês de maio. A escolha se deu pelo fato de que fora um mês sem muitos acontecimentos de grande repercussão envolvendo a justiça e a polícia. Porém, quando fomos em busca de tais postagens, descobrimos que só nos é dado acesso às postagens feitas até três meses antes da data da busca.

Tal fato nos chamou a atenção. Sendo assim, as postagens que fazem parte de nosso *corpus* vão de 20 de outubro de 2016 a 20 de janeiro de 2017. Essa particularidade das buscas dentro do site traz uma contradição entre aquilo que se imagina da memória metálica e aquilo que ela de fato proporciona. Embora se acredite que tudo que é postado no Facebook esteja fácil de ser novamente acessado, na prática há uma restrição a esse acesso, limitando o tempo regresso a que podemos ter contato.

2.1 Sobre a Justiça e a Polícia

Levando em conta o trecho que Martins (2015) nos trouxe sobre a influência das informações trazidas pela mídia na relação com os casos de linchamento (“se pode falar numa predisposição ao linchamento e ao ato impulsivo em face das reiteradas informações difundidas pela mídia quanto a episódios de justiça lenta e leis tolerantes” (MARTINS, 2015, p. 96)), optamos por buscar publicações no Facebook da Folha de S.Paulo que trouxessem as palavras “Justiça” e “Polícia”. Isso se deve às informações que tratam sobre o linchamento afirmarem que os casos de linchamento estão ligados à descrença da população nas duas instituições acima citadas.

Sendo assim, entramos na página do Facebook do jornal em questão e clicamos no ícone “ver tudo”⁹. Isso porque, conforme verificamos empiricamente, essa era a única forma de não deixar de ter acesso a tudo que foi publicado sobre determinado tema em determinado período. Caso contrário, só nos eram mostradas as publicações que o algoritmo considerava relevantes para o usuário. Em seguida, fomos à ferramenta de busca que existe dentro da página da Folha e escrevemos a palavra “Justiça”. Para tal busca foram apresentados 61 resultados¹⁰, em que a palavra estava escrita no título ou no pequeno texto de apresentação

⁹ O botão “ver tudo”, porém, foi removido numa das atualizações do Facebook. Portanto, se realizarmos as mesmas buscas hoje na rede social os resultados serão diferentes dos obtidos nesta dissertação.

¹⁰ Os 61 resultados estão disponível para consulta em anexo a esse trabalho.

antes da foto. O mesmo processo foi realizado para busca da palavra “Polícia” nas publicações. Neste caso, apareceram 56 resultados¹¹.

Imagem 1 - Facebook Folha de S.Paulo



Fonte: Facebook, 2017

A escolha das palavras “Justiça” e “Polícia” para realizarmos a busca no Facebook, tem como objetivo compreender como são construídos os discursos sobre estas duas instituições e como eles circulam, como se evidenciam seus sentidos. Isso porque, de acordo com a teoria da análise de discurso, as palavras não têm sentido em si. Há todo um jogo com a ideologia para que esse sentido tome forma. Para melhor descrevermos como se dá tal relação, traremos uma citação de Orlandi (1999), onde a autora afirma que,

como não há uma relação termo a termo entre linguagem/mundo/pensamento, essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz

¹¹ Os 56 resultados estão disponíveis para consulta em anexo a esse trabalho.

necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique, produzindo o efeito de evidência do sentido. (ORLANDI, 1999, p.48)

Como exposto no trecho, para que haja o efeito de evidência do sentido, é necessário o apagamento da inscrição da língua na história. Este apagamento é produzido pela interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Costa (2014) nos traz mais dois conceitos, metáfora e metonímia, que conforme explica Pêcheux devem ser pensados para a produção de evidências.

Ainda citando os escritos de Costa (2014), a autora explica que Pêcheux chamou a isso de princípio da dualidade. Onde, na metáfora, a “ideologia é compreendida como sistema de sinalização” (*idem*, p.26), e, na metonímia, “a ideologia se configura como um sistema de operações” (*ibidem*). Para a autora, com isso Pêcheux

indica que é necessário buscar a diferença entre o comportamento ideológico e o discurso ideológico – por exemplo, o comportamento religioso e o discurso religioso -, “pois os comportamentos econômicos, políticos, morais, religiosos etc. se metaforizam entre si”, ou seja, “emprestam elementos uns aos outros”, enquanto “o discurso teórico metonimiza as formas especulativas específicas da política, da moral e da teologia. (COSTA, 2014, p.26).

Continuando a citar a autora, esse processo produz o “jogo de deslocamentos de significações” (*idem*, p.27) articulando esses dois elementos numa estrutura sintática. Como resultado, teremos o efeito-realidade e o efeito-sujeito.

Trazendo essa concepção de ideologia, pretendemos entender como o Facebook da Folha de S.Paulo discursiviza as palavras “Justiça” e “Polícia”, analisando não apenas seus textos, mas também a relação com as imagens que tais postagens trazem. Com isso, podemos pensar o efeito da ideologia apagando a história dos sentidos de Polícia e Justiça, trazendo um novo sentido baseado nas publicações do Facebook da Folha de S.Paulo.

O embasamento teórico para tal análise será ancorado no conceito de *discurso sobre*, trazido por Orlandi (2008) e Mariani (1998). Tal como afirma Orlandi,

consideramos que os “discursos sobre” são uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpelação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc. (2008, p.44)

Acreditamos que quando Orlandi fala de institucionalização, trata também da estabilização dos sentidos. Trazendo tal conceito para o trabalho que estamos desenvolvendo, podemos afirmar que o Facebook da Folha de S.Paulo é um destes institucionalizadores de sentido, uma vez que, sendo um jornal, o que apresenta é quase sempre um *discurso sobre* alguma coisa ou alguém. Nos casos que estamos estudando, os discursos são sobre a “Justiça” e a “Polícia”.

Para pensarmos um pouco mais a fundo o que estamos dizendo, traremos o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) segundo Althusser (1980). De acordo com o autor, “designamos por Aparelhos Ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 43). Entre essas instituições, Althusser coloca “o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão etc)” (*idem*, p.44). Ele as caracteriza como sendo do domínio privado. “Privadas são as igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais...” (*ibidem*, p.45). E continua,

pouco importa que as instituições que os realizam (os AIE) sejam públicas ou privadas. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente funcionar como Aparelhos Ideológicos do Estado. Uma análise um pouco mais profunda de qualquer dos AIE seria suficiente para provar o que acabamos de dizer. (ALTHUSSER, 1980, p. 46)

Sendo assim, seguindo as afirmações do autor, podemos concluir que, sendo os meios de comunicação Aparelhos Ideológicos do Estados, também caberia a eles o papel de tentar institucionalizar sentidos como os de justiça e polícia através do *discurso sobre*.

Há ainda uma importante reflexão produzida por Costa (2014) a respeito do *discurso sobre*. Conforme ela afirma, o *discurso sobre* articula formações imaginárias e interpretação com a construção discursiva do referente (p. 28). As formações imaginárias, de acordo com a teoria da análise de discurso, “designam os lugares que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). Trazendo tal conceito para o trabalho que estamos realizando, podemos dizer que há posições que a Folha ocupa enquanto sujeito ao publicar no Facebook, e da mesma

forma, o leitor ocupa uma posição específica enquanto sujeito ao receber as informações em sua linha do tempo na rede social. Sendo assim, ao ler no Facebook ou no site da Folha, o sujeito ocupa lugares diferentes no que diz respeito às formações imaginárias. Isso porque, tomando como ponto de partida o algoritmo que atua na rede social, aquilo que aparece ao leitor está baseado em seu histórico de navegação, ou seja, deve despertar algum interesse para conquistar sua atenção. Enquanto isso, no site ou na publicação impressa temos notícias de todos os tipos, organizadas editorialmente de acordo com um leitor imaginado pelo editor humano, que podem ou não interessar ao sujeito em questão. Portanto, sem nenhuma dúvida, a/o imag(inário)em construída(o) pelo leitor das notícias do Facebook da Folha e das demais mídias onde o jornal publica suas notícias são distintos, uma vez que no Facebook dificilmente terá acesso à totalidade de vozes que compõem tal instituição jornalística.

Também temos que levar em consideração outros pontos ao falar da relação entre o Facebook e a Folha de S.Paulo. Para tal propósito propomos um deslocamento do que Silva (2012) fala a respeito da televisão e o imediatismo. Para a autora, o imediatismo da televisão leva ao imaginário de uma comunicação que se faz de modo direto, como se as imagens trazidas falassem por si. Acreditamos que esse imaginário é acentuado dentro das redes sociais, com a ajuda do algoritmo. Isso porque quando pensamos na origem impressa da Folha de S.Paulo, esse imediatismo não era possível de ser alcançado, uma vez que o jornal era diário, e o papel do imediato ficava por conta do rádio. Com a chegada da internet, esse cenário começa a mudar, uma vez que a página pode ser alimentada durante o dia, estabelecendo essa relação com o imediato. Mas é com a chegada da rede social que acreditamos que os vínculos entre o jornalismo e o imediatismo ficam mais fortes. Uma vez curtida a página da Folha no Facebook o usuário, por vezes, acredita que será informado instantaneamente sobre tudo aquilo que for publicado pelo veículo de comunicação em questão. Porém, como mostramos com a análise do funcionamento do algoritmo para distintos usuários do Facebook que curtiram a Folha, essa garantia de informação sem a necessidade de entrar no site nem sempre se confirma. Até mesmo porque apenas parte das postagens aparecem devido ao critério de interesse estabelecido pelo algoritmo.

Portanto, conforme afirma Silva (2012), há uma tentativa por parte da imprensa, e acrescentamos que também por parte da rede social, de construir uma imagem de atualidade que é produzida pela informação. Mas não podemos esquecer, ainda de acordo com Silva (2012), que “a prática jornalística identifica-se à produção/consumo de “mensagens” e o que

passa a demandar o jornalista é alcançar o público (consumidor) através de um conjunto de “imagens do produto”” (p. 32). Temos aqui o retorno daquilo que já abordamos sobre a economia da atenção e as bases econômicas que constituem o jornalismo: a notícia é um produto e, como tal, deve ser consumido.

Voltando a tratar da questão dos AIE, concluímos que quando a Folha de S.Paulo traz um discurso sobre a “Polícia” e a “Justiça”, sendo ela um Aparelho Ideológico do Estado, de certa maneira acaba sendo uma das responsáveis pela estabilização de sentidos, não só da “Polícia” e da “Justiça”, mas de tantos outros. E também que tais sentidos poderiam variar de acordo com o meio (rede social, site ou jornal impresso) com suas condições de produção específicas, incluindo os lugares de sua circulação.

2.2 Analisando as publicações

Neste item do trabalho daremos início à análise das publicações. Para tanto, traremos as imagens dos posts publicados pela Folha de S.Paulo no Facebook no período de 20 de outubro de 2016 à 20 de janeiro de 2017. O modo como tais publicações foram obtidas foi explicitado no item anterior.

Com relação aos recortes onde encontramos a palavra “Justiça”, logo que o *corpus* começou a ser formado, observamos algumas marcas no discurso ao relacionarmos as imagens que acompanham as postagens. Dos 61 recortes, 39 trazem imagens de políticos ou outras autoridades, celebridades e pessoas brancas; 9 imagens não tem nenhuma pessoa na foto; 4 têm pessoas negras; e em 9 imagens não é possível identificar a cor de pele da pessoa.

Optamos por entrar em nosso *corpus* pensando a relação da palavra Justiça com as imagens que acompanham os posts uma vez que, conforme afirma Orlandi, “a organização do texto dá indícios de como o autor pratica significações” (2012, p. 12 e 13). Sendo assim, as escolhas não só das palavras, mas também das imagens, são ponto importante para entendermos o discurso da Folha de S.Paulo no Facebook quando suas postagens trazem a palavra justiça ou polícia. Ou seja, aqui tratamos de uma questão de formulação. De acordo com Orlandi, “é a formulação que se coloca como uma cesura no continuum da discursividade e, ao fazê-lo, se compromete com uma versão (interpretação, formação discursiva, ideologia)” (2012, p.13). Temos então que a Folha, ao postar determinados conteúdos, com o uso de determinadas palavras e imagens, inscreve-se em certas formações

discursivas e ideologia. Com isso, gostaríamos de enfatizar que tal uso não é aleatório ou casual, mas, sim, um comprometimento com determinada versão, no caso estudado, das instituições polícia e justiça.

Devemos também nos atentar ao fato de que todas as publicações de nosso *corpus* possuem uma imagem que as acompanham. Podemos apontar essa questão como algo específico do jornalismo dentro da rede social, uma vez que em sua versão impressa ainda há notícias que são publicadas sem imagens. Associamos esse imperativo da imagem como resultado da necessidade de cliques em todo o material que é postado. Expliquemo-nos. Assim como o lucro da rede social vem em grande parte com a venda de anúncios, o mesmo acontece com os sites dos jornais. Sendo assim, é preciso que mais usuários entrem no site, e uma das maneiras de chamar a atenção desses usuários da rede social para que entrem no site da Folha, por exemplo, é colocando, além de manchetes chamativas, uma imagem que possa ilustrar aquilo de que se fala (embora, como veremos no decorrer das análises, nem sempre a imagem diz respeito à ação noticiada na manchete). Exemplificando de outra forma, é como se toda postagem na rede social fosse uma capa do jornal impresso, onde deve conter uma manchete chamativa e uma imagem de mesmo valor, de modo a atrair o leitor a entrar no site do meio de comunicação e dessa forma garantir que os anúncios ali colocados sejam vistos pelo maior número de pessoas possível, atraindo um maior número de anunciantes e, conseqüentemente, aumentando o valor do espaço vendido. Se no jornal impresso era necessária uma capa com boas fotos e um texto chamativo para que a edição fosse vendida, o mesmo ocorre com as postagens, mas num ritmo mais acelerado, onde o que se pretende é o clique do usuário que leve ao site do veículo de comunicação.

Portanto, é essencial pensarmos os silêncios que essa primeira abordagem do *corpus* faz significar, ao tratar do discurso que a Folha de S.Paulo constrói sobre a Justiça.

2.2.1 Justiça

Vejamos um primeiro recorte de análise. É importante, porém, salientar que não analisaremos todas as postagens selecionadas para compor o corpus, mas apenas as que consideramos mais relevantes para demonstrar aquilo que pretendemos neste trabalho. No entanto, é importante dizer que para chegar aos recortes de análise que apresentaremos, partimos de uma regularidade observada no material selecionado, a de que há

predominantemente uma relação entre a palavra justiça e as figuras públicas e políticos e entre a palavra polícia e movimentos sociais, protestos, periferia, rebeliões¹².

Imagem 2 – Justiça decreta prisão temporária de mulher do embaixador grego



Fonte: Facebook Folha de S.Paulo

No Recorte 1, que chamaremos daqui em diante de R1, temos a imagem de Françoise de Souza Oliveira, mulher do embaixador da Grécia no Brasil, Kyriacos Amiridis, apontada como responsável pelo assassinato do marido, e embaixo da imagem a formulação “Justiça decreta prisão temporária de mulher de embaixador grego”. Qual o efeito de sentido produzido por essa postagem? Podemos observar que na imagem que compõe R1, não há indício claro que remonte ao fato de que a mulher esteja em vias de ser presa, ainda que temporariamente. O que podemos ler na imagem da publicação é uma mulher branca, com óculos escuros passando entre câmeras de televisão e jornalistas, e com um semblante serrado, preocupado. Poderíamos supor algumas situações nas quais essa descrição se encaixaria e é possível que uma delas seja a condução de alguém pela justiça, porém, se

¹² Os demais recortes que compõem o *corpus* serão anexados ao final de nossa dissertação.

recorreremos ao imaginário estabilizado de alguém sendo preso, a “montagem discursiva”¹³ (VARGAS, 2011), organizada pela postagem, produz equívocos. Como sabemos, em análise de discurso, o equívoco é uma noção que aponta para a multiplicidade dos sentidos. Desse modo, na análise de R1, o que fica é o jogo de sentidos e o jogo imaginário produzidos pela postagem, que instaura a dúvida sobre se é uma prisão ou não. O que nos interessa com essa descrição, em termos analíticos, é compreender que efeito de sentido é produzido pela publicação e que poderia vir a contribuir para a produção de um sentido de justiça no Brasil, e não outro. Mas que outros sentidos poderiam ser produzidos? E de que modo?

Em R1 temos uma mulher branca, com posses e status, afinal é esposa de embaixador, com jornalistas ao redor. Quando temos tal imagem seguida da Manchete 1 (M1), “Justiça decreta prisão temporária de mulher de embaixador grego”, o sentido mais forte é a relação entre justiça e mulher de embaixador. Mas qual é essa relação? Ao pensarmos a justiça brasileira, não é difícil encontrarmos casos em que a justiça age de forma mais branda com brancos. Esse fato faz parte do imaginário da população sobre justiça. Aqui entra uma outra pergunta: estaria a justiça sendo imparcial neste caso? Isso porque a prisão preventiva de Françoise é simplesmente o ato que se espera do “sujeito de direito” (ORLANDI, 2016). Conforme Orlandi (idem), a forma-sujeito moderna é a capitalista, cuja característica é o sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. Portanto, como poderemos ver nas análises que seguem, ainda que o jornal publique uma manchete com foto tratando da prisão preventiva da mulher do embaixador, o sentido de justiça para todos é deslocado quando da memória das prisões lotadas de pessoas negras e pobres. Sendo assim, não podemos esquecer que a Folha de S.Paulo está desempenhando seu papel de aparelho ideológico do estado, mesmo quando publica algo sobre uma mulher branca sendo presa.

Num olhar mais atento à M1, percebemos tal funcionamento quando, em nenhum momento, é informado o crime do qual Françoise é acusada. Portanto, temos um texto que diz que uma mulher tem sua prisão preventiva decretada, mas o crime cometido por ela não é nomeado, não é dito, não é, portanto, significado. Afinal, quando se lê tal postagem no Facebook e não conseguimos acessar a matéria completa sobre o caso, partimos da unidade de sentido ali produzida, para significar uma mulher branca, cercada de jornalistas, com uma

¹³ “Tecitura de relações entre diferentes textualidades concebida sob os domínios de memória, da atualidade e da antecipação” (VARGAS, 2011, p. 123).

manchete anunciando sua prisão, sem sabermos se algum crime foi cometido. A equivocidade do sentido, então, se instaura: a mulher realmente cometeu o crime? A justiça a está conduzindo injustamente?

Para melhor exemplificar a relação entre as notícias em que a palavra justiça aparece e as imagens que as acompanham, traremos o Recorte 2 (R2). Nele aparecem o governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito da cidade de São Paulo João Doria Júnior (PSDB). A matéria em questão trata do novo veto ao aumento de tarifa de transporte público. A manchete (M2) diz: “Em nova derrota de Alckmin, Justiça mantém veto a reajuste de tarifa”. E o texto acima da foto traz: “Um novo recurso do governo foi indeferido”.

Imagem 3 – Em nova derrota de Alckmin, Justiça mantém veto a reajuste da tarifa



Fonte: Facebook Folha de S. Paulo

Iniciaremos por descrever a imagem. Nela, o governador e o prefeito aparecem sorrindo, sendo que o segundo está segurando uma xícara. Na cena, vemos várias pessoas de terno transitando por um salão que lembra residências oficiais de membros do governo. Para dar um ar ainda mais aristocrático, um pedaço de um quadro aparece ao fundo.

Mais uma vez, é contraditória a relação entre a imagem e o texto. Como pode alguém que sofreu uma derrota na Justiça aparecer sorrindo? O efeito sobre uma decisão da

justiça parece ter sido silenciado. Mais do que isso, a imagem produz o sentido jocoso em relação à decisão da justiça. Como se a decisão fosse uma piada. Descrença. Zomba-se da decisão da justiça. A imagem utilizada poderia ter sido outra, que produzisse formas mais sisudas às feições dos fotografados, produzindo o efeito da confiança e do respeito sobre a decisão tomada. Além disso, a foto bem iluminada poderia ter sido substituída por uma com menos luz, filiando-se mesmo a uma memória da justiça como algo que impõe medo da parte de quem se esconde da Justiça após uma derrota. Mas o que prevalece em R2 é o efeito da zombaria e da descrença.

Retomando o que colocamos no início deste subcapítulo sobre a questão da imagem no jornalismo dentro das redes sociais e sua necessidade para despertar interesse nos usuários, temos aqui um exemplo sobre o assunto. Isso porque ao contrário do que aconteceu no post anterior, onde era possível encontrar uma imagem que representasse a própria ação da prisão da mulher do embaixador, embora, nada na imagem identifique os agentes da polícia ou mesmo da justiça, no caso da decisão da justiça noticiada no recorte acima, encontrar uma foto correspondente à manchete é mais complicado. Mesmo assim, pelos motivos citados anteriormente, não era possível deixar apenas o texto relativo ao assunto, uma vez que para ter maior atenção dos usuários da rede, uma imagem cumpre melhor a função do que apenas a manchete. Diante disso, fica a pergunta: qual imagem usar? Ainda que a necessidade de uma imagem “para ilustrar” a postagem seja premente no jornalismo, não podemos descartar que para a análise de discurso, a questão da formulação, conforme trazida por Orlandi (2012), que nos explica que formular é comprometer-se com uma versão, é significativa. Portanto, ao escolher trazer determinada imagem e não outra, a Folha compromete-se com determinada versão para a manchete que traz no post. Ou seja, ainda que não haja imagem que corresponda diretamente à manchete, a escolha por uma foto onde aparecem o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital paulista, João Doria Júnior, produz sentidos diferentes de qualquer outra imagem que ali estivesse colocada. Eis o que a análise de discurso compreende como a construção discursiva do referente. Por exemplo, ao invés dos políticos, poderiam ter sido usadas as imagens dos movimentos sociais que lutam a favor da passagem grátis, como o Movimento Passe Livre¹⁴.

¹⁴ O Movimento Passe Livre surgiu em 2002, mas ganhou destaque nacional durante os protestos contra o aumento da passagem em 2013. É importante salientar que, embora sem o destaque dado na época das manifestações acima citadas, o movimento continua promovendo protestos contra o aumento das passagens na cidade de São Paulo.

Tal como consta na postagem de 6 de janeiro às 20:35, em anexo (p. 117), se relacionarmos essa postagem que trazemos aqui para análise, com a do dia 6 de janeiro que consta em nossos anexos, fica reforçada a derrota do governador Alckmin na justiça, já que é uma derrota recorrente. No entanto, a imagem trazida nessa postagem, produz o equívoco, amenizando a derrota. Ou seja, a imagem também produz uma versão. Enquanto discurso, a imagem é lugar de textualização de sentidos e, portanto, de inscrição do equívoco.

O que queremos demonstrar aqui é o efeito de evidência que o uso de tal imagem traz. São homens públicos, brancos, que parecem não se importar com uma derrota na Justiça, nem mesmo com a própria decisão da justiça, como se ela nada valesse. Não estamos aqui querendo dizer que o reajuste de tarifa seria benéfico à população e o fato de ter sido barrado deveria causar comoção aos políticos em cena. Mas fica evidente a foto produz um sentido de desdém das decisões judiciais por parte dos políticos, como que mostrando seu poder em reverter tais feitos.

Cabe aqui uma análise sobre a manchete: “Em nova derrota de Alckmin, Justiça mantém veto a reajuste de tarifa”. No trecho, temos o uso das palavras “veto”, “reajuste” e “tarifa”. Vocabulário bastante técnico para lidar com o assunto em questão: o aumento das passagens. Tal relação de palavras acaba por silenciar a relação do tema com a rotina de quem usa o transporte público na cidade. Podemos reescrever a frase da seguinte maneira: “Alckmin tenta subir passagem, mas Justiça mantém valor”. Embora o sentido continue, aparentemente, o mesmo, as relações de poder entre a Justiça e o governador ficam mais evidentes, esclarecendo, de forma menos técnica, o que trata o assunto da postagem.

Também merece nossa atenção a relação entre o verbal e o não-verbal neste recorte. Dessa maneira, temos a palavra derrota utilizada na manchete e a imagem do governador sorrindo. Ou seja, a imagem desestabiliza a palavra derrota, produzindo um sentido de vitória.

Imagem 4 – Por renovação, dirigentes do PT defendem que condenados pela justiça sejam expulsos do partido



Fonte: Facebook Folha de S. Paulo

No Recorte 3 (R3), temos a imagem do ex-presidente Lula com a seguinte manchete: “Por renovação, dirigentes do PT defendem que condenados pela Justiça sejam expulsos do partido”. Na foto temos Lula discursando, de terno e gravata, numa tribuna. Como acontece nos outros recortes analisados, a imagem utilizada em R3 também acaba por silenciar certos sentidos. Ela produz, na relação entre o verbal e o não-verbal, a equivocidade do sentido, construindo discursivamente Lula como o referente para “condenados”. No entanto, “condenados” podem ser “todos os condenados” ou “condenados em geral”, e não necessariamente Lula. Além disso, podemos destacar que Lula não era, no momento de publicação desse post, condenado pela Justiça. Portanto, ao vincular sua imagem aos dizeres “condenados pela Justiça”, a Folha produz o equívoco sobre sua inocência até aquele momento, colocando-o como alguém de quem se fala para pedir sua expulsão do Partido dos Trabalhadores.

Podemos notar, também, a diferença das fotos usadas para ilustrar a notícia sobre os peessedebistas e a usada para falar do petista. Enquanto na matéria sobre a derrota do PSDB na Justiça foi usada uma imagem com dois membros do partido, o governador do Estado de São Paulo e o prefeito da cidade de São Paulo, onde ambos aparecem sorrindo,

descontraídos, num ambiente aristocrático, bem iluminado, para tratar de uma notícia vinculada ao PT usaram a foto de seu presidente de honra, com uma feição de protesto, dedo em riste, com um fundo escuro, produzindo o sentido de que dirigentes do partido querem expulsar condenados pela Justiça, como se Lula estivesse protestando contra tal decisão por ser ele um dos condenados.

Percebemos, assim, que, ao mesmo tempo em que o recorte analisado sobre a derrota de Alckmin apresenta uma relação quase fraternal entre a Justiça e produzindo um sentido de quase harmonia entre eles, quando articulada à rede discursiva “presidente da república” e “de esquerda”, no caso, o ex-presidente Lula, as figuras mudam, e mesmo ele não tendo sido condenado a nada no momento da publicação do post, sua imagem demonstra uma relação de desarmonia com a justiça.

Se voltarmos para a hipótese trazida por Martins (2015) de que a predisposição aos linchamentos vem em parte das reiteradas notícias sobre Justiça lenta e leis tolerantes, e compararmos com o que foi exposto em nossa análise, concluímos que, ao menos neste período, não houve qualquer publicação trazendo notícias sobre Justiça lenta e leis tolerantes. Porém, após analisadas algumas das postagens, constatamos que há um discurso sobre a Justiça que significa uma certa relação de sentidos com os políticos. Portanto, ao colocar pessoas brancas, que mesmo com a prisão decretada, aparecem livres, andando em meio a câmeras de televisão como se fossem artistas, o jornal abrandava o fato de que a justiça funciona também para elas. Não queremos, com isso, afirmar que nossa Justiça é imparcial e mal representada pelo jornal que estamos estudando, não é isso que está em questão, mas sim o fato de que essa posição-sujeito da Folha no discurso tem um efeito leitor que é o da descrença no jurídico, mesmo que existam casos onde a Justiça agiu com rigidez, como é o caso dos políticos presos Garotinho e Sérgio Cabal, conforme postagens em anexo, porém, sabemos que nesses casos há um jogo político-midiático maior que produz efeitos. Em nossa busca na página da Folha de S.Paulo no Facebook também notamos a relação praticamente nula entre a população negra e pobre e a Justiça.

Tais imagens acabam trabalhando sobre a memória dos sujeitos. A sua repetição estabiliza certos sentidos, cumprindo sua função como AIE. O baixo aparecimento de postagens da Folha onde haja negros na relação com a palavra Justiça é sintomático de um processo de historicização de Justiça no Brasil, que silencia a relação dos negros com a Justiça. Esse processo também pode ser encarado como uma repetição, desta vez pela falta.

Na busca por entender como o discurso produz efeitos que são simbolizados através dos casos de linchamento, acreditamos que a produção de uma memória na qual não está significadas qualquer relação entre negros e a Justiça, é um dos processos que contribui para esse tipo de ato. Quando uma comunidade periférica de uma grande metrópole captura um suspeito, geralmente negro, por ter cometido um crime, e sequer cogita a possibilidade de enviá-lo a um julgamento pelo Estado, há um movimento na ordem do discurso que dá margem para isso. Em parte, porque, como os recortes mostram, não há a relação entre a Justiça e a negritude, mas também porque aqueles cuja notícia afirma terem sido julgados não mostram qualquer constrangimento com o fato.

Em outras palavras, o que encontramos durante a análise não foi a completa comprovação de que Martins (2015) nos fala quando afirma que quando a mídia fala de Justiça dá destaque à sua lentidão e leis que não são duras o suficiente com os criminosos. O que temos ao analisar as postagens da Folha de S.Paulo no Facebook durante o período que indicamos acima é que a justiça age, sim, mas não de forma igual para todos. Ou seja, o que temos é uma lei muito severa para alguns, como no caso trazido da postagem que envolve a imagem de Lula, que mesmo sem estar condenado à época da publicação já demonstrava preocupação com as consequências de uma Justiça que não age da mesma forma com todos.

2.2.2 Polícia

Vejamos agora o que nos trazem as análises sobre a polícia nas postagens da Folha.

Conforme havíamos anunciado anteriormente em nosso trabalho, optamos por analisar também as postagens que a Folha de S.Paulo fez em sua página do Facebook no mesmo período com a palavra “Polícia”. Tal escolha foi feita com base na bibliografia lida sobre linchamentos (MARTINS, 2015; SINHORETTO, 2001; BENEVIDES, 1981; FERREIRA (sem data)), uma vez que os autores ligam este tipo de violência com a descrença tanto na justiça quanto na polícia.

Ao separarmos tais recortes, 56 no total, percebemos que a relação do negro com a polícia nas imagens que compõem as publicações é bem mais próxima do que com a justiça. São 27 imagens com pessoas negras, enquanto temos 24 com pessoas brancas e outras 5 com ilustrações de objetos, tabelas e documentos. Mas há grandes diferenças na forma como os

brancos são significados em textos onde a palavra “Polícia” aparece e onde quem aparece são os negros ou a população em geral.

Podemos apontar duas situações onde o negro e a população em geral de trabalhadores são discursivizados: no confronto com as forças policiais, geralmente em manifestações, e com a polícia agindo com indiferença à apelos da população. Os próximos recortes a serem analisados formulam bem tais cenários.

Imagem 5 – Protesto de servidores do Rio contra reajuste fiscal tem conflito violento



Fonte: Facebook Folha de S. Paulo

No Recorte 4 (R4), temos a manchete “Protesto de servidores do Rio contra ajuste fiscal tem conflito violento”. Na formulação superior de R4 há um complemento da notícia informando que “Polícia Militar e agentes da Força Nacional usaram bombas de efeito moral e gás lacrimogênio.” Na imagem, podemos ver pessoas correndo em meio à fumaça, provavelmente das bombas lançadas pelos policiais, numa rua da cidade do Rio de Janeiro. A cena fez parte das manifestações contra a votação do ajuste fiscal promovido pelo governo do Estado, que cortaria verbas de pastas importantes como a educação e a saúde, além de mexer diretamente com a aposentadoria dos servidores públicos.

Quando relacionamos a imagem com a manchete, percebemos que não há citação à Polícia, sendo que ela nem mesmo aparece na fotografia. É como se as bombas tivessem vindo diretamente da mão invisível do Estado e caído sobre os manifestantes. Temos aqui um primeiro silenciamento: o da participação da Polícia como Aparelho Repressivo do Estado (ARE). Acreditamos que o funcionamento dessa formulação se dê para mostrar que o Estado observa a tudo e faz uso de sua força mesmo sem qualquer agente presente no local das manifestações.

Porém, para os leitores mais atentos, numa frase com letras menores, no topo de R4, podemos identificar que quem jogou as bombas que fizeram fumaça foi a Polícia Militar e a Força Nacional. No entanto, mais do que isso, é pela memória discursiva, pelo modo como a relação do povo e da polícia é significada historicamente, na sociedade brasileira, que é possível identificar quem causou o conflito violento.

O fato de não colocar nem na imagem nem na manchete qualquer menção aos policiais, silencia a ação dos últimos naquilo que o jornal chamou de “conflito violento”. Quando a Folha diz que o protesto dos servidores teve um conflito violento e não menciona a ação da Polícia nessa mesma frase, pode-se acreditar que o conflito aconteceu entre os próprios manifestantes, sem uma causa externa. Portanto, ao mesmo tempo em que tenta silenciar que para o Estado agir é necessário que seu poder repressivo se mobilize, a foto acaba por deixar escapar que o Estado estaria agindo como força mística, da qual não há como escapar.

Porém, como veremos no próximo recorte, em situações onde a população não está reivindicando nada, apenas pedindo ajuda, a postura da polícia significa de outra maneira. O Estado que se fazia presente na repressão, agora, se mostra distante, como se não tivesse qualquer relação com os populares. Tal indiferença se mostra através da expressão impassível daqueles que deveriam estar ali para garantir a segurança quando veem uma mulher desesperada.

Imagem 6 – Polícia investiga se facção fez julgamento prévio para decidir quem iria morrer em massacre no Amazonas

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de janeiro às 10:30 · 🌐

(via Painei - Folha de S.Paulo) #folha



Polícia investiga se facção fez julgamento prévio para decidir quem iria morrer em massacre no Amazonas

Fonte: Facebook Folha de S.Paulo

No Recorte 5 (R5) temos a seguinte manchete: “Polícia investiga se facção fez julgamento prévio para decidir quem iria morrer em massacre no Amazonas”. A notícia trata das rebeliões seguidas de massacres que aconteceram no início de 2017 numa penitenciária de Manaus, no Estado do Amazonas. Facções rivais entraram em conflito matando seus adversários. Os familiares dos presos montaram vigília na porta da cadeia para conseguir informações sobre mortos e feridos. É este momento que a imagem retrata. Nela vemos mulheres em flagrante desespero, uma delas, ao centro, parece estar chorando, enquanto se dirigem aos policiais. Estes, por sua vez, montam uma barreira humana que impede o primeiro grupo de seguir. Além disso, os policiais não demonstram qualquer sensibilidade com o desespero das mulheres.

Analisando a imagem, podemos perceber que aqueles que representam o Estado nessa situação parecem inertes, como se não tivessem qualquer relação com quem faz o apelo, no caso, as mulheres. Outro flagrante na imagem é a distância que permanece entre

as mulheres e os policiais, indicando a frieza de um Estado ausente às demandas populares, ineficiente no atendimento de suas necessidades, mesmo que elas sejam somente informações sobre sobreviventes e mortos num massacre dentro de um presídio. Ao contrário do que acontece nas imagens onde há conflito e o Estado deixa de aparecer em sua forma repressora, a Polícia, mas se faz presente em suas ações, no caso as bombas jogadas e a fumaça. Isso nos faz retomar Orlandi (2012), quando diz que o Estado age pela falta. Em R4 podemos pensar essa falta representada pela ausência das forças repressivas na foto, que faz retornar à ideia de um Estado onipresente, que reprime mesmo sem estar lá. Em R5, a falta se simboliza de outra forma, sob a falta da ação conciliadora. Assim se compõe a memória quando tratamos da Polícia em sua relação com a população: quando num protesto, temos violência, quando num pedido de socorro, temos indiferença.

Imagem 7 – Polícia apreende 1.900 cabeças de gado em fazendas de Eliseu Padilha



Fonte: Facebook Folha de S.Paulo

Para o Recorte 6 (R6) trouxemos a palavra Polícia numa manchete sobre um político branco: “Polícia apreende 1.900 cabeças de gado em fazendas de Eliseu Padilha”. Na foto que compõe a publicação temos a imagem do político, ministro da Casa Civil do Governo Temer, com um fundo neutro. A expressão facial de Padilha não demonstra qualquer preocupação com o ocorrido. O gesto que o fotografado faz com a mão, inclusive, pode ser interpretado como representando normalidade, como se tudo estivesse mantido dentro do nível esperado.

A questão da imagem na relação com as notícias divulgadas em redes sociais precisa mais uma vez ser mencionada em nosso trabalho. Isso porque no caso apresentado acima novamente não foi colocada uma foto que correspondesse ao que a manchete noticia. Retomando o que foi apontado anteriormente, quando analisamos a postagem em que apareciam na foto o governador do Estado de São Paulo e o prefeito da capital paulista, mesmo tendo sido usada uma imagem onde não é mostrada a ação de que trata a manchete, não podemos desconsiderar a questão da formulação na escolha de uma fotografia para ilustrar a matéria. Com o batimento entre descrição e análise podemos perceber que essa foto significa na composição do post de forma particular, não sendo simples obra do acaso, mas, sim, como afirma Orlandi (2012) ao tratar da formulação, um comprometimento com determinada versão do acontecimento.

Na parte superior do recorte temos uma frase explicando o motivo da apreensão: “O ministro-chefe e mais seis sócios são alvos de duas ações de bloqueio de R\$ 108 milhões em bens por degradação ambiental”. Em outras palavras, os animais foram apreendidos para garantir que a dívida pelas degradações ambientais fosse paga.

A exemplo do que acontece quando analisamos a relação da Justiça com pessoas brancas, quando pensamos essa relação com a palavra “Polícia”, percebemos que os sentidos produzidos se assemelham, na medida em que o efeito é o de que não há conflito, mas, sim, harmonia e diálogo. Não há representação imagética entre o político e a polícia. Esse encontro, embora afirmado pela manchete, não é representado pela imagem que acompanha R6. É como se, mesmo sofrendo uma ação desse Aparelho Repressor do Estado, não houvesse qualquer consequência para a figura do retratado. A imagem usada não traz os traços de preocupação no gestual de Padilha, que, inclusive, gesticula com a mão fazendo

parecer que tudo se encontra dentro da normalidade, como se ter cometido um crime ecológico não representasse nenhum problema.

Padilha é representado como inatingível, inabalável. Não há Estado que o atinja, suas condenações não o preocupam. Há a certeza da impunidade. O mesmo Estado que onipresentemente joga bombas em manifestantes, é incapaz de atingir o político representado na foto.

Pelos recortes analisados até o momento, podemos afirmar que há uma diferença na forma de discursivização da relação entre a justiça e os políticos, por um lado, e a justiça e a população, por outro (que se dá pelo silenciamento dessa relação nas publicações da Folha). E também uma diferença na relação de polícia e elite e polícia e população. E essa diferença tem sua memória alimentada pelas representações como as que vimos nos recortes acima. Há, sempre, a possibilidade de um outro dizer, que produziria outros sentidos. O que não há é a garantia de que, diante de outro cenário nacional, com a Justiça e a Polícia agindo de forma menos parcial, tais recortes teriam sido diferentes e os sentidos mobilizados teriam sido outros.

O que queremos evidenciar nessas análises que fizemos não é simplesmente a Polícia e a Justiça, mas, sim, o processo para produzir os sentidos sobre a Polícia e a Justiça. Como é apresentado o discurso sobre tais instituições, e, como, com isso, é criada uma memória sobre elas.

Para tanto, são necessários alguns esclarecimentos com relação à teoria da análise de discurso. Ao pensarmos no processo para estabilização dos sentidos, é necessário voltar à noção de ideologia que esse campo da ciência nos traz. Quando Orlandi (1997) diz “que a ideologia não é “x” mas o mecanismo de produzir “x””, podemos entender melhor o que aqui foi feito. Demonstramos o caminho percorrido até a formação dos sentidos nos recortes apresentados. Evidenciamos os mecanismos pelos quais Polícia e Justiça são significados pela Folha de S.Paulo. Mostramos como a ideologia capitalista funciona no processo da produção dos sentidos, onde temos o sujeito jurídico e um Estado omissivo a quem precisa e ineficaz na punição de certas castas privilegiadas da sociedade.

Dessa forma temos a ideologia capitalista trabalhando no processo de significação das palavras Justiça e Polícia, no discurso sobre essas duas instituições. Com a análise feita,

demonstramos que há uma regularidade dos processos de produção desses sentidos, no discurso.

Se, uma vez mais, levarmos em consideração os estudos de Orlandi (2012), quando a autora afirma que “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas seus processos de produção” (p. 73), podemos dizer que todo o caminho percorrido até aqui fez, mais do que analisar os produtos, evidenciar o processo de produção dos sentidos. Ao trazermos a especificidade do algoritmo, trazemos junto o seu funcionamento político, mostrando que, mesmo sendo uma ferramenta de linhas de código, trabalha pela ideologia, e faz trabalhar a ideologia, só possível de ser demonstrada através da análise. Em seguida, trouxemos uma série de postagens em que aparecem as palavras “Justiça” e “Polícia”, onde foram analisados seus processos de produção, para que ao final pudéssemos afirmar que elas reforçam a ideologia capitalista, cuja forma-sujeito é a do jurídico.

2.3 Comparando o site e o Facebook da Folha de S.Paulo

Para entendermos os diferentes sentidos produzidos ao lermos uma notícia no site ou na página do Facebook da Folha de S.Paulo, precisamos ter em mente que os mecanismos de produção dessas leituras são distintos, embora ambos se encontrem no digital. Conforme enfatizamos anteriormente, o conceito de formação algorítmica é imprescindível para evidenciar tais diferenças. Isso porque, enquanto as notícias apresentadas na linha do tempo de um usuário do Facebook envolvem a formação algorítmica específica desta rede social, aquilo que é trazido no site envolve particularidades da formação algorítmica do site, na medida em que o efeito-leitor é diferente em cada um. Lembremos que a formação algorítmica não pode ser pensada sem o sujeito, que implica tanto a função-autor quanto o efeito-leitor. Disso decorrem outras diferenças. Uma delas é que nem tudo que está no site foi também postado na rede social. Os critérios que regem tais decisões não são especificados pelo jornal, mas possivelmente têm relação com o potencial numérico de cliques que essa matéria pode receber no Facebook e também com o imaginário sobre o leitor.

Ou seja, o filtro usado para decidir se uma notícia vai ou não para a rede social tem relação com temas que a Folha acredita serem de maior interesse para seus seguidores. Uma forma de verificar que nem tudo que está no site também aparece no Facebook, é fazendo

uma busca por palavras chaves em ambos os sites. Os resultados de buscas no site chegam a ser até 20 vezes maiores. Por entendermos a formação algorítmica como um conjunto de formulações que escapam ao algoritmo, que se atualizam a sua revelia, ou seja, por uma memória digital e não por uma memória metálica (o algoritmo se atualizaria por uma memória metálica, mas a formação algorítmica se atualizaria por uma memória digital, que é o resto, aquilo que sobra da memória metálica), então, podemos afirmar que o Facebook da Folha e o site da Folha são diferentes porque trabalham com formulações imaginárias diferentes, com diferentes efeitos-leitor. Isso já produz uma formação algorítmica distinta, não por causa de um filtro qualquer que seja ele, mas porque os elementos dessa formação, são diferentes.

Ainda com relação à questão da formação algorítmica, acreditamos que ela seja essencial para entender as diferenças daquilo que lemos na rede social e no site. Quando Orlandi (2012) afirma que “toda leitura tem sua história” (p. 114), sem dúvida podemos trazer tal afirmação para o contexto das redes sociais. Lembrando o funcionamento da formação algorítmica do Facebook, onde as postagens trazidas têm relação direta com sua história de leitura na rede social. Mais que isso, os conteúdos mostrados têm relação direta com as preferências desse sujeito, trazendo para o digital aquilo que pode e deve ser dito (lido) na formação discursiva onde ele se inscreve. Sendo assim, as possibilidades de ser contradito numa postagem seriam quase nulas se não fosse pela formação algorítmica, que rompe com a repetição e permite a falha. Podemos ver que a formação algorítmica tem relação com o algoritmo, mas não deve se confundir com ele.

Outra particularidade da leitura no Facebook diz respeito ao tamanho dos textos apresentados. Enquanto temos, no geral, matérias completas sobre os temas no site da Folha, na rede social há apenas uma manchete que, junto com a imagem, tenta conquistar a atenção do leitor e fazer com que ele acesse o site. Portanto, o usuário do Facebook lê apenas a chamada, complementada pela imagem que se relaciona com o tema. É desse conjunto que o leitor produz sentido para a informação. Junte isso ao fato de que alguns planos de dados das operadoras não cobram do usuário se ele só acessa o Facebook.

Ainda tratando da questão da leitura na comparação site e Facebook, temos que no site há o acesso direto à página da Folha para encontrar notícias que interessem ao leitor, ele toma a iniciativa de procurar por aquilo que julga ser de seu interesse. No Facebook, a relação com a fanpage do jornal é um tanto mais passiva. Curtida a página, espera-se que as

notícias venham até você e é nesse ponto que a filtragem pela formação algorítmica entra novamente em jogo possibilitando a falha, influenciando na circulação e, conseqüentemente, na constituição de sentidos, no caso, sobre justiça e polícia. E, aqui, cabe retornarmos ao discurso autoritário que nos fala Orlandi (2012). Conforme já havíamos colocado, o discurso autoritário é caracterizado pelo domínio da paráfrase, onde não há deslocamento de sentidos. Sendo assim, acreditamos que o discurso autoritário é predominante na rede social, embora pela ação das formações algorítmicas, onde há o sujeito, haja a possibilidade de outros dizeres, da falha, da heterogeneidade. Ou seja, há a paráfrase de sentidos para justiça e polícia, quando pensamos especificamente no tema de nosso trabalho, evitando que sentidos diferentes dessas duas instituições cheguem aos usuários da rede. Porém, a existência da formação algorítmica permite que por vezes tal hegemonia seja quebrada, instalando outro discurso na linha do tempo do usuário. Ainda de acordo com Orlandi, com o discurso autoritário “se absolutiza o parcial” (2012, p. 33). Mais uma vez nota-se que a algoritmo acaba por apagar o político, o heterogêneo, e o que torna possível alguma heterogeneidade no discurso no digital são as FAs. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que o algoritmo, por funcionar em relação com a memória metálica, tende ao discurso autoritário devido à repetição, e o que rompe com essa repetição é a formação algorítmica, devido à sua ligação com a memória digital. Ou seja, se não houvesse sujeito nessa relação com o algoritmo, poderíamos afirmar que apenas haveria a repetição, mas a heterogeneidade do sujeito na relação com o digital possibilita que haja a falha. É importante destacar, porém, que caso essa falha torne-se uma constante na ação do sujeito no digital, o algoritmo incorpora tal mudança, que passa a se tornar repetição, se inscrevendo na memória metálica e não mais na digital.

Sendo assim, quando inserido em sua bolha criada pelos algoritmos, o usuário tem a reafirmação do efeito ideológico que o faz sentir origem dos sentidos, como se determinados temas só pudessem ser tratados daquela maneira, não havendo outra forma de falar sobre eles. Para entender melhor como isso se dá é preciso levar em consideração os dois esquecimentos de que fala Michel Pêcheux (2014). No esquecimento nº 1 há a ilusão de que o sujeito é a origem do sentido, de que eles são determinados por sua vontade, embora sejam determinados pela inscrição desses sujeitos na história e na língua. Já o esquecimento nº 2 trata de que a partir de uma posição ideológica determinada pela formação discursiva, o sujeito esquece que seu dizer sempre pode ser outro. Com isso tem-se a ilusão de origem do sentido ou de uma relação palavra-coisa funcionando para o sujeito. Conseqüentemente,

apaga-se o outro. O outro dizer, o outro pensamento. Inscrevendo o usuário da rede social numa determinada formação discursiva e dificultando seu trânsito em outras. O que retoma essa possibilidade é a formação algorítmica.

Nesse processo, a leitura filia-se a uma memória, que é a discursiva que, como afirma Pêcheux (2015), é

aquilo que, face um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (p.46)

Ou seja, para ler, é preciso um já-lá. Se levarmos em consideração o funcionamento do algoritmo do Facebook, uma vez que ele funciona para nos manter dentro de um espaço já estabilizado de nossas ideias, teremos o reforço de nossas convicções sobre determinados assuntos. Como afirma Achard (2015), a regularização da memória vem através da repetição. Ora, são essas mesmas repetições que fazem do algoritmo do Facebook a ferramenta usada para varrer a memória metálica da rede social e trazer o mesmo, ainda que como paráfrase. De novo, o que rompe com essa repetição é a formação algorítmica.

Não podemos esquecer que o Facebook não é a fonte exclusiva de informações de seus usuários. Eles são consumidores de outras formas de comunicação, como a televisão, o rádio, jornais impressos e mesmo os sites, como o da Folha de S.Paulo. No último exemplo proposto na lista, embora também digital, acreditamos que seus efeitos de sentido sejam diferentes. Para isso, buscaremos no site as mesmas notícias veiculadas no Facebook para uma breve análise.

O Recorte 7 (R7) é a matéria no site da Folha de S.Paulo para onde o usuário que clicasse sobre o R1 seria remetido. Além do texto explicando o acontecimento (que ficou fora de R7), há outras diferenças na relação entre as duas notícias que relatam o mesmo fato – o decreto da prisão da mulher do embaixador que é suspeita de tê-lo assassinado. A primeira é a mudança da foto. Enquanto no Facebook temos a mulher estampando a chamada, no site temos o embaixador. Ele está num ambiente descontraído, com várias pessoas desfocadas ao fundo, e sorrindo. Causa estranheza o fato, em primeiro lugar, de não ser a mesma foto a ilustrar a matéria e a postagem, e, em segundo lugar, o fato do assassinado

ser retratado sorrindo. Tal escolha tira o peso do crime e ao mesmo tempo coloca o embaixador grego como inatingível. Como se pessoas que ocupam altos cargos não se abalassem com nada, nem mesmo com a própria morte.

Imagem 8 – Embaixador grego



Fonte: Site Folha de S.Paulo

O próximo recorte (R8), é para onde seria direcionado o usuário que clicasse em R4 no Facebook. A matéria no site da Folha de S.Paulo trata do confronto entre policiais e manifestantes em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro durante um protesto contra os ajustes fiscais propostos pelo governo estadual. Temos o mesmo título, mas as imagens são diferentes. Há uma galeria com 28 fotos significando a matéria. Porém, uma regularidade se mantém: nenhuma delas mostra o confronto direto entre os PMs e os manifestantes. Quando há imagens de policiais atirando, não se mostra em quem. A única exceção é a foto trazida em R8, que mostra um jovem negro sendo agarrado pelos integrantes

da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O silêncio da relação entre o Estado, aqui representado pelos policiais, e a população, representada pelos manifestantes, só é desfeito para apresentar a imagem de um negro sendo reprimido. Mais uma vez o Estado mostra sua força sendo exercida em apenas uma parcela da população.

Imagem 9 – Confronto no Rio

mercado

Protesto de servidores do Rio contra ajuste fiscal tem conflito violento



Fonte: Site Folha de S.Paulo

Cabe reafirmar que nosso objetivo é mostrar como o jornal faz circular sentidos, e o que temos visto como regularidade a partir dos recortes analisados do nosso corpus, é que há modos de formular o sentido que significam de maneira desigual a relação entre a Polícia como aparelho do Estado, e negros e brancos, políticos e anônimos. Consideremos que se no lugar da foto de um negro sendo detido tivéssemos a imagem de um negro afrontando a polícia, os sentidos seriam outros, que não o da repressão contra a qual não há escapatória. Como mostra a imagem, o Estado está muito bem aparelhado, equipado, armado, com o rosto protegido (escondido?). Não parece haver como lutar contra ele. Porém, se a fotografia em destaque fosse um momento de afronta da população contra os PMs, o funcionamento da memória discursiva seria outro.

Ainda assim, as diferenças dos sentidos produzidos pela leitura no site e no Facebook podem ser compreendidas pelo fato de que no site há outras formas de produção dos sentidos da informação, outras paráfrases. Podemos fazer filtragens por datas, palavras-chave, ou mesmo ficarmos apenas nas notícias que aparecem na capa do site. Porém, o que apontamos como a maior diferença está no fato de que a navegação pelo endereço eletrônico é regida por outra formação algorítmica, que não é a mesma da rede social. Há uma maior independência do usuário em procurar os conteúdos que mais lhe chamem a atenção, sem a necessidade de um algoritmo que faça tal varredura por ele.

Sendo assim, reafirmamos a importância do conceito de formação algorítmica para melhor entendermos como é possível furar a bolha na qual os usuários da rede social estão inseridos e a maneira como isso afeta o processo da leitura, naquilo que diz respeito à polissemia. Em contraponto, ao colocarmos a questão da leitura no site, acreditamos que, ainda que parcialmente, as condições de sua produção são outras.

Pelas análises que mostramos, diremos que o risco desse processo da leitura regida pelo algoritmo é a perpetuação do sentido estabelecido pelos significantes “justiça” e “polícia” na relação com uma rede de significantes composta por “negro”, “pobre”, “povo”, “nordestino”, “esquerda” e “branco”, “rico”, “elite”, “político”, “direita”. Essa não é uma relação estanque e direta entre um significante x e a rede de significantes y, mas uma relação móvel, de derivas, intercalações e distintas combinações entre os elementos da rede. Cada uma dessas combinações com o significante x (justiça ou polícia), é atravessada por uma discursividade historicamente determinada pela relação de desigualdade do tratamento diferenciado tanto da polícia quanto da justiça em relação a esses elementos da rede.

Para nós, é imprescindível compreender esses processos discursivos e seus efeitos na construção de sentido de justiça e polícia, para podermos compreender como pelo discurso se constituiu a possibilidade do linchamento. O que é que faz com que sujeitos se autorizem a linchar, assumindo o papel da justiça naquilo que concerne em dar uma sentença e executá-la, conforme já expusemos em nosso trabalho, que teve início com o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, em 2014. A ação violenta contra a dona de casa deu-se após a divulgação de um retrato falado por uma página de notícias no Facebook. Na matéria havia um retrato falado de uma mulher que supostamente estaria sequestrando crianças para rituais de magia negra. Moradores da comunidade vizinha à que Fabiane morava confundiram-na com a mulher do retrato e teve início o linchamento.

Diante desse fato, surgiu a pergunta: Como o processo de significação sobre a justiça parcial dos meios de comunicação poderia produzir a possibilidade de atualização do sentido na forma de um linchamento? Como ele poderia se materializar no corpo? Ainda em outros termos, como o discurso sobre justiça e polícia significado pela Folha poderia se simbolizar no corpo do sujeito de linguagem, na forma do linchamento? Assim, optamos por analisar as notícias sobre polícia e justiça publicadas pela Folha de S.Paulo, maior jornal do Brasil, no Facebook.

Para tanto, nos dedicamos à elaboração do conceito de formação algorítmica para que pudéssemos entender a circulação de tais postagens na rede social e, assim, entender como se produz o discurso sobre estas instituições.

Portanto, o que podemos concluir sobre tais análises é que, ao menos no período analisado, os discursos sobre justiça e polícia têm pouca relação com aquilo que Martins (2015) chama de notícias sobre justiça lenta e leis tolerantes. O que encontramos com os recortes analisados foi que tanto justiça quanto polícia funcionam, sim, porém de maneira diferente de acordo com quem sofre sua ação. Se forem pessoas brancas, políticos, poderosos, as imagens vinculadas à justiça e polícia são quase sempre leves, como se fossem isentas aos efeitos dessas instituições. Já pessoas negras e pobres têm seus retratos mais negativos, com imagens de sofrimento, violência e indiferença do Estado com relação aos seus apelos. Vê-se, dessa forma, que há um discurso sobre justiça e polícia circulando nas postagens da Folha de S.Paulo no período analisado que mostra que as duas instituições funcionam, mas de maneira diferente para esses dois sujeitos: brancos e negros têm relações

diferentes com a justiça e a polícia, sendo que os primeiros são colocados como inatingíveis por essas instituições, enquanto os outros são a vítima indefesa das ações das mesmas.

Com isso, concluímos que não podemos dizer que a afirmação de Martins (2015) com relação às notícias sobre justiça lenta e leis tolerantes não se concretizaram no *corpus* analisado. Porém, disso surge outra pergunta: esse discurso sobre justiça e polícia que circula no Facebook da Folha de S.Paulo teria alguma relação com casos de linchamento? Em outras palavras, o que estamos nos perguntando é se esse discurso, não de que a justiça é lenta e as leis tolerantes, mas de que a justiça funciona de forma diferente para brancos e negros, ricos e pobres, políticos e anônimos teria relação com o linchamento. É dessa pergunta que surge nosso terceiro e último capítulo, onde analisaremos as causas dos linchamentos para entender como é possível significá-lo pela análise de discurso.

3. O LINCHADO E A PRODUÇÃO DO CORPO CRIMINOSO

Conforme acompanhamos nos capítulos que precederam, nosso empenho foi em analisar as postagens da Folha de S.Paulo no Facebook em que aparecem as palavras polícia e justiça. Para tal, mobilizamos alguns conceitos da análise de discurso e desenvolvemos a noção de formação algorítmica. A escolha do *corpus* para análise foi orientada pela questão: os casos de linchamento teriam entre uma de suas causas a descrença em quem pratica o ato na justiça e na polícia (SINHORETTO, 2001; BENEVIDES, 1981; FERREIRA (sem data); MARTINS, 2015)? Segundo Martins (2015) essa descrença pode ter sua causa nas notícias sobre justiça lenta e leis tolerantes.

Analisado o *corpus*, percebemos que o discurso da Folha no período de 20 de outubro de 2016 a 20 de janeiro de 2017 (recorte de tempo usado para coleta das postagens, uma vez que era o único a que o Facebook nos dava acesso), não trazia exatamente o que que Martins (2015) nos afirmava. O discurso da Folha no período analisado trazia, sim, que tanto polícia quanto justiça funcionavam, porém de forma diferente para determinados sujeitos. Diante disso, nos surgiu uma nova pergunta: o discurso da Folha, mesmo diferente do que o pesquisador nos afirma, poderia ter algum peso nas causas de linchamento? Para verificarmos possíveis respostas sobre esse tema, analisaremos, através da teoria da análise de discurso, o linchamento, para entender se o discurso da Folha de S.Paulo tem alguma relação de sentido com o justicamento popular.

Ao pensarmos nos casos de linchamento, questionamos a possibilidade do corpo do linchado ser a materialidade do discurso de quem pratica a ação. Nessa perspectiva, gostaríamos de trazer um importante trecho de Hashiguti (2015) sobre o deslocamento do corpo para o simbólico.

Esse é o deslocamento que se dá como mais importante para a compreensão do estado discursivo do corpo: o do corpo que, em muitos estudos, é estritamente biológico (cuja leitura se faz pelos músculos, por exemplo) ou do que é, em muitos outros, estritamente social (cuja leitura se faz pelo cultural), para o simbólico relacionado à linguagem. (p.43)

De acordo com a autora, é pela perspectiva do discurso que é possível olhar para o corpo do *sujeito de linguagem*. “Ao entrar na linguagem e ser afetado pelo simbólico e pela

história, o sujeito se subjetiva e se vincula rapidamente ao simbólico” (HASHIGUTI, 2015, p. 44). O deslocamento que propõe Hashiguti é o de considerar o corpo como corpo simbólico, pensado “na relação com as posições históricas, entendidas como posições historicamente possíveis pela constituição por/em uma memória discursiva, determinadas por condições de produção” (2015, p. 48).

É nesse sentido que temos considerado o corpo em nosso trabalho, como um corpo simbolizado pela violência e pela desigualdade, produzidas discursivamente na história da sociedade brasileira. É dessa forma que trataremos de pensar os deslocamentos de sentido desse corpo que pode ser linchado hoje, mas sem deixar de lado as posições historicamente capazes de significá-lo. Inclusive pensaremos o corpo como uma das materialidades do discurso, significado na/pela história. Iniciaremos pelas considerações de Orlandi.

Assim como a língua pode ser entendida como materialidade específica do discurso (ORLANDI, 2016, p. 83 e 84), poderíamos considerar o corpo do linchado outra forma de materialidade desse discurso? Para respondermos à pergunta, traremos algumas considerações de Orlandi.

Inicialmente trataremos da relação corpo e sujeito. Para tal, seguindo os passos da autora (ORLANDI, 2016), buscaremos explicitar como se dá essa relação. Sendo assim, a autora parte da materialidade discursiva para juntar corpo, sujeito e sentido. Citando Pêcheux, Orlandi explica que língua e ideologia, assim como ideologia e inconsciente, estão materialmente ligados de acordo com a teoria da Análise de Discurso. Dessa forma, ao pensarmos a interpelação do indivíduo em sujeito temos a questão da materialidade.

A materialidade do sujeito dá-se pela não transparência. “É na questão da materialidade do sujeito que está a negação do sujeito como origem quer de si, quer dos sentidos” (ORLANDI, 2016, p. 84). Em seguida, Orlandi trata dos discursos, que por efeito da materialidade da ideologia, acabam por parecer estar sempre lá. Para concluir, a autora afirma a não separação entre sujeito e objeto através do materialismo histórico, questão abordada por Pêcheux em sua teoria fundadora. E conclui: “não podemos pensar o sujeito, nessa perspectiva, sem a ideologia, e a ideologia sem a materialidade, a história e os processos da vida social e política” (*idem*, p. 85). Temos assim, como se dá a relação corpo e sujeito. Ou seja, “enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um

processo que é o processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso” (*ibidem*, p. 85).

A autora também afirma que “corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, textualizam-se” (ORLANDI, 2016, p. 86). Exemplos dessa textualização seriam o piercing e a tatuagem. Assim como a língua, materialidade específica do discurso, produz um texto, o corpo, materialidade do sujeito, é capaz de se textualizar através de algumas marcas. Dessa forma, poderíamos dizer que, embora involuntariamente, ao contrário do que acontece quando um sujeito resolve colocar um piercing ou fazer uma tatuagem, as marcas da violência no corpo do linchado também textualizariam seu corpo, estabelecendo formulação e circulação de sentidos em seus efeitos.

Tendo a teoria da Análise de Discurso como base, compreendemos que os sentidos não dependem do sujeito e escapam ao seu querer, à sua vontade, pois são determinados pelo modo como se inscrevem na história, ou seja, pelo modo como são historicamente significados. Esse modo de significação histórica dos sentidos é o que chamamos de memória discursiva. Conforme Pêcheux (2015) define, memória discursiva é concebida numa esfera social e coletiva, ao contrário das lembranças pessoais. É a memória discursiva a responsável por produzir as condições para que o discurso funcione como rede de filiação de sentidos. Como acontecimento.

Cabe aqui recorrermos à reflexão de Martins (2015) para compreendermos alguns elementos da constituição desse acontecimento. Conforme Martins (2015) descreve em seu livro, linchamentos vêm acontecendo no Brasil há muito tempo, sendo que seus primeiros registros datam ainda do século XVI. E cabe ressaltar que está longe de ser exclusividade brasileira. Porém, devido às condições de produção de tal discurso (linchamento), ele pode ser interpretado de maneiras diferentes em cada lugar e em cada período.

Para Martins (2015) a questão do linchamento no Brasil diz respeito ao restabelecimento de um sentido para a comunidade que pratica o ato. Como se alguém de fora dessa sociedade tivesse “sequestrado” a segurança que se acreditava ter e coubesse à própria comunidade resgatá-la (a segurança).

Quando trazemos a expressão “alguém de fora da sociedade”, queremos dizer que ao se tornar alvo de um linchamento ou tentativa, o sujeito que sofre a violência é considerado

um estranho. O crime que se atribui ao linchado faz com que ele seja considerado um sujeito que não pertence mais à comunidade onde mora. Torna-se um corpo banido.

É importante lembrar que os sentidos podem ser muitos, mas não são infinitos. Isso porque cada discurso está inserido numa formação discursiva, onde a materialidade histórica é determinante (ORLANDI, 2016). Se retomarmos a questão do Facebook, que nos trouxe até este capítulo, percebemos que esse sentido também está inserido numa Formação Algorítmica, onde a materialidade técnica também é determinante. Isso porque, conforme afirmamos no capítulo anterior, apesar de todos os esforços para afastar o político de ferramentas técnicas e tecnológicas, como os algoritmos, a empreitada se mostrou ineficaz, uma vez que esta ideologia falha. E é a falha desta ideologia técnica que chamamos Formação Algorítmica. Ou seja, embora houvesse a tentativa de filtrar postagens para que os usuários se sentissem cada vez mais estimulados a estarem logados, isso trouxe outras consequências, conforme explicamos nos capítulos anteriores. Além disso, é preciso lembrar que o sentido não está fechado nesse espaço, uma vez que a relação com a exterioridade é condição para significar. Ou seja, os sentidos não estão fechados dentro do Facebook, ou na própria palavra, mas sim se produz em relação a outras.

Sendo assim, podemos pensar o processo de significação do corpo linchado como inserido na formação discursiva “bandido bom é bandido morto”, por exemplo, e aí temos as marcas de violência infligidas à vítima como tentativa de estabilizar o sentido desta FD. Conforme descrevemos anteriormente, para nós a formação algorítmica também vai reproduzir esse estabilizado no *feed* de notícias de quem se identifica com esse já-dito de “bandido bom é bandido morto”, porém, ela abre para a possibilidade de furo, de ruptura. A noção de estabilizado que a rede social proporciona, conforme explica Dias (2013), tem relação com a memória da máquina, tratada como memória metálica por Orlandi (2012). De acordo com Dias (2013, p. 70), “ao preencher sempre os espaços em branco, possibilidade esta dada pela forma não-linear da rede social, o sujeito pode retomar o fio que escapou do nó, amarrando-o firme à sua unidade de sentido.”, o que deixa margem para a ilusão de completude do sujeito.

Este caminho percorrido nos dois últimos parágrafos é essencial para entendermos a relação que estabelecemos entre os primeiros capítulos e este. Isso porque, conforme concebemos, há relação entre a formação discursiva “bandido bom é bandido morto” e os linchamentos. Sendo assim, levando em consideração o algoritmo, o usuário da rede social

que se filiasse a tal FD receberia em seu *feed* publicações que de alguma forma também estivessem filiadas à esta formação discursiva. Para nós, enquanto o linchamento seria resultante de um modo de discursivização do corpo simbólico do outro, pela inscrição na FD “bandido bom é bandido morto”, na rede social esse imaginário de completude viria pela forma não-linear do Facebook, conforme nos afirma Dias (2013).

Pensando, agora, naquilo que pudemos verificar com as análises do capítulo anterior, o que temos na Folha de S.Paulo é um discurso de parcialidade da justiça, uma vez que ela só funciona para alguns, sendo instável. Porém, com o efeito de unidade de sentido que a rede social dá aos usuários ao preencher os espaços em branco (papel desempenhado pelo algoritmo) é como se esse discurso fosse a única forma de dar sentido à justiça. Mas quando levamos em consideração a formação algorítmica, responsável por colocar o sujeito em relação com a memória discursiva, produzindo, assim, uma memória digital, percebemos que instala-se a heterogeneidade, a falha. Com isso, afirmamos que, embora o algoritmo trate da repetição e o sujeito usuário da rede social esteja em contato com essa repetição, há o furo nessa constante, representado pela formação algorítmica.

Temos, assim, um sujeito usuário da rede que se relaciona com um sentido para justiça, cujo efeito é o de parcialidade.

Podemos ir além. Ao pensarmos na possibilidade de dizer “bandido bom é bandido morto”, a partir da FD da Folha de S.Paulo sobre justiça e polícia, passamos pela descrença na Justiça como forma eficiente de punição aos crimes praticados. Nesse sentido, por que, alguém que supostamente cometeu um crime, é pobre, negro e, portanto, não será julgado pela justiça dos brancos e da elite, estaria andando sossegadamente pela rua?

Conforme afirma Martins (2015), para que a população tome o sentido de justiça nas próprias mãos é preciso que ela desacredite no julgamento formal, utilizando de instituições do Estado. É preciso que ela acredite que “o Sistema Jurídico está falido”. De acordo com o autor, essa “ideia” é construída pelas informações que os meios de comunicação trazem à população. Em outras palavras, o que ele afirma é que o descrédito de que tal instituição sofre cabe em parte às notícias que os jornais publicam sobre ela.

Vale ressaltar que quando são usadas as palavras bandido e criminoso neste trabalho é sempre pelo olhar de quem lincha. Isso porque na sociedade capitalista moderna, onde se

constitui o sujeito-jurídico¹⁵, tal afirmação só poderia ser feita após um julgamento formal, em todas as instâncias possíveis dentro da Justiça. Sendo assim, o linchamento também pode ser considerado um tribunal de rua.

Quando falamos em tribunal de rua é possível estabelecer uma certa relação com a barbárie. Isso porque o julgamento formal, aplicado pelo Estado, teria componentes, por exemplo, ditos isentos e legitimados para realizar a condenação ou a absolvição de um réu. Sendo assim, poderíamos afirmar que de certa forma o tribunal de rua causa um rompimento com o jurídico, faz emergir a voz da massa, e com isso causa deslocamentos no próprio sentido de Justiça. Não há chance de absolvição. O suspeito é sempre culpado. E a única pena da qual não é possível apelar é a pena de morte. E, por vezes, quem tentar defende-lo acabará sofrendo a mesma punição imputada à vítima.

Na sequência, vamos proceder a uma breve análise das condições de uso das palavras bandido e criminoso. Numa consulta ao dicionário, podemos verificar que o verbete bandido é definido como “indivíduo que pratica assalto a mão armada; salteador; malfeitor” (FERREIRA, 1993). Já a palavra criminoso tem seu significado numa formação discursiva da Justiça. Isso pode ser observado com a definição de criminoso como “aquele que infringe leis, o código penal, cometendo infrações ou crimes” (FERREIRA, 1993). Porém, no uso midiático das duas palavras o sentido que se procura estabilizar é o mesmo. As duas manchetes que apresentaremos a seguir tratam de roubo de carro. Na primeira, “Criminoso é preso após roubar carro em Gravataí” (REPORTER, 2016), lê-se que um homem de 24 anos foi preso em flagrante dirigindo um carro roubado. Na segunda, “Bandido é preso após roubar carro no Rio de Janeiro” (R7, 2016) a notícia apresentada é muito semelhante, mudando a idade do preso, que neste caso tem 32 anos, e a cidade onde aconteceu o crime, no caso, o Rio de Janeiro.

Ao olharmos mais atentamente, percebemos que, a exemplo do que acontece nos casos de linchamento, os meios de comunicação analisados, ao formular criminoso ou bandido também realizam um pré-julgamento dos indivíduos presos. Isso porque, uma vez que ainda não houve julgamento, mesmo tendo sido presos em flagrante, nenhum deles poderia ser chamado de bandido ou criminoso. Mas com o uso recorrente dessas palavras

¹⁵ “...a forma histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir.” (ORLANDI, 2016, p. 228)

em diversas matérias, equivale-se um termo ao outro, e equivale-se um termo a um fazer: condenar, levando a crer já serem culpados do crime pelo qual foram detidos. Sendo assim, mesmo a palavra criminoso estando estabilizada pelo dicionário na formação discursiva da Justiça, seu sentido é deslocado e utilizado em outras formações, como por exemplo, a midiática, tal como pudemos verificar no parágrafo acima.

Esse mesmo discurso que julga antes da Justiça produz no sujeito a vontade de um julgamento mais rápido, tão rápido que o próprio meio que divulga um crime já traz a denominação do suspeito antes do julgamento: bandido, criminoso. Em outras palavras, ao chamar o suspeito de criminoso ou bandido, o jornal dá ao povo o aval para que ele execute a sentença. Isso porque há uma discursividade que faz funcionar na transparência do sentido, uma suposta ineficácia do sistema judiciário: “a justiça está falida”.

O que buscamos mostrar no trecho acima é que a própria mídia toma o lugar da Justiça do Estado, ao estabelecer os adjetivos a quem foi detido, antes mesmo que eles pudessem ser julgados. Podemos dizer que o julgamento pela mídia condena pela/na adjetivação. Ao denominar/nomear/adjetivar, temos a palavra acionando o interdiscurso, a memória. O que nos leva à “palavra-discurso”, noção desenvolvida por Orlandi (2013). Segundo a autora, a palavra-discurso é aquela “que produz realidade, constituindo determinado imaginário” (p.16). Ainda de acordo com Orlandi (2013), “a palavra-discurso tem o funcionamento da alusão, mas alusão no sentido forte da palavra, isto é, no da sua força objetivante, que a ideologia faz funcionar: vira coisa, palavra com corpo” (p. 22). O corpo linchado. Levando em conta as considerações antes colocadas, propomos que bandido ou criminoso sejam também palavras-discurso. Isso se deve ao fato de que o seu uso massivo nas mídias se inscreve nessa memória. Ou seja, o bandido ou criminoso acaba sendo não apenas aquele que já foi julgado, com direito à defesa, mas todo aquele que se suspeita ter cometido algum crime. E mais, a condenação compulsória pelo uso da palavra-discurso evidencia uma suposta lentidão jurídica, que faz do jornal um tribunal tão ansioso quanto aquele formado pelos linchadores. O fato de colocar as palavras bandido ou criminoso numa manchete antes do julgamento dos detidos faz com que a demora nos julgamentos fique ainda mais transparente.

Observamos que as formas de punição usadas nestes justiça populares já foram as adotadas pelo Estado em outras épocas no Brasil e continuam sendo em alguns países. Um exemplo a ser citado no caso brasileiro é a punição que recebeu Tiradentes, um

dos membros da Inconfidência Mineira, que foi enforcado e teve seu corpo esquartejado e as partes espalhadas por algumas cidades do Brasil. Tais execuções eram feitas em praça pública, na frente da população, e servia como aviso para tentar inibir que atitudes como as do punido acontecessem novamente. Era como se o executado servisse de exemplo aos demais, evitando a repetição dos crimes. Tais práticas deixaram de ser adotadas pelo Estado com a Proclamação da República.

Como trata Foucault em *Vigiar e Punir* (1987), na sociedade ocidental tal punição corporal foi substituída pela privação do convívio social, ou mesmo por punições físicas em ambiente reservado, deixando de lado a espetacularização. Mesmo assim, é possível pensar que a função da pena a que é submetido o criminoso ainda é a mesma, uma espécie de controle social, uma vez que dentro das prisões quase que invariavelmente não há reabilitação e o egresso do sistema prisional continua estigmatizado como aqueles que eram submetidos ao escárnio público.

Para entender tal transição, do espetáculo da punição para o ambiente reservado das prisões, temos o corpo como “mergulhado num campo político” (FOUCAULT, 1987, p. 26). Como propõe o autor, “as relações de poder têm alcance imediato sobre o corpo; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (*idem*). Desta forma, ainda embasados pelo mesmo autor, entendemos que a mudança de punição aos criminosos tem relação direta com o novo poder instituído entre os séculos XVIII e XIX: a ciência. A inserção do saber científico passa diretamente pelas formas de punição instituídas após esse período. Uma série de outros profissionais entram no âmbito da justiça, como “psicólogos, magistrados da aplicação das penas, educadores” (FOUCAULT, 1987, p. 24). Mas tais intervenções não atenuam a questão política do corpo. Ele continua sendo o alvo das ações de punição. Porém, com a entrada de um método científico na imputação da sentença e de seu cumprimento, a questão política foi silenciada. Como podemos observar em outras áreas onde a ciência se coloca como legitimadora, também no caso da justiça sua entrada acaba por apagar o político envolvendo o corpo e sua punição.

Um outro ponto importante que toca diretamente o trabalho que estamos desenvolvendo é a questão da verdade. Conforme expõe Foucault (1987), “um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do suplicado” (p. 62). Porém, a justiça moderna tem outras questões que não a verdade a ser

desvendada. Ela está mais preocupada com as causalidades da ação criminosa e a “recuperação” do criminoso. Com isso, entendemos que ao linchar o que se busca é a verdade do crime que se acredita que o linchado cometeu. Podemos considerar a verdade como a transparência do sentido, um unívoco sobre o crime que resultou no linchamento. Ao contrário do que acontece em tribunais e prisões, nos justicamentos populares a verdade está impressa no corpo do (in)justicado. Não há dúvidas sobre seu crime e a aplicação de sua pena. Há ainda um outro ponto a ser abordado sobre este assunto que nos faz retomar Hashiguti (2015). Ao pensarmos o linchamento, além de pensarmos essa discursivização do corpo da vítima através dos ferimentos causados por seus agressores, cabe também pensarmos no corpo simbólico que nos fala Hashiguti. Afinal, só foi possível significar este corpo uma vez que houvesse sobre ele um imaginário que acionou uma imagem de criminoso sobre este sujeito. Seu corpo simbólico, na história, foi identificado como criminoso e por isso colocado fora da sociedade, passível da punição que lhe foi imposta.

Mas é preciso colocar tal fala em sua devida condição histórica de produção. Em dado momento, após a Idade Média, afirma Foucault (2015), “o sistema penal teve por função opor os plebeus proletarizados e os plebeus não proletarizados” (p. 103). Para tal, fez com que

a plebe não proletarizada aparecesse aos olhos do proletariado como marginal, perigosa, imoral, ameaçadora da sociedade inteira, a escória do povo, o rebotalho, a “gatunagem”; trata-se para a burguesia de impor ao proletariado, pela via da legislação penal, da prisão, mas também dos jornais, da “literatura”, certas categorias da moral dita “universal” que servirão de barreira ideológica entre ela e a plebe não proletarizada; toda figuração literária, jornalística, médica, sociológica, antropológica do criminoso desempenha esse papel (FOUCAULT, 2015, p. 104).

Com isso, podemos dizer que o “bandido bom é bandido morto” aparece após uma “construção” feita pela burguesia para transformar a plebe não proletarizada no inimigo do proletariado. Dessa forma, tendo que ser eliminada em favor de uma moral dita “universal”.

Postas as considerações acima, ainda persistem algumas perguntas como: de onde partiria a ideia de violência contra aquele que não se encontra incluído na mesma comunidade que quem agride? Freud (2013) pode fornecer algumas respostas sobre o assunto. Para começar, precisamos entender o que mantém a massa coesa na hora de uma

ação violenta como o linchamento. O autor afirma que “as relações amorosas (ou, para empregar expressão mais neutra, os laços emocionais) constituem também a essência da mente grupal” (Freud, 2013, p.15). E continua, “o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais” (Freud, 2013, p.20).

Estando os agressores unidos pelo ódio ao que vem de fora de sua sociedade, o próximo passo seria entender o porquê da agressão. Cabe aqui uma retomada do que foi dito mais acima. Isso porque, ao afirmarmos que o ódio da turba é dirigido a quem vem de fora, não necessariamente isso indica que de fato o agredido é alguém de outra comunidade. Conforme veremos na explicação de Girard (1985), o que acontece é que no momento em que é imputado um crime a alguém, este torna-se um estranho, fora dos padrões, a escória do povo, como disse Foucault (2015).

Portanto, antes de ter seu corpo significado pelos ferimentos do linchamento, ele, corpo simbólico, já era significado pelo imaginário como criminoso.

3.1 Forma-sujeito capitalista

Para a Análise de Discurso francesa, como explica Orlandi, “a ideologia não é “x” mas o mecanismo de produzir “x”” (2012, p. 30). Ou seja, tal teoria trabalha com a ideia de que a ideologia não é a ocultação da realidade, mas sim produtora de evidências, relacionando, através do imaginário, o sujeito e suas condições materiais de existência.

Em outro texto, a mesma autora diz que é preciso pensar a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. E a forma-sujeito moderna é a capitalista, cuja característica é o sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social (ORLANDI, 2016).

Porém, vale a pena pensar como tal sujeito é capaz de “esquecer” os direitos e deveres para cometer o ato de linchar. Podemos dizer que o sujeito que lincha não “esquece” da ideologia, mas sim que linchar é um efeito da falha no ritual dessa mesma ideologia capitalista, para a qual o sujeito tem direitos e deveres. Na medida em que lincha, esse ritual falha porque o sujeito deixa de cumprir essa máxima do sujeito jurídico, já que não é seu direito tirar a vida de quem cometeu um crime, assim como é seu dever “manter a ordem”,

mas pelo “bom” comportamento esperado de um cidadão, e não pelo uso da força, que seria tarefa do aparato policial, se necessário.

Ainda tratando da ideologia, é preciso ter em mente que, segundo Pêcheux, “a ideologia é um ritual com falhas” (1999, p. 13). Mas quais seriam as falhas quando falamos de linchamento? Pensamos que se a ideologia faz o sujeito acreditar e agir como um sujeito de direitos e deveres, sem questionar sua liberdade e submissão, então, ao linchar, ele age à revelia dessa ideologia. A ideologia continua funcionando, mas às avessas, na falha do ritual, quebrando a relação Direito/Dever, colocando esse par noutro lugar em detrimento da Justiça.

3.2 O linchamento no Guarujá

Fabiane Maria de Jesus tinha feito compras num minimercado em Morrinhos 4, subdivisão de um bairro com o mesmo nome no Guarujá, quando foi linchada por um número indeterminado de pessoas do bairro (há testemunhas que estimam perto de 300 participantes), na tarde de 3 de maio de 2014. (FURTADO e JUNIOR, 2014)

Inicialmente é preciso contextualizar as causas de linchamento no Brasil conforme Martins (2015) as aponta. O nome linchamento tem sua origem no capitão da Guerra Civil Americana Willian Lynch. Ele promovia espetáculos públicos de mutilação e tortura contra prisioneiros, índios e negros, que quase sempre terminavam na morte dos linchados. No Brasil, muito antes de ser designado como linchamento, estes atos já eram praticados.

Aqui, diz Martins (2015), a intenção é sempre reinstalar uma ordem que se acredita perdida pela comunidade que pratica o linchamento. Sendo assim, é possível estabelecer relação deste pensamento com a ideia de mimetismo de René Girard (1983), e o *bode expiatório*. Segundo esta teoria, ao praticar um linchamento, transfere-se para a vítima todos os problemas de determinada comunidade. Sendo assim, sacrificada a pessoa, tudo volta ao normal. Se tomarmos essa ideia da perspectiva da Análise de Discurso, podemos afirmar que o *bode expiatório* é apontado como o desestabilizador de sentidos de certo local. No caso do Guarujá, por exemplo, a tal mulher que sequestrava crianças desestabilizava o sentido de uma comunidade onde todos se conhecem e se cuidam, o sentido de segurança estava perdido. Quando identificada, foi necessário que ela fosse posta para fora, morta, para que o sentido voltasse a ser o mesmo. Seu corpo tinha que ser banido.

Porém, para entender melhor como os sentidos se formam é preciso levar em consideração os dois esquecimentos de que fala Michel Pêcheux (2014). No esquecimento nº 1 o sujeito como origem do sentido é uma ilusão, uma vez que os sentidos são determinados pela inscrição do sujeito na língua e na história. O esquecimento nº 2, conforme descrito, afirma que devido à posição ideológica determinada pela formação discursiva, há o esquecimento do sujeito de que seu dizer sempre pode ser outro. Com isso tem-se o efeito-realidade e o efeito-sujeito.

Através desta definição dos esquecimentos, podemos perceber a tentativa de estabilização de sentidos que o linchamento representa. Ao punir o corpo estranho à sociedade, o sujeito que lincha esquece que o sentido de segurança que ele tem não é criado e definido por ele, mas sim um conceito material, com história, que foge de seu alcance e tentativa de estabilização. O linchador não é a origem de tal sentido. Assim como esquece também que há outros sentidos de justiça além daquela punição física que aplica a sua vítima. Há uma justiça formal, que por vezes não atua onde o linchamento ocorre, vinculada ao Estado. Mas onde estava o Estado?

Conforme afirma Orlandi (2016) o Estado funciona pela falha, seja na infraestrutura, na educação ou na segurança, como foi no caso de Fabiane. Quando ele falha, alguma coisa ocupa o seu lugar. Neste caso, os linchadores ocuparam o espaço da Justiça e da Polícia. Deram outro sentido à punição de uma “suspeita”. Reestabeleceram seu sentido de segurança sem a intervenção estatal, intervenção a qual não estão acostumados. Principalmente se for a favor da comunidade. Não faz parte da rotina recorrer aos policiais, porque eles quase nunca estão lá. E, quando estão, tomam para si o papel de repressores, responsáveis por manter a pobreza, e os pobres, dentro de um espaço demarcado, impedindo sua livre circulação.

A notícia do linchamento de Fabiane correu os noticiários brasileiros causando grande comoção nacional. Entre os principais motivos desta comoção está o fato de Fabiane ser inocente, ou seja, não era ela a mulher procurada pela Polícia e cujo retrato fora divulgado. Cabe aqui uma análise breve sobre o sentido de culpado. No Brasil, para ser considerado culpado, é preciso ser julgado pela Justiça. Desta forma, qualquer linchamento praticado contra alguém que não tenha sido julgado é um ato contra um inocente. Nem mesmo o réu confesso pode ser chamado de culpado antes de ser julgado. Portanto, praticamente toda vítima de linchamento é inocente. Esta é mais uma forma de mostrar como

o sentido se desloca. Mesmo estando o significado estabilizado dentro de uma norma jurídica, ele escapa. Uma pessoa que cometeu crime só pode ser chamada culpada após o julgamento, mas para os atores de um linchamento esta estabilização é esquecida. O sentido de culpado começa e termina no próprio sujeito, sem que seja necessário consultar qualquer lei. Não há materialidade a ser levada em consideração. Para aquele que imputa a culpa, o julgamento já está feito e a punição deve ser aplicada imediatamente. Há uma necessidade em estabilizar o sentido e restaurar a segurança do local violado pelo estranho, estrangeiro, que quebrou uma rede de sentidos já-lá.

Cabe aqui discutir sobre o pré-construído de que fala Pêcheux, neste caso para a palavra segurança. Segundo o autor, o pré-construído “remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional” (PÊCHEUX, 2014, p. 159). Sendo assim, retomaremos a definição de interdiscurso. O autor define interdiscurso como o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1995, p. 163). Portanto, o interdiscurso coloca-se no complexo das formações ideológicas, dissimulado por toda formação discursiva, criando a ilusão de transparência do sentido formado nela (ROBERTO). Esse sentido é determinado materialmente no interdiscurso. “Em outros termos, o pré-construído é um elemento do interdiscurso re-inscrito no (intra)discurso do sujeito e caracteriza-se, pois, por ser proveniente da exterioridade, proveniência esta que é esquecida” (HANSEN, p. 4).

Sendo assim, temos o discurso de segurança sobrepondo-se ao discurso da justiça, dando a entender que a segurança deve prevalecer a qualquer preço, ainda que infringindo a Justiça. Temos, então, uma sociedade com grande apressamento pela segurança, instalando câmeras e sensores que vigiam 24 horas. Porém, tal obsessão pode estar associada ao pré-construído da “falência da justiça” (insegurança), propagada pelos meios de comunicação, conforme exemplificamos acima. Dessa forma, quando pensamos a segurança, e sentimos necessidade de proteção, e, nos linchamentos, necessitamos de ação, trazemos para o sujeito um pré-construído fora dele, no interdiscurso, que mostra a Justiça agindo parcialmente. Esse pré-construído que estimula o excesso de equipamentos de segurança é o mesmo que faz com que os meios de comunicação citados anteriormente julguem nas manchetes antes da Justiça o fazer nos tribunais.

3.3 O estranho

É impossível ignorar a questão do preconceito que envolve os julgamentos populares. O ato sacrificial, conforme descrito por Girard (1983), envolve sempre um estrangeiro, aquele que não será vingado por não ter relação social com a sociedade que pratica o ato. No caso do Guarujá, Fabiane morava no bairro Morrinhos 1 e foi agredida no bairro Morrinhos 4. Ela não pertencia ao local onde foi cometido o linchamento. Ela era a estrangeira, significada pelo silêncio, não dizia quem era, os outros é que a completavam, estabelecendo para Fabiane sentido outro que não aquele que ela desejava.

Mesmo sem dizer nada, Fabiane já significava como corpo simbólico. Conforme expõe Orlandi (1997), não é preciso falar para se significar. A fala viria da necessidade de estabilizarmos nossos sentidos na tentativa de nos significarmos sem que haja espaço para a interpretação do outro sobre nós. No caso de Fabiane não foi preciso dizer nada para que fosse colocado para ela o significado da “bruxa da internet”. Seus atos o fizeram antes dela. Ao passar a mão sobre a cabeça da criança e oferecer-lhe uma fruta, para quem acompanhava o acontecido, ela estava aliciando uma nova vítima. Não houve tempo para que ela tentasse se significar de outra forma. O sentido já estava circulando. Percebemos que o gesto de oferecer a fruta a uma criança traz a memória da bruxa que oferece a maçã à Branca de Neve no conto de fadas. Portanto, podemos dizer que é pelo interdiscurso da bruxa má que se desencadeia a condenação e a sentença de morte. Esse é o acontecimento desencadeador, associado à possível semelhança física com o retrato falado e ainda, pelo fato de ser uma estrangeira, como apontamos acima.

Para Martins (2015), os casos de linchamento ocorrem geralmente nas cidades e na maioria das vezes na periferia. Tais áreas, de acordo com a pesquisa realizada por ele, por terem custos menores, são o destino quase certo de quem chega à cidade vindo do campo, por exemplo. No caso de São Paulo, capital do Estado que leva o mesmo nome, o grande fluxo de migrantes vindos do Nordeste também tem a periferia como primeira morada. Ou seja, estas regiões estão sempre cheias do estranho, do estrangeiro, aquele cujo silêncio estabelece os sentidos. Como o próprio autor afirma, a intenção do linchamento não é a desordem, é, sim, restabelecer à comunidade uma ordem que se acreditava haver antes.

Orlandi (2016) traz em seu trabalho uma importante avaliação sobre a violência. Para a autora, ela “é causada pela falta de sociabilidade, pelo distanciamento produzido por

relações sociais de segregação e distanciamento” (p. 212). Podemos avaliar que tal distanciamento produzido pela segregação da cidade evita que certos sentidos circulem. Com isso, o silêncio sempre se faz significar e os sentidos não podem ser deslocados por falta de contato entre segregadores e segregados.

A imputação da culpa ao linchado é resultado desse afastamento entre agressor e agredido. É impor por meio da agressão o sentido apreendido através da falta do Estado. É ele que falha ao não promover maior diálogo entre os sujeitos. E, quando o tribunal de rua está montado, sob o aval da mídia, não há espaço para o contraditório. Apenas é reafirmado o sentido inicial, aplicada a pena independentemente da culpa. O que se busca é reafirmar os sentidos já tidos, tanto para o linchado quanto para o local dos crimes que deram origem ao ato.

3.4 Reunindo as análises

Para melhor compreender o que aqui foi exposto faremos um breve apanhado sobre o caso de linchamento de Fabiane Maria de Jesus. Para tanto, usaremos o relato conforme contado por Furtado e Junior (2014). Conforme o apurado pelos pesquisadores, Fabiane foi linchada na comunidade Morrinhos 4, mas era moradora da comunidade Morrinhos 1, uma subdivisão do bairro. Seu linchamento teve início quando moradores de Morrinhos 4 viram-na saindo de um minimercado, em seguida, oferecendo uma fruta a uma criança que estava na porta do estabelecimento. Nesse momento alguém gritou que ela era a “bruxa da internet”, fazendo menção ao retrato falado que vinha sendo divulgado por uma página de um noticiário local no Facebook. Na matéria, afirmava-se que estava à solta uma mulher que sequestrava crianças para realizar rituais de magia negra. Fabiane era evangélica e carregava uma bíblia de capa preta no momento do ataque. Algumas das pessoas que praticaram o ato chegaram a gritar que o livro que ela carregava seria uma bíblia satânica.

O linchamento teve início às 14h15 de 3 de maio de 2014. “A vítima foi amarrada com arame, arrastada, espancada, agredida com uma roda de bicicleta e pedaços de pau” (FURTADO e JUNIOR, 2016). Após o ato, Fabiane foi jogada no mangue, onde foi encontrada e levada para o hospital. Ela ficou internada por mais dois dias, morrendo em 5 de maio.

Pela descrição do ato podemos observar tanto a questão do bode expiatório de Girard (1983) quanto aquilo que salienta Martins (2015) quando diz que a tentativa é de restabelecer

a ordem. Observemos que Fabiane não era moradora do local onde foi atacada, sua comunidade era vizinha, e, portanto, não tinha conhecidos naquela área. Sendo assim, o fato de poder ser considerada uma estranha, portanto alguém que se poderia agredir sem maiores consequências, tornou-a um alvo fácil a ser expiado.

Há um outro fato interessante para ser ressaltado no relato da descrição feita do caso: Fabiane ter dado uma fruta a uma criança que estava em frente ao minimercado de onde saía foi que deu início ao linchamento. Tal ação traz a memória dos contos de fada, onde a bruxa tenta atrair suas vítimas entregando-lhe algum presente. E mais diretamente o caso da Branca de Neve, figura que representaria a bondade e a inocência no conto infantil, assim como a figura da criança em nossa época, que recebeu uma maçã envenenada que a matou. A maçã também retoma a memória da questão bíblica do pecado original cometido por Eva ao comer a maçã da árvore proibida. Percebemos aqui como as memórias circulam em diferentes formações discursivas, com efeitos de sentido diferentes. Se numa formação discursiva dos contos de fada temos a bruxa como entidade sobrenatural, na formação discursiva do justicamento popular temos a “bruxa da internet”, dando uma certa atualidade à simbolização do mal produzida pelos contos de fada¹⁶. Enquanto nos livros a bruxa tira o sono das crianças, em *Morrinhos 4*, a “bruxa da internet” pede uma ação imediata: linchamento.

Sendo assim, podemos considerar que uma das textualizações do discurso representado pela formação discursiva do justicamento popular é a violência no corpo do linchado. Em outras análises feitas sobre o mesmo tema poderemos encontrar outras, como certos brados populares, por exemplo. Vale ressaltar que infligir estes mesmos ferimentos em outras formações discursivas, como a do machismo, significaria de outra forma e requeria uma nova análise. Afinal, seriam diferentes condições de produção.

Queremos, ainda, abrir espaço para mais uma problematização deste caso de linchamento. O que vamos abordar é a ideia de que Fabiane pode ter sido confundida com a mulher do retrato-falado. Afirmamos aqui que não se trata meramente de ser confundida. Ou seja, a violência da qual Fabiane foi vítima poderia ter acontecido a outra pessoa, independentemente da semelhança física da linchada com a suspeita.

¹⁶ A bruxa é uma figura representada como má nos livros de histórias infantis e esse sentido se estabilizou em nossa sociedade, produzindo o imaginário sobre essas mulheres. No entanto, originalmente, a bruxa é uma figura mística, uma curandeira, uma grande conhecedora da natureza e seus poderes curativos.

Para melhor explicar o que estamos dizendo, traremos aquilo que Pêcheux (2015) chamou de “memória discursiva”. Para Pêcheux, a memória discursiva restabelece implícitos, a condição do legível ao próprio legível, de um texto que surge como acontecimento.

Outra importante noção para melhor nos fazermos compreender é o de “gesto” conforme Orlandi (1996, p.18) nos traz. De acordo com a autora, na perspectiva da análise de discurso, o gesto “serve para deslocar a noção de ‘ato’ da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la (...) o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história.”

Mobilizando as duas noções trazidas acima, conseguimos melhor sustentar nossa afirmação (de que a mera semelhança física de Fabiane, se é que existia, com o retrato-falado, não foi o fator determinante na violência que se deu). Isso porque, diante da situação de tensão que vivia o bairro onde morava diante das denúncias feitas sobre a “bruxa da internet”, ao passar a mão sobre a cabeça da criança e oferecer-lhe uma fruta, Fabiane trouxe a memória discursiva tanto da criminosa que estava sendo procurada quanto da falta de segurança que o Estado deveria levar àquele local. Em outras palavras, a carícia na criança e a fruta oferecida foram gestos simbólicos, gestos que pediam sentidos. Sua significação, a de que a “bruxa da internet” estava diante deles e de que o Estado mais uma vez não se encontrava ali para protegê-los, fez com que o linchamento acontecesse, também, como gesto simbólico.

3.5 Corpo criminoso

Buscamos, nas linhas acima, mostrar que pela teoria da Análise de Discurso é possível compreender o ato do linchamento como uma tentativa de estabilização de sentidos que determinada sociedade tinha, através de gestos de interpretação.

Queremos lembrar que, como diz Pêcheux (1969), gestos são atos no nível simbólico. Quando eu junto gestos a interpretação, desloco o que diz Pêcheux para abarcar mais do que para ele eram os gestos (assobiar, jogar uma bomba numa assembléia, etc.). No modo como tomo a questão do gesto e o ligo a interpretação, estou dizendo que, na prática simbólica, produzimos gestos de interpretação, sendo estes, modos de interferir no mundo, através da prática simbólica que é a

interpretação. Repito: a interpretação é uma prática (simbólica) em meio a outras práticas (sociais). (ORLANDI, 2010, p. 10)

Consideramos o linchamento como um discurso que faz circular certos sentidos e apaga outros. É “um modo de interferir no mundo, através da prática simbólica que é a interpretação”. Para tanto recorremos à noção de ideologia como Pêcheux a descreve, não como apagamento, mas como processo que faz emergir certos sentidos. Ou como Orlandi (2008, p. 43-44) a considera, como uma injunção à interpretação. Para a autora, “o processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como a interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso” (*idem*, p. 44).

Com relação ao linchamento, tomamos a perspectiva de que seus ferimentos são como a textualização, não só do corpo banido do linchado (aquele que é considerado estranho), mas também da justiça que não funciona de forma equivalente para todos, fazendo com que signifique de determinada maneira. Tomamos como ponto de partida a compreensão de Orlandi sobre a textualização de corpos com piercings e tatuagens. Assim como no caso apontado por Orlandi, onde os piercings e tatuagens preenchem o silêncio e significam antes mesmo da fala, os ferimentos infligidos ao linchado fazem com que os sentidos que o linchador tem sobre a vítima se signifiquem antes que ela possa se significar através da língua.

Para finalizar, podemos concluir que o corpo banido, linchado, condenado, é um efeito do desarranjo do próprio corpo social e jurídico e que se textualiza, marca a hostilidade. Ao tratarmos por corpo banido o corpo do linchado, entendemos que ele está fora, um corpo expulso do jurídico, da lei, da sociedade, um corpo, portanto, que pode ser hostilizado, linchado, expurgado. Sendo assim, consideramos o linchamento como efeito, porque ele significa o corpo do outro como estrangeiro, como aquele que se pode deixar morrer ou, pior, se pode matar. Um corpo sem direitos. Um corpo condenado a significar pelos gestos de outros, sem possibilidade de se dar sentido, defender-se.

4. CONCLUSÃO

Para a conclusão de nossa dissertação é importante repassarmos os objetivos e os caminhos percorridos nos três capítulos que compõem nosso trabalho. Conforme explicamos em nossa introdução, a questão que nos moveu inicialmente em nosso trabalho foi compreender o discurso do Facebook da Folha de S.Paulo sobre justiça e polícia para verificar se a afirmação de Martins (2015) (de que a descrença na polícia e na justiça era uma das causas dos linchamentos e que essa descrença era resultado de notícias veiculadas pelos meios de comunicação, afirmando que elas tratavam a justiça como lenta e branda) se confirmava na textualidade da Folha.

Mas para entender a construção de sentidos no digital sentimos necessidade de dar uma atenção maior para a questão da circulação nessa materialidade distinta. Isso porque, conforme verificamos, a circulação no digital tem relação direta com o algoritmo (sequência de códigos que determina quem terá acesso às publicações no Facebook, por exemplo). Num outro passo, optamos pelo caminho da historicidade da internet. Nesta empreitada repassamos as aproximações entre a definição de ecossistema de Tansley (um sistema autorregulado, onde a não interferência seria a melhor forma de fazer com que áreas desmatadas voltassem a se regenerar, alcançando seu ápice, ponto de total harmonia do sistema) e as ideias que fundaram a internet. Essa ideia de autorregulação se espalhou por outros campos da ciência, como as exatas, e levaram à criação de modelos que comprovam matematicamente a teoria de Tansley. Como vimos em seguida, tais comprovações são resultado de simplificações que possibilitam tais cálculos, uma vez que prever resultados de tais sistemas é tarefa árdua, que envolve número muito grande de variáveis. Mesmo assim, o surgimento do movimento hippie nos anos 1960 usa de tais referências para argumentar sobre o surgimento de comunidades em que a política e a hierarquia são colocadas de lado e a vida sem regras, livre de interferências, é colocada como modelo ideal a ser adotado. Em alguns anos, essas comunidades são desfeitas devido à impossibilidade de afastar o político das questões diárias. Membros dessas comunidades migraram para a região conhecida como Vale do Silício e deram início à internet que conhecemos hoje, usando dos mesmos princípios das comunidades hippies, ou seja, tentando criar uma rede livre, onde os usuários pudessem navegar sem restrições, uma rede que se autorregulasse de acordo com as ações desses mesmos usuários, sem interferências governamentais ou de qualquer outra ordem.

Mais uma vez, percebemos que essa tentativa de retirar o sujeito das relações não funciona como o imaginado. O algoritmo, por exemplo, mesmo tendo sido criado para reproduzir conteúdos de acordo com o histórico de navegação dos usuários, desconsidera que os usuários e desenvolvedores desses algoritmos são sujeitos, interpelados como tais pela ideologia. Também não podemos nos esquecer que o algoritmo trabalha com dados, que nunca são transparentes neutros e desfilados. É neste ponto que propomos a noção de formação algorítmica.

Conforme a definimos, a formação algorítmica é a falha da ideologia da técnica, o real do algoritmo, a heterogeneidade no digital. Com isso queremos dizer que consideramos o algoritmo agindo sobre a memória metálica, onde há apenas o mesmo, a repetição, o acúmulo sem historicização. A formação algorítmica, por sua vez, rompe com essa repetição, pois leva em consideração o sujeito usuário da rede social, como o Facebook, trabalhando com a memória digital, que escapa da estrutura totalizante da máquina, possibilitando a inscrição no interdiscurso. Dessa forma, é possível furar a memória metálica, escapar à repetição e colocar em jogo a heterogeneidade característica do sujeito.

Portanto, quando consideramos a circulação no digital sobre a influência do algoritmo, não podemos nos esquecer de que essa tentativa de afastar o sujeito da relação com a máquina falha, ou seja, a ideologia da técnica falha, e ao falhar possibilita alguma heterogeneidade na rede. A essa heterogeneidade demos o nome de formação algorítmica.

O funcionamento da formação algorítmica se equivale em várias características ao da formação discursiva, diferenciando-se principalmente pela questão da materialidade digital que envolve a formação algorítmica. Sendo assim, enquanto na formação discursiva temos o sujeito heterogêneo em si mesmo rompendo com a pretensa homogeneidade de qualquer FD, instalando nela a contradição, a formação algorítmica, além disso, pensa as particularidades do digital, como a questão da circulação, por exemplo.

Dessa forma, afirmamos que, levando em consideração a noção de memória digital e como ela possibilita a inscrição no interdiscurso, caso não houvesse a formação algorítmica, mas apenas o algoritmo, a circulação do digital ficaria limitada à memória metálica, ao repetível, sem historicizar.

Colocadas as considerações acima, partimos para a análise das postagens do Facebook da Folha de S.Paulo em que apareciam as palavras justiça e polícia. Com as

análises foi possível compreender que o discurso sobre tais instituições no período analisado não correspondia às afirmações feitas por Martins (2015) sobre justiça lenta e leis tolerantes. No discurso sobre justiça, o que encontramos foi um silenciamento da sua relação com pessoas pobres e negros e um discurso onde pessoas brancas e ricas parecem não ser atingidas pelas decisões judiciais.

Ao analisarmos as postagens onde a palavra polícia aparece, o que temos é uma relação distinta daquela da justiça. Isso porque nas postagens o que observamos é uma polícia vinculada à imagem de repressão e indiferença com pessoas negras e pobres, e a relação silenciada desta vez diz respeito às pessoas ricas, brancas e poderosas.

Com isso, chegamos à conclusão de que a afirmação de Martins (2015) sobre o discurso que os meios de comunicação propagam dizem respeito a leis brandas e justiça lenta não é encontrada nas postagens da Folha de S.Paulo no Facebook no período analisado. Ao invés da justiça lenta, branda e ineficaz, o que encontramos é um discurso onde evidenciam-se o funcionamento da justiça e da polícia apenas para alguns. Ou seja, não é que a justiça e a polícia são ineficazes, ao contrário, por vezes são até muito rígidas, mas essa rigidez é seletiva, uma vez que se aplica apenas a pobres e negros, enquanto brancos, ricos e poderosos são significados como se não se importassem com as decisões judiciais e ações policiais.

Diante disso, com nossa análise apontando que o discurso da Folha com relação à polícia e justiça não coincidem com aquilo que Martins apontava como uma das causas do linchamento, estabelecendo a relação entre os meios de comunicação e os justiça populares, optamos por analisar as causas dos linchamentos pela análise de discurso, e ver se com os resultados encontrados poderíamos estabelecer alguma relação entre o discurso da Folha sobre justiça e polícia e as causas de linchamento.

Sendo assim, o que encontramos nestas análises sobre as causas do linchamento foi que o linchamento é a tentativa de estabilizar sentidos no corpo de linchado, um corpo simbólico que reclama ser significado pelos demais sujeitos. A este corpo simbólico demos o nome de corpo criminoso, aquele que se pode ferir e matar por estar fora da sociedade, sem chance de significar por si, acaba por ser significado pelos outros. Mas se o Estado tem seus aparelhos como a justiça e a polícia, como pode um sujeito abrir mão deles e punir sem o devido processo estatal?

Nesse sentido é que podemos reafirmar aquilo que traz Orlandi (2016) quando coloca que o Estado funciona pela falha. Temos assim que o Estado falha, falta, ao não levar educação, segurança e saúde a determinadas classes. Entra aqui o papel da Folha como aparelho ideológico do Estado responsável por institucionalizar os sentidos de polícia e justiça, para ficarmos apenas nos temas que tocam nossa dissertação. Durante o período de publicações analisadas em nosso trabalho, o que encontramos foi um discurso onde justiça e polícia funcionam apenas para alguns, punindo diferentemente brancos e negros, ricos e pobres. Quando levamos em consideração que a maioria dos casos de linchamento ocorrem nas periferias e contra a população negra e outros marginalizados, percebemos que o discurso da Folha está nesses casos. De um lado temos a justiça feita apenas para brancos que desdenham das decisões judiciais e do outro a polícia que reprime manifestantes e se omite frente às aflições, como demonstrado nos recortes que trouxemos.

Portanto, acreditamos que a pergunta a fazer não é “por que existem linchamentos?”, mas “como os aparelhos do Estado contribuem, pelo discurso, para que o sujeito se sinta autorizado a praticar um linchamento?”. A resposta que encontramos pela análise que fizemos nessa dissertação, embora não seja definitiva e nem única, é que o modo de circulação do discurso sobre justiça e polícia, pela publicação de postagens no Facebook do maior jornal brasileiro, com quase seis milhões de seguidores, é um indício forte da maneira como os sentidos vão se produzindo na/pela mídia, de modo que seus efeitos (ideológicos) podem vir a significar para o sujeito que ele está autorizado a “fazer justiça”, como foi o caso da publicação da notícia na página do Guarujá Alerta. Pelo que demonstramos nesse trabalho, no caso da circulação pelo Facebook, a formação algorítmica tem um papel importante, na medida em que ela permite que o sentido não seja homogêneo, não signifique da mesma forma para todos, permitindo a entrada de outros discursos rompendo os discursos institucionalizados, inscrevendo o outro dizer no interdiscurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. **Memória e produção discursiva do sentido**. In: Papel da Memória. Campinas: Pontes, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ALVES, Josias M.; MELLO, Eder D. de F.; SOUZA, Anselmo C. de. **Fundamentos e funcionalidades do Stella para representação do pensamento sistêmico**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, n.4, p. 114-125, 2013. Disponível em: <https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/viewFile/159/143>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ANKER, Peter. **Imperial Ecology: environmental order in British Empire, 1895-1945**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

ARAÚJO, Willian Fernandes. **As narrativas sobre os algoritmos do Facebook: uma análise dos 10 anos do Feed de Notícias**. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BANDIDO é preso após roubar carro no Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://noticias.r7.com/balanco-geral-manha/videos/bandido-e-preso-apos-roubar-carro-e-cair-em-armadilha-no-rio-de-janeiro-27102016>. Acesso em: 01. dez. 2016.

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BENEVIDES, M. V. **Linchamentos: violência e justiça popular**. Espaço & Debates, v. 11, p. 55-90, 1981.

CANO, Rosa J. **Facebook lança sistema para detectar notícias falsas**. El País, São Francisco, 8 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/tecnologia/1491491055_218017.html. Acesso em: 22 abr. 2017.

COSTA, Greciely Cristina da. **Sentidos de milícia: entre a lei e o crime**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

CRIMINOSO é preso após roubar carro em Gravataí. 2016. Disponível em: <http://www.oreporter.net/criminoso-e-preso-apos-roubar-carro-em-gravatai/>. Acesso em: 01. dez. 2016.

CURTIS, Adam. **Tudo Vigiado por Máquinas de Adorável Graça**. BBC, 2011. Disponível em: <https://vimeo.com/130053688>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DIAS, Cristiane Pereira. **A poética do cotidiano na rede**. In: Signo y Seña, n. 24, dez. 2013, p. 57-70. Buenos Aires, 2013.

DIAS, Cristiane Pereira. **A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso**. In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. N. 37, Campinas: RG, 2016.

DIAS, Cristiane Pereira. **Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/prisma>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Carolina M. B. **A formação do discurso do empreendedor de si mesmo: um olhar sobre o Google**. 2015, 86 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Unicamp, Campinas, 2015.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos de rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: Comissão da Justiça e Paz de São Paulo/CEDEC.

FOLHA DE S.PAULO. **Circulação: O maior jornal do Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>. Acesso em: 02 mai. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história de violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e a Análise do Eu**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

FURTADO, Leticia de Souza e JUNIOR, Wilson Franck. O linchamento de Guarujá e a violência mimética de René Girard. In: **Revista Iurisprudencia: revista da faculdade de**

direito de ajes. Vol. 3 N° 5. Disponível em: <http://www.revistaiurisprudencia.com.br/arquivos/20150420211310.pdf> . Acesso em 05 de novembro de 2016.

GIRARD, René. **La violencia y lo sagrado**. Barcelona, Espanha: Editorial Anagrama, 1983.

GOLLEY, Frank Benjamin. *A history of the ecosystem concept in ecology. More than the sum of parts*. New Haven/London. Yale University Press, 1993.

GRIFFITH, J. J. **A disciplina do pensamento sistêmico**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Engenharia Florestal, 2008. Disponível em: http://www.sifloresta.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10754/Texto_Griffith_A-Disciplina-do-Pensamento-Sistematico.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 fev. 2017.

HANSEN, Fábio. **A noção de pré-construído e seus desdobramentos no processo criativo do discurso publicitário**. Disponível em: <
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKv73a7u_QAhWE2SYKHctDYcQFggaMAA&url=http%3A%2F%2Fseer.ufv.br%2Forganon%2Farticle%2Fdownload%2F28644%2F17323&usg=AFQjCNHuyS_h3Snsb4XeNnllhCBbfsrvTQ> . Acesso em: 18. nov. 2016.

HASHIGUTI, Simone Tiemi. **Corpo de Memória**. Jundiaí: Paco, 2015.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 2014.

INDURSKY, Freda. **Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, II. Santa Maria, nov. 2005. Disponível em: <http://www.ufv.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

KATO, Danilo S.; MARTINS, Lilian A. C. P. **A “sociologia das plantas”: Arthur George Tansley e o conceito de ecossistema (1935)**. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, v.11, n.2, p. 189-202, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/49855623-A-sociologia-de-plantas-arthur-george-tansley-e-o-conceito-de-ecossistema-1935.html>.

Acesso em: 15 jan. 2017.

LAFONTAINE, Céline. **O império Cibernático: Das máquinas de pensar ao pensamento máquina**. Lisboa: Piaget, 2004.

LOBO, Thais. Pesquisadora americana revela os segredos por trás dos algoritmos do Facebook. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/pesquisadora-americana-revela-os-segredos-por-tras-dos-algoritmos-do-facebook-13673692>. Acesso em: 03 abr. 2016.

LOPES, Pedro F. T. **A evolução das redes de computadores e as filosofias tecno-políticas nos finais do século XX: para uma genealogia dos novos *media***. 2015, 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Porto, Porto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2015.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)**. Rio de Janeiro/Campinas: Revan/Unicamp, 1998.

MATOSO, Rui. **Redes, cibernética e neuropoder: breve estudo do contexto cibernético actual**. Lisboa, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11837553/Redes_Cibern%C3%A9tica_e_Neuropoder_-_breve_estudo_do_contexto_cibern%C3%A9tico_actual. Acesso em: 15 fev. 2017.

MEDEIROS, Caciane S. de. **Formação Ideológica: o conceito basilar e o avanço da teoria**. SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, IV. Santa Maria, nov. 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/CacianeSouzaDeMedeiros.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MOREIRA, D. A.; ALENCAR, E. E. S.; LIMA, A. G. **Executor de modelos baseados em fluxos e estoques**. Anais do VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, 2012. Disponível em: <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3504/955>. Acesso em: 17 jan. 2017.

NAGASAKO, Renato S. **O paraíso da capitalização e a personificação do diabo: o caso Facebook**. Interprograma de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, 12. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp->

<content/uploads/2017/03/Renato-Nagasako-FCL-Trabalho-Completo.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade**. RUA (online). 2010, n. 16. Vol. 2. ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A palavra dança e o mundo roda: Polícia!** In: Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 anos de história. Campinas: LABEURB, 2013. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/labeurb20anos/labeurb20anosPDF.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012¹.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e argumentação: Um observatório do político**. Fórum Linguístico, n.1. Florianópolis, jul-dez., 1998, p. 73-81. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi3jK67zv_VAhVP6WMKHfdbA8EQFggmMAA&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fforum%2Farticle%2Fdownload%2F6915%2F6378&usg=AFQjCNGY0BkqpPGoHdMNbY2hvhPM9u7yqw. Acesso em: 03 jun. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Kahar, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-1969)**. In: **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: **Revista Escritos**, v. 4, 1999. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2014.

PRIMO, Alex. **Industrialização da amizade e a economia do curtir: estratégias de monetização em sites de redes sócias**. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/13208711/Industrializa%C3%A7%C3%A3o_da_amizade_e_a_economia_do_curtir_estrat%C3%A9gias_de_monetiza%C3%A7%C3%A3o_em_sites_de_redes_sociais?auto=download. Acesso em: 15 fev. 2017.

QUARTZ. **Millions of Facebook users have no idea they're using the internet**. 2015. Disponível em: <https://qz.com/333313/millions-of-facebook-users-have-no-idea-theyre-using-the-internet/>. Acesso em: 15 mai. 2017.

ROBERTO, Maria Leda R.. **Efeitos de pré-construído em cartuns**. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaLedaRRoberto.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANDVIG, Christian *et al.* **Can na Algorithm be Unethical?** Disponível em: <http://social.cs.uiuc.edu/papers/pdfs/ICA2015-Sandvig.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia: uma questão de poder**. Lisboa: Piaget, 2002.

SINHORETTO, Jacqueline. **Os justiçadores e sua justiça: Linchamentos, costume e conflito**. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SPILK, Fernando R.; NAIME, Roberto. **O padrão da (des)ordem da natureza**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/299397506_O_padrao_da_desordem_da_natureza

a. Acesso em: 15 fev. 2017.

TURNER, Fred. *From Counterculture to Cyberculture*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2006.

TURNER, Fred. **The Democratic Surround: Multimedia & American Liberalism from World War II to the psychedelic sixties**. Chicago e Londres: The University Chicago Press, 2013.

VARGAS, Rejane Maria Arce. **Designação e Designificação: a filiação de sentidos na fraseologia contemporânea**. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

VIGLIO, José Eduardo; FERREIRA, Lúcia da Costa. **O conceito de ecossistema, a ideia de equilíbrio e o movimento ambientalista**. Caderno eletrônico de Ciências Sociais. Vitória, v.1, n.1, p. 1-17, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/5965>. Acesso em: 16 jan. 2017.

ZAGO, Gabriela da Silva; SILVA, Ana Lúcia da. **Sites de Rede Social e Economia da Atenção: circulação e consumo de informações no Facebook e no Twitter**. Revista Vozes e Diálogo. Itajaí, V. 13, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/5305>. Acesso em: 8 nov. 2017.

Anexos¹⁷

Recortes onde aparece a palavra justiça

FOLHA Folha de S.Paulo
5 h · 🌐

Vamos recorrer o mais rápido possível", disse Maia à Folha. (via Paniel - Folha de S.Paulo) #folha



Justiça barra candidatura de Maia à Presidência da Câmara - Paniel

FOLHA Folha de S.Paulo
8 h · 🌐

"No difícil período pelo qual passamos, a conduta isenta e competente do ministro Teori ajudou os brasileiros a confiar na Justiça", elogiou o tucano. (via Folha Poder) #folha



FHC diz STF 'honrar' a memória do ministro Teori

FOLHA Folha de S.Paulo
10 h · 🌐

Nesta manhã, o peemedebista recebeu em audiências diferentes o ministro Alexandre de Moraes (Justiça) e a ministra Gracie Mendonça (AGU), ambos cotados para a posição. (via Folha Poder) #folha



Temer começa a avaliar nome para substituir Teori Zavascki no STF

FOLHA Folha de S.Paulo
Ontem às 20:55 · 🌐

"Como juiz e cidadão, Teori se consagrou como um intelectual do Direito, zeloso das leis e da Justiça", escreveu a petista. (via Folha Poder) #folha



Dilma diz que foi 'privilégio' nomear Teori ao STF

FOLHA Folha de S.Paulo
Ontem às 07:25 · 🌐

Os agentes penitenciários do Rio iniciaram a greve na última terça (17). (via Folha Cotidiano) #folha



Justiça do Rio determina que agentes penitenciários retornem ao trabalho

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de janeiro às 21:05 · 🌐

Um novo recurso do governo foi indeferido. (via Folha Cotidiano) #folha



Em nova derrota de Alckmin, Justiça mantém veto a reajuste da tarifa

¹⁷ Todos os anexos têm como fonte o Facebook da Folha de S.Paulo.

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de janeiro às 20:25

A Folha havia revelado em dezembro que um plano do governo iria incorporar terras caras a entidades do agronegócio e à bancada ruralista no Congresso. Na época, o ministério negou que iria alterar o sistema. (via Folha Poder) #folha



Ministro da **Justiça** altera demarcação de terras indígenas no país

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de janeiro às 17:05

Agentes seriam destacados para entrar nos presídios em crise ou sob ameaça e fazer a triagem da massa carcerária. (via Folha Cotidiano) #folha



Governo vai criar 'Força Nacional para presídios'

O ministro da **Justiça**, Alexandre de Moraes, anunciou nesta quarta-feira (18) a representantes de entidades sindicais de agentes penitenciários, em audiência em seu gabinete em Brasília, que o governo vai criar um "grupo nacional de...

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de janeiro às 07:09

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça manda Metrô pagar pensão a mulher de camelo morto em estação

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de janeiro às 11:30

(via Folha Equilíbrio) #folha



Justiça autoriza pais a plantar maconha em casa para tratar filhos

FOLHA Folha de S.Paulo
15 de janeiro às 22:45

A oposição já pediu ao Departamento de **Justiça** que barre a nomeação por violar a lei antinepotismo. (via Folha Mundo) #folha



Trump afirma que irá indicar genro para mediar paz no Oriente Médio

FOLHA Folha de S.Paulo
15 de janeiro às 16:56

Seis anos após a demolição das mais de 300 barracas de praia, por determinação da **Justiça** Federal, a orla de Salvador chega a mais um verão sem uma solução definitiva para atender aos banhistas. (via Folha Cotidiano) #folha #verão #folhaverão



Após demolições, Salvador chega ao sexto verão sem barracas na orla

FOLHA Folha de S.Paulo
15 de janeiro às 13:11 · 🌐

As autoridades confirmaram que dez presos morreram no motim que foi controlado por volta das 8h (horário de Brasília), segundo informações da Secretaria de Segurança Pública. (via Folha Cotidiano) #folha



Em nota, ministro da Justiça diz que lamenta mortes de presos no RN - 15/01/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

FOLHA Folha de S.Paulo
14 de janeiro às 12:59 · 🌐

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, obteve ainda em 2015 uma liminar que obrigou plataformas do Google e Facebook a excluir publicações que o apontavam como "advogado do PCC". (via Folha Cotidiano) #Folha



Justiça mandou empresas excluir link que vinculava ministro a facção

FOLHA Folha de S.Paulo
13 de janeiro às 23:35 · 🌐

(via Folha Esporte) #folha



Justiça manda Odebrecht reassumir administração do Maracanã

FOLHA Folha de S.Paulo
12 de janeiro às 20:35 · 🌐

Eduardo Odloak foi impedido de ocupar o cargo por liminar judicial. (via Folha Cotidiano) #folha



Justiça de SP suspende afastamento de subprefeito da Sé nomeado por Doria

FOLHA Folha de S.Paulo
12 de janeiro às 19:35 · 🌐

Ao lado de dois colegas, o promotor denunciou o ex-presidente e pediu a prisão preventiva dele em março do ano passado. (via Folha Poder) #folha



Lula pede na Justiça indenização de R\$ 1 milhão a promotor de São Paulo

FOLHA Folha de S.Paulo
12 de janeiro às 17:05 · 🌐

O ex-governador do PSDB já foi condenado criminalmente por peculato e lavagem de dinheiro em processo relativo ao caso. (via Folha Poder) #folha



Justiça de Minas determina bloqueio de bens de Eduardo Azeredo

FOLHA Folha de S.Paulo
12 de janeiro às 10:40 · 🌐

Blairo Maggi é acusado de participar de esquema que comprou uma vaga de conselheiro do TCE do Mato Grosso. (via Folha Poder) #folha



Ministro da Agricultura tem bens bloqueados pela Justiça do MT

FOLHA Folha de S.Paulo
12 de janeiro às 08:25 · 🌐

Alexandre de Moraes também negou que o governo tenha demorado a reagir às matanças em presídios de Manaus e Boa Vista. (via Folha Cotidiano) #folha



Visita de advogado de facção deveria ser gravada nas prisões, diz ministro da Justiça

FOLHA Folha de S.Paulo
11 de janeiro às 21:25 · 🌐

Mais uma derrota para o governo Alckmin. (via Folha Cotidiano) #folha



Justiça de SP também barra reajuste de tarifa de ônibus intermunicipais

FOLHA Folha de S.Paulo
8 de janeiro às 18:20 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Ministro da Justiça vai discutir saídas para crise prisional com Estados

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, vai se reunir no próximo dia 17 com secretários de Assuntos Penitenciários e de Segurança Pública de todos os...

FOLHA Folha de S.Paulo
8 de janeiro às 11:25 · 🌐

"É difícil lembrar ocasião em que o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, vindo a público, não tenha provocado ou amplificado uma crise, como de novo o fez com sua balbúrdia de declarações na semana de chacinas. É uma estrela de uma companhia que não sabe o que diz" #opinião #folha



Vinicius Torres Freire: Na semana das chacinas, governo se mostra outra vez incapaz

FOLHA Folha de S.Paulo
7 de janeiro às 22:31 · 🌐

As famílias repudiam as afirmações do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de que a chacina foi "acerto interno" da facção criminosa PCC (via Folha Cotidiano) #folha



Famílias de presos mortos em Roraima rechaçam ligação deles com facção

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de janeiro às 20:35

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça barra reajuste de tarifas integradas entre ônibus e metrô em SP

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de janeiro às 12:55

Alexandre de Moraes negou que os episódios do Amazonas e de Roraima tenha feito com que a crise prisional tenha 'saído do controle'. (via Folha Poder) #folha



Massacre em Roraima foi um 'acerto interno de contas', diz ministro da Justiça

FOLHA Folha de S.Paulo
5 de janeiro às 15:05

(via Folha Cotidiano) #folha



Ministro da Justiça anuncia novos presídios e culpa empresa por massacre no Amazonas

FOLHA Folha de S.Paulo
5 de janeiro às 07:25

O governador de Minas recebeu críticas após usar helicóptero para buscar o filho em uma festa de Ano Novo. (via Folha Poder) #folha



Justiça trava acesso a voos de Pimentel em aeronaves oficiais ou fretadas

FOLHA Folha de S.Paulo
3 de janeiro às 09:45

Para Carlos Lupi, Lula apresenta a candidatura como 'autodefesa no processo da Justiça' e como 'palco para se defender'. (via Folha Poder) #folha



Lula vai desistir de ser candidato, diz presidente do PDT

FOLHA Folha de S.Paulo
3 de janeiro às 08:20

Apesar de entrar na Justiça para garantir o aumento de 26%, Milton Leite (DEM) diz que abrirá mão do reajuste de seu próprio salário. (via Folha Cotidiano) #folha



Não afrontei a população de SP com reajuste para vereadores, diz novo presidente da Câmara

FOLHA Folha de S.Paulo
2 de janeiro às 01:32

(via Folha Mercado) #Folha



Justiça concede 1 de cada 3 benefícios a deficientes

FOLHA Folha de S.Paulo
30 de dezembro de 2016 às 20:56

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça decreta prisão temporária de mulher de embaixador grego

FOLHA Folha de S.Paulo
29 de dezembro de 2016 às 16:35

(via Folha Poder) #folha



Justiça determina libertação de prefeito eleito de Osasco

FOLHA Folha de S.Paulo
28 de dezembro de 2016 às 20:45

"Mais importante que o número de pessoas que se declaram católicas é o número das que realmente aderem à fé cristã, buscam justiça e vivem o amor até as últimas consequências", diz o secretário-geral da entidade. (via Folha Poder) #folha



Luta por justiça é mais relevante que porcentagem de católicos, diz CNBB

FOLHA Folha de S.Paulo
28 de dezembro de 2016 às 04:14

(via Folha Cotidiano) #folha



Para evitar internação de menores, Justiça reúne vítima com infrator

FOLHA Folha de S.Paulo
23 de novembro de 2016

O La Vue é o empreendimento que Geddel Veira Lima fez "lobby" junto ao ex-ministro da Cultura para aprovar a construção. (via Folha Poder) #folha



Justiça Federal ordena suspensão de obra em prédio de Salvador

FOLHA Folha de S.Paulo
23 de novembro de 2016

A cada ano cresce o total de venezuelanos que pedem refúgio ao Brasil. Enquanto de 2010 a 2012, somados, foram apenas cinco, o número saltou para 54 em 2013, 208 em 2014 e chegou a 825, no ano passado. Neste ano, já são 1.805 pedidos, de acordo com o Ministério da Justiça. (via Folha Mundo) #Folha



Com invasão venezuelana, Roraima teme retorno de doenças erradicadas

FOLHA Folha de S.Paulo
22 de novembro de 2016

O ex-governador mantinha apenas R\$ 454, de acordo com relatório disponibilizado pelo juiz Sergio Moro. (via Folha Poder) #folha



Justiça encontra R\$ 10 milhões em conta de mulher de Cabral

FOLHA Folha de S.Paulo
21 de novembro de 2016

Paulo Roberto Costa cumpre pena em regime aberto após ser o primeiro delator da Lava Jato. #folha



Ex-diretor da Petrobras faz acordo de colaboração com FBI e Justiça dos EUA

FOLHA Folha de S.Paulo
19 de novembro de 2016

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça põe em leilão mansão de R\$ 18 mi da família de Abdemassih em SP

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de novembro de 2016

(via Folha Mercado) #folha



Eletrobras pode ir à Justiça para pedir reparação por cartel em Belo Monte

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de novembro de 2016

'Acho que ser preservada criogenicamente me dá a chance de ser curada e acordar –nem que seja daqui a centenas de anos', escreveu a garota. (via Folha Ciência e Saúde) #folha



Justiça britânica autoriza congelamento de garota com câncer

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de novembro de 2016 · 🌐

"Meu cargo não impedia que eu também tivesse atividades artísticas. Não existia nenhuma incompatibilidade entre ambos", afirmou à Folha Ilustrada #folha



Alvo de queixa na Justiça, diretor de 'Aquarius' nega irregularidades

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

Preso, Anthony Garotinho responderá na Justiça por crimes eleitorais; saiba como foi a prisão que movimentou o noticiário político nesta quarta-feira (16) pós-feriado <http://bit.ly/2fXqHoW> (via Folha Poder) #folha



FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

(via F5) #folha



Morena Baccharin vai à Justiça contra ex-marido para trazer filho ao Brasil

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Mercado) #folha



Justiça e Tribunal de Contas tentam evitar intervenção do governo na Oi

FOLHA Folha de S.Paulo
15 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Disputas de médicos com biomédicos e farmacêuticos vão para a Justiça

FOLHA Folha de S.Paulo
14 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Poder) #folha



Decisão da Justiça Eleitoral em São Paulo ajuda possível reeleição de Temer

FOLHA Folha de S.Paulo
11 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça determina que presídio feminino em SP tenha aulas à noite

FOLHA Folha de S.Paulo
10 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Mercado) #folha



Oposição promete questionar PEC do teto de gastos públicos na Justiça

FOLHA Folha de S.Paulo
10 de novembro de 2016 · 🌐

Hermè Luísa Jatobá Vadasz, então com 46 anos, foi uma das vítimas do estudante de medicina Mateus da Costa Meira, que abriu fogo com uma submetralhadora num cinema do shopping. (via Folha Cotidiano) #folha



Filhas de vítima de atirador tentam punir shopping Morumbi na Justiça há 16 anos

FOLHA Folha de S.Paulo
9 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça nega pedido de cancelamento da redação do Enem 2016

FOLHA Folha de S.Paulo
9 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Poder) #folha



Alekmín vai à Justiça contra Twitter para quebrar sigilo de usuários que o chamam de 'ladrão de merenda'

FOLHA Folha de S.Paulo
8 de novembro de 2016 · 🌐

Republicano já disse que não vai aceitar resultado da votação em caso de derrota. (via Folha Mundo) #folha



Com disputa apertada, Trump vai à Justiça contra votos antecipados em Nevada

FOLHA Folha de S.Paulo
8 de novembro de 2016 ·

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça de SP autoriza uso de bala de borracha pela PM em manifestações

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de novembro de 2016 ·

(via F5) #folha



Brad Pitt pede na Justiça guarda compartilhada dos filhos com Angelina Jolie

FOLHA Folha de S.Paulo
3 de novembro de 2016 ·

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça determina reintegração de posse de escolas ocupadas em Curitiba

FOLHA Folha de S.Paulo
3 de novembro de 2016 ·

(via Folha Cotidiano) #folha



Justiça Federal nega pedido de suspensão do Enem 2016

FOLHA Folha de S.Paulo
1 de novembro de 2016 ·

(via Painel - Folha de S.Paulo) #folha



Por renovação, dirigentes do PT defendem que condenados pela Justiça sejam expulsos do partido

FOLHA Folha de S.Paulo
31 de outubro de 2016 ·

Seu rival, prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, do PSDB, (foto), ainda depende de liberação da Justiça para assumir o mandato. Ele é acusado de usar a máquina pública a seu favor. (via Folha Poder) #folha



Candidato do PSOL não reconhece resultado das urnas em Belém

Recortes onde aparece a palavra polícia

FOLHA Folha de S.Paulo
Ontem às 10:45 · 🌐

Atriz recebeu as ameaças em redes sociais há quatro meses. #folha



Polícia pede quebra de sigilo para investigar ameaças de morte a Deborah Secco

FOLHA Folha de S.Paulo
18 de janeiro às 15:41 · 🌐

De acordo com assessoria, cantora deve prestar queixa na polícia nesta quarta (18). (via F5) #folha



Record demite apresentador que chamou Ludmilla de 'macaca' e 'pobre'

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de janeiro às 21:25 · 🌐

Entenda o caso. (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia de SP usa contra Boulos teoria jurídica usada para condenar Dirceu

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de janeiro às 10:10 · 🌐

Ele estava na região de São Mateus, na zona leste, prestando solidariedade a 700 famílias que foram despejadas pela Polícia Militar de uma área ocupada, quando foi preso por desobediência. #folha



Guilherme Boulos, líder do MTST, é preso em São Paulo

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de janeiro às 02:20 · 🌐

Bernardo Mello Franco: "Numa mensagem interceptada pela Polícia Federal, o doleiro Lúcio Funaro chama Geddel Vieira Lima de 'boca de jacaré'. É uma referência à gula que, de acordo com ele, o ex-ministro demonstrava nas negociações para liberar empréstimos da Caixa. 'Esse cara acha que eu tenho uma impressora, reclama. Uma impressora de dinheiro, claro. #folha



Bernardo Mello Franco: Boca de jacaré

FOLHA Folha de S.Paulo
5 de janeiro às 09:10 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia apura participação de piloto em morte no trânsito em Alphaville (SP)

FOLHA Folha de S.Paulo
4 de janeiro às 19:05 · 🌐

Saiba mais detalhes em F5. #folha



Acidente de filho de Bonner e Fátima aconteceu em tentativa de ultrapassar caminhão, diz polícia

FOLHA Folha de S.Paulo
2 de janeiro às 20:38 · 🌐

Dois investigadores do governo grego e um da Interpol desembarcaram no Rio no último domingo (1). (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia grega está no Rio para investigar morte de embaixador

FOLHA Folha de S.Paulo
30 de dezembro de 2016 às 12:05 · 🌐

A mulher, Françoise Amiridis, que é brasileira, depôs nesta sexta (30). (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia suspeita de crime passional em desaparecimento de embaixador grego

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de dezembro de 2016 · 🌐

Julio Cesar Fernandes Neves questionou a atuação de setores da PM. (via Folha Cotidiano) #folha



Ouvidor das polícias peita bancada da bala na Assembleia de SP; veja vídeo

FOLHA Folha de S.Paulo
13 de dezembro de 2016 · 🌐

O texto isentou políticos citados pelos delatores da Operação Alba Branca, como o presidente da Assembleia, Fernando Capez (PSDB). (via Folha Poder) #folha



Com confusão entre alunos e polícia, CPI da Merenda aprova relatório final

FOLHA Folha de S.Paulo
7 de dezembro de 2016 · 🌐

O ministro-chefe e mais seis sócios são alvos de duas ações de bloqueio de R\$ 108 milhões em bens por degradação ambiental. (via Folha Poder) #folha



Polícia apreende 1.900 cabeças de gado em fazendas de Eliseu Padilha

FOLHA Folha de S.Paulo
7 de dezembro de 2016 · 🌐

A **Polícia Civil** concluiu quem são os responsáveis diretos pelo acidente.
(via Folha Poder) #folha



Polícia indiciou cinco por queda de helicóptero com filho de Alckmin

FOLHA Folha de S.Paulo
2 de dezembro de 2016 · 🌐

(via Folha Poder) #folha



Polícia Federal indiciou Sérgio Cabral, ex-primeira-dama e mais 14

FOLHA Folha de S.Paulo
27 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia é última barreira para evitar a barbárie, diz novo secretário de Segurança do Rio

FOLHA Folha de S.Paulo
24 de novembro de 2016 · 🌐

O ex-ministro Marcelo Calero prestou depoimento à **Polícia Federal** sobre as acusações, feitas em entrevista à Folha, de que Geddel Vieira Lima (Governo) usou o cargo para pressioná-lo a liberar a construção de um empreendimento imobiliário em Salvador. (via Paine! - Folha de S.Paulo) #Folha



Ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero presta depoimento à **Polícia Federal** sobre caso Geddel

FOLHA Folha de S.Paulo
20 de novembro de 2016 · 🌐

O major Rogério Melo Costa, 36, que trabalhava na PM havia 17 anos; o capitão Willian de Freitas Schorcht, 37, na **polícia** havia 13 anos; o subtenente Camilo Barbosa Carvalho, 39, e o 3º sargento Rogério Félix Rainha, 39 - ambos com 15 anos de experiência na corporação — davam apoio à equipe de solo no helicóptero. (via Folha Esporte) #Folha



Estádio do Palmeiras homenageia PMs mortos no Rio, e torcida aplaude

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Poder) #folha



Grupo de Cabral chamava propina de 'oxigênio', diz **Polícia Federal**

FOLHA Folha de S.Paulo
17 de novembro de 2016 · 🌐

(via Painei - Folha de S.Paulo) #folha



Depois de ser preso, Garotinho pede a delegado da Polícia Federal para conceder entrevista

FOLHA Folha de S.Paulo
10 de novembro de 2016 · 🌐

O delegado confirmou que no local em que Montagner se afogou faltavam placas que indicassem o perigo da correnteza. (via Folha Ilustrada) #folha



Polícia de Sergipe conclui inquérito sobre morte de Domingos Montagner

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia Federal prende 11 pessoas em operações contra fraudes no Enem

FOLHA Folha de S.Paulo
31 de outubro de 2016 · 🌐

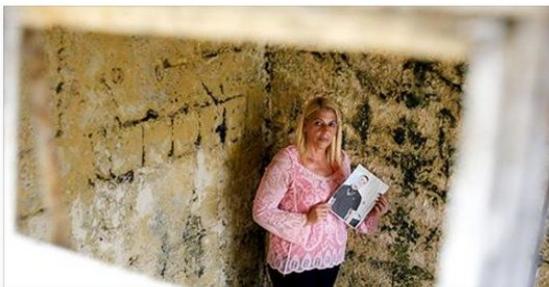
Os atores do grupo de teatro Trupe Olho da Rua apresentavam o espetáculo 'Blitz', que faz críticas à Polícia Militar, quando foram interrompidos pelos militares. (via Folha Cotidiano) #folha



PM interrompe peça de teatro em praça e prende ator em Santos; veja vídeo

FOLHA Folha de S.Paulo
28 de outubro de 2016 · 🌐

O pai de Regina era policial. O filho foi morto por um. (via Folha Cotidiano) #folha



'Tenho ódio da polícia', diz mãe de jovem morto na Grande SP

FOLHA Folha de S.Paulo
17 h · 🌐

Loalwa Braz foi encontrada morta, na manhã desta quinta, carbonizada dentro de um carro. (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia prende dois suspeitos de matar cantora do Kaoma no Rio

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de janeiro às 21:05 · 🌐

Policiais investigam se o ataque pode estar ligado ao massacre de ao menos 26 presos no presídio de Alcaçuz. (via Folha Cotidiano) #folha



Base da **Polícia Militar** no Rio Grande do Norte é atacada a tiros

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de janeiro às 18:45 · 🌐

Rebeliões deixaram 67 mortos no Estado nos primeiros dias do ano. (via Folha Cotidiano) #folha



Governo do AM troca comandante da **Polícia Militar** após rebeliões e mortes

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de janeiro às 18:05 · 🌐

Boa parte dos presos segue livre dentro de um pavilhão da unidade, em uma ala dominada pela facção PCC. (via Folha Cotidiano) #folha



Presos ainda controlam ala de presídio no RN apesar da presença da polícia

FOLHA Folha de S.Paulo
11 de janeiro às 08:50 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Gestora de presídio do massacre no AM diz que não tem 'poder de polícia'

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de janeiro às 10:30 · 🌐

(via Painei - Folha de S.Paulo) #folha



Polícia investiga se facção fez julgamento prévio para decidir quem iria morrer em massacre no Amazonas

FOLHA Folha de S.Paulo
3 de janeiro às 20:14 · 🌐

"É algo chocante, porque [os funcionários] nunca viram da forma como os corpos se apresentam. Mas são pessoas preparadas", disse Jeferson Mendes, diretor do DPTC (Departamento de **Polícia Técnica Científica**). (via Folha Cotidiano) #Folha



Metade dos mortos em penitenciárias de Manaus foi decapitada, diz IML - 03/01/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

FOLHA Folha de S.Paulo
2 de janeiro às 19:24

Numa suposta carta deixada, o autor da chacina, Sidnei Ramis de Araújo, 46, disse ter raspado a numeração da pistola para não identificar o proprietário, que precisava de dinheiro. A arma é de uso restrito das forças policiais. (via Folha Cotidiano) #Folha



Polícia busca proprietário de pistola usada em chacina de Campinas

FOLHA Folha de S.Paulo
29 de dezembro de 2016 às 21:35

(via Folha Cotidiano) #folha



Dupla que matou vendedor no Metrô diz à polícia que estava 'fora de si'

FOLHA Folha de S.Paulo
28 de dezembro de 2016 às 14:05

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia prende 2º suspeito de espancar e matar ambulante no metrô de SP

FOLHA Folha de S.Paulo
27 de dezembro de 2016 às 23:30

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia prende um dos suspeitos de espancar ambulante morto no metrô

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

FOLHA Folha de S.Paulo
27 de dezembro de 2016 às 19:35

(via Folha Cotidiano) #folha



Polícia oferece recompensa de R\$ 50 mil por dica que leve à prisão de jovens que mataram ambulante

FOLHA Folha de S.Paulo
26 de dezembro de 2016 às 20:05

Segundo a polícia, os dois praticam luta e um parente os reconheceu nas imagens das câmeras do Metrô; Alípio dos Santos e Ricardo do Nascimento estão foragidos (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia identifica suspeitos de espancar ambulante que defendeu gay no metrô de SP

FOLHA Folha de S.Paulo
20 de dezembro de 2016 · 🌐

Sete pessoas, incluindo um adolescente de 17 anos, foram levadas pela Polícia Civil. (via F5) #folha



Polícia localiza suspeitos de ataques racistas a Titi, filha de Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de dezembro de 2016 · 🌐

Primeira sessão de votações do pacote foi realizada enquanto manifestantes e a polícia se enfrentavam em torno da Alerj. (via Folha Mercado) #folha



Deputados do Rio derrotam Pezão e impõem teto para supervalários

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de dezembro de 2016 · 🌐

Polícia Militar e agentes da Força Nacional usaram bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. (via Folha Mercado) #folha



Protesto de servidores do Rio contra ajuste fiscal tem conflito violento

FOLHA Folha de S.Paulo
23 de novembro de 2016 · 🌐

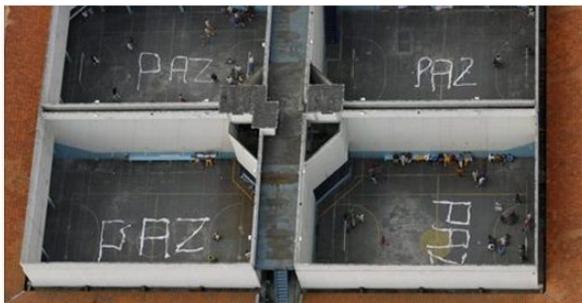
Essa é a quinta ação policial consecutiva na comunidade. Os detidos, segundo a polícia, teriam participado diretamente dos confrontos ocorridos no último fim de semana na comunidade. (via Folha Cotidiano) #folha



Megaoperação da polícia prende oito traficantes na Cidade de Deus, no Rio

FOLHA Folha de S.Paulo
22 de novembro de 2016 · 🌐

Um deles é Luiz Carlos dos Santos, vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia prende ao menos 32 advogados ligados ao PCC

FOLHA Folha de S.Paulo
20 de novembro de 2016 · 🌐

As vítimas estavam desaparecidas desde sábado (19), quando houve confrontos entre polícia e traficantes na região. (via Folha Cotidiano) #Folha



Após confrontos, moradores acham 7 corpos na Cidade de Deus, no Rio

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

Parece muito, mas Joaquim Lima Sales, 44, jura que nem vê passar as cinco horas que fica quase todos os dias esculpindo no ateliê dos fundos da sua casa, em Mongaguá, litoral paulista, onde é conhecido como "Kinkas". Enquanto não está fazendo sua arte, trabalha como soldado da Polícia Militar no Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste da capital paulista. Lá, é mais conhecido como soldado Sales. (via Folha Cotidiano) #folha



PM de SP 'oficializa' hobby da escultura e conquista magistrados

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

Em depoimento à polícia, Porto afirmou que sentia "uma atração muito forte" pela cunhada e tentou abusar sexualmente da vítima no apartamento dela na tarde de domingo (13). Houve luta corporal e ela acabou morta por asfixia. (via Folha Cotidiano) #folha



Cunhado confessa ter matado sobrinha-neta de Sarney, diz secretário

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016 · 🌐

Protesto de servidores na Alerj tem confusão entre manifestantes e PM; a polícia está usando bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo <http://bit.ly/2fYLGpw> (via Folha Poder) #folha



FOLHA Folha de S.Paulo
8 de novembro de 2016 · 🌐

(via Folha Cotidiano) #folha



Há mais de 30 dias refém, empresário é resgatado pela polícia em São Paulo

FOLHA Folha de S.Paulo
7 de novembro de 2016 · 🌐

'Foi execução, com certeza. Um deles estava sem cabeça. Não se sabe ainda se foi uma decapitação ou algum animal que fez isso depois', afirmou Julio César Fernandes Neves. (via Folha Cotidiano) #folha



Jones Ferreira Januário, 30



César Augusto Gomes, 19



Jonathan Moreira, 18



Caique Henrique Machado, 18



Robson Donato de Paula, 16

Corpos encontrados na Grande SP são de jovens desaparecidos, diz ouvidor das polícias de SP

FOLHA Folha de S.Paulo
7 de novembro de 2016 · 🌐

Os cinco jovens, que moram na zona leste de SP, sumiram no dia 21 de outubro em circunstâncias suspeitas. (via Folha Cotidiano) #folha



Jones Ferreira Januário, 30



César Augusto Gomes, 19



Jonathan Moreira, 18



Caique Henrique Machado, 18



Robson Donato de Paula, 16

Polícia encontra corpos e suspeita serem de jovens desaparecidos em SP

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de novembro de 2016

(via Folha Cotidiano) #enem #folha



Polícia Federal faz operações contra fraudes no Enem em oito Estados

FOLHA Folha de S.Paulo
6 de novembro de 2016

(via Folha Cotidiano) #folha



Govt de SP vai chamar aprovados em concurso de polícia aberto em 2013

FOLHA Folha de S.Paulo
2 de novembro de 2016

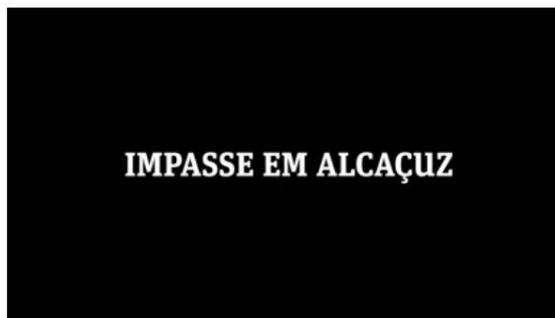
(via Folha Cotidiano) #folha



Homem flagrado em vídeo agredindo a namorada se entrega à polícia em SP

FOLHA Folha de S.Paulo
3 h

Impasse dominou negociações entre detentos do presídio de Alcaçuz e o governo do RN antes que a polícia entrasse no local na quinta (20). Assista ao vídeo completo em <http://bit.ly/2JHhvqo> (via TV Folha) #folha



FOLHA Folha de S.Paulo
7 de janeiro às 09:05

Agente penitenciário rendido em rebelião de Manaus diz que polícia não poupou reféns. (via Folha Cotidiano) #folha



Quem não atuou em carnificina foi morto, diz refém de

FOLHA Folha de S.Paulo
16 de novembro de 2016

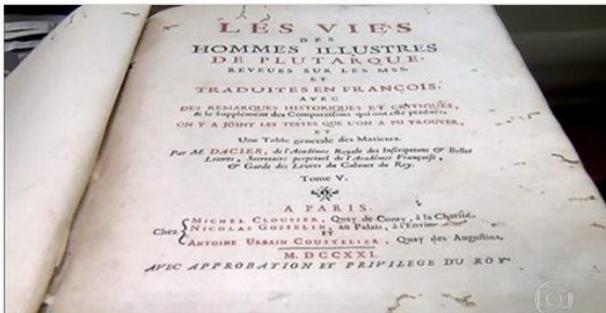
Segundo a Polícia Civil, o pai não aceitava a participação do filho em protestos, como a ocupação da UFG (Universidade Federal de Goiás), onde o jovem cursava Matemática. (via Folha Cotidiano) #folha



Após discussão, pai mata filho de 20 anos e comete suicídio em Goiás

FOLHA Folha de S.Paulo
31 de outubro de 2016

Nada está imune nos dias de hoje. (via Folha Cotidiano) #folha



Polícia prende homens suspeitos de furto de livros raros em bibliotecas

FOLHA Folha de S.Paulo
28 de outubro de 2016

Apesar da comparação apresentada pela polícia paulista, a Folha de S.Paulo mostrou nessa sexta (28) que ao menos nove pessoas morreram diariamente em decorrência de intervenções policiais no país. (via Folha Cotidiano) #folha



Em vídeo, PM de SP diz que queixas atingem só 0,003% de sua atuação